

Prospectiva (Frutal).

Marcas das fronteiras humanas na história da resistência negra em Frutal (1860-2018).

Machado, Otavio Luiz.

Cita:

Machado, Otavio Luiz (2018). *Marcas das fronteiras humanas na história da resistência negra em Frutal (1860-2018)*. Frutal: Prospectiva.

Dirección estable: <https://www.aacademica.org/otavioluizmachado/57>

ARK: <https://n2t.net/ark:/13683/pezx/cvS>

Acta Académica es un proyecto académico sin fines de lucro enmarcado en la iniciativa de acceso abierto. Acta Académica fue creado para facilitar a investigadores de todo el mundo el compartir su producción académica. Para crear un perfil gratuitamente o acceder a otros trabajos visite: <https://www.aacademica.org>.

Prospectiva (Frutal).

Marcas das fronteiras humanas na história da resistência negra em Frutal (1860-2018).

Otavio Luiz Machado.

Cita:

Otavio Luiz Machado (2018). *Marcas das fronteiras humanas na história da resistência negra em Frutal (1860-2018)*. Frutal: Prospectiva.

Dirección estable: <https://www.aacademica.org/repositorio.digital.uemg.frutal/79>

ARK: <https://n2t.net/ark:/13683/pZsz/eE0>



Esta obra está bajo una licencia de Creative Commons.
Para ver una copia de esta licencia, visite
<https://creativecommons.org/licenses/by-nc-nd/4.0/deed.es>.

Acta Académica es un proyecto académico sin fines de lucro enmarcado en la iniciativa de acceso abierto. Acta Académica fue creado para facilitar a investigadores de todo el mundo el compartir su producción académica. Para crear un perfil gratuitamente o acceder a otros trabajos visite: <https://www.aacademica.org>.

Otávio Luiz Machado



**Marcas das fronteiras humanas
na história da resistência negra
em Frutal-MG (1860-2018)**

Editora Prospectiva

Otávio Luiz Machado

**Marcas das fronteiras humanas na
história da resistência negra em
Frutal-MG (1860-2018)**

**Frutal-MG
Editora Prospectiva
2018**

Capa: Editora Prospectiva

Foto de capa: Gêmeos Maximiliano e Cipriano (descendentes de Delfino e Maria Justina). Fonte: AP

Revisão: Otávio Luiz Machado

Edição: Editora Prospectiva

Machado, Otávio Luiz. Marcas das fronteiras humanas na história da resistência negra em Frutal-MG (1860-2018). Frutal: Prospectiva, 2018.

ISBN: 978-85-5864-076-3

1. Escravidão-Brasil. 2. História Social. 3. Resistência. 4. Cultura Negra. I. Título
CDD-981.04

Contatos do autor

Tel: (34) 99668 - 9575

E-mail: otaviomachado3@yahoo.com.br

Deixe a história das nossas escolas mais
viva do que nunca.

Nos envie o seu registro e incorpore ao
que já conseguimos

Campanha para o
resgate histórico
das escolas de
Frutal-MG

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO.....05

INTRODUÇÃO.....07

PRIMEIRA PARTE

ANÁLISE DO PERÍODO ESCRAVOCRATA EM FRUTAL (1860-1888).....10

A povoação da região de Frutal pelos índios e negros.....11

A situação política-administrativa de Frutal.....16

A condição dos escravos em Frutal entre 1860 e 1888.....16

As transformações na condição social e sociabilidade negra em Frutal com a Lei do Ventre Livre, 1871.....20

A formação das primeiras comunidades negras em Frutal.....24

SEGUNDA PARTE

A INTEGRAÇÃO DO NEGRO NA SOCIEDADE DE CLASSES (1889-2017).....26

A região do São Mateus e a comunidade quilombola da Serrinha.....29

A comunidade dos negros na Samambaia e Marimbondo.....33

O Mangueirão e o bairro do Brezinho.....36

TERCEIRA PARTE

A RESISTENCIA ATRAVÉS DA CULTURA, DA EDUCAÇÃO E DA HISTÓRIA.....42

O Marujo.....43

O Moçambique.....45

Os Santos Reis46

Sociedade Recreativa Treze de Maio.....47

Centro Espírita Berço dos Humildes.....49

| | |
|--|-----------|
| Os benzedeiros e as festas religiosas das fogueiras dos santos do mês de junho na zona rural..... | 49 |
| O papel da educação e da história na resistência negra em Frutal..... | 51 |

QUARTA PARTE

| | |
|--|-----------|
| A ATUAL LUTA PELA TERRA DOS DESCENDENTES..... | 54 |
| A região do Douradinho..... | 54 |
| A região da Serrinha e os remanescentes de quilombos..... | 58 |

QUINTA PARTE

| | |
|---|-----------|
| A IMPORTÂNCIA DA EDUCAÇÃO DAS RELAÇÕES ÉTNICO-RACIAIS NAS ESCOLAS FRUTALENSES..... | 66 |
| A aplicação da Lei Nº 10.639/2003..... | 66 |
| Roteiro da presença negra como agentes históricos..... | 67 |

SEXTA PARTE

| | |
|---|-----------|
| PARTE FINAL E FONTES..... | 71 |
| Considerações finais: o esquecimento dos negros na história de frutal..... | 71 |
| Fontes e Referências Bibliográficas consultadas..... | 75 |
| Anexos: Registros de escravos na cidade de Frutal a partir de inventários..... | 78 |

APRESENTAÇÃO

No segundo semestre de 2016, quando recebi o convite da Professora Beatriz Bento da UEMG de Leopoldina (que infelizmente faleceu no início de março de 2018) para participar das atividades **Comissão da Verdade da Escravidão Negra no Brasil e Combate ao Trabalho Escravo Contemporâneo (CEVENB-OAB)**, a primeira reação foi a de que a minha contribuição com a cidade de Frutal-MG seria ampliada. Naquela ocasião estava sendo estabelecido um acordo de cooperação técnica entre a Ordem dos Advogados do Brasil em Minas Gerais (OAB-MG) com a Universidade do Estado de Minas Gerais (UEMG), o que significava que a realização de pesquisas sobre escravidão negra por parte de nós pesquisadores era importante para apoiar a nobre iniciativa, pois Frutal teria apenas o nosso trabalho como parte desse projeto da OAB-UEMG.



Foto: Maria Justina da Silva e Delfino Bento Sejais da Silva (descendentes direto dos escravos), s.d. Fonte: AP.

Como desde o início aceitei o convite e me dispus a contribuir com uma pesquisa relacionada à cidade de Frutal, então montei naquela ocasião o **projeto “Aspectos da resistência negra em Frutal-MG: cultura, política e a convivência social”**. A partir daí foram dados os primeiros passos do meu trabalho.

A responsabilidade era enorme, pois não poderia falhar nessa missão. Um ano depois, quando no **1º Simpósio da Comissão Estadual da Verdade sobre a Escravidão Negra e de Combate ao Trabalho Escravo no Brasil** (que foi realizado em Belo Horizonte nos dias 20 e 21 de outubro de 2017) foi definido os passos do projeto “Escravidão, Cidadania e Identidade” (sob a coordenação dos Professores Beatriz Bento de Souza e Jorge Luiz Prata de Sousa), então apresentei publicamente as primeiras ideias e os resultados incipientes da pesquisa em andamento (que chegou agora em 2018 na sua parte final).

É preciso esclarecer que a expressão **resistência** na composição do título do livro e do projeto do qual ele é resultante, além de ser fiel aos fatos e personagens aqui descritos, também representa a precisão e o rigor que buscamos adotar na realização desse trabalho, inclusive tomando uma posição contra o “entendimento de resistência somente como fuga, rebelião e violência contra o senhor ou representante” (Paiva, 1995, p. 48) por parte dos negros no sistema escravocrata. Outras formas de resistência também estiveram presentes na história dos negros.

A resistência nos quilombos/comunidades do Douradinho, São Mateus, Serrinha, Mangueirão, Capoeira dos Bugres, Samambaia e tantos outros por parte dos nossos personagens, além de ser uma marca da história de Frutal, ainda faz parte da história de vida de tantos descendentes diretos de escravos (e de poucos sobreviventes que ainda podem nos contar sua história dos seus antepassados). A permanência dessa resistência dos negros está representada nas lutas contra a opressão de raça, em prol da preservação da sua cultura, em busca da posse da terra dos seus antepassados e a favor do reconhecimento da igualdade entre as pessoas. Tais lutas estão mais vivas do que nunca!

Meus agradecimentos especiais aos entrevistados, ao pessoal do Arquivo Público de Uberaba (que na pessoa do João deixo minha homenagem a todos os funcionários) e aos colegas pesquisadores do projeto da UEMG já citado anteriormente. Muito grato ao pesquisador Álvaro Ferreira de Paula, pois seu trabalho e suas informações que me foram repassadas pessoalmente foram essenciais para a realização de parte desse trabalho, principalmente do período escravocrata. O meu reconhecimento aos negros que viveram e vivem em nossa cidade, pois representam a resistência de seres humanos que merecem a mesma dignidade e o mesmo respeito a qual todos devem possuir!



Fotos: Professora Beatriz Bento, Prof. Otávio (da esq. p/ dir.) e demais colegas do I Simpósio da Comissão da Verdade da Escravidão Negra, BH, 21/10/2018. Fonte: AU.

O livro é dedicado à Professora Beatriz Bento, que com seu trabalho permitiu que fossemos estimulados a pesquisar sobre a história dos negros em Frutal. Ela partiu para outro plano espiritual no dia 06/03/2018, inclusive quando esse livro ainda estava em processo de finalização. Ela não teve a oportunidade de conhecê-lo, mas é parte desse livro, pois foi quem me colocou no circuito dos estudos sobre a escravidão em Minas Gerais. Sou muito grato a você, Beatriz! Aos negros que contracenam cotidianamente e que me passam lições essenciais para minha vida, o meu obrigado! Mais uma pessoa eu nutro o maior carinho se foi quando terminava esse trabalho. Sua simplicidade e sua sabedoria foram essenciais na convivência na UEMG. Vá com Deus, Dona Eusa. Esse trabalho também é dedicado a você e a todos que lutam com dignidade! Não poderia deixar de agradecer às Professoras do ensino médio Irma Rezende Rocha (História) e Lucia Elena Pereira Franco Brito (Sociologia e Filosofia) pelo incentivo para que continuasse a estudar e ir além do ensino médio, assim como a todos os professores que tive ao longo da vida. Ao meu pai, Avelino Emídio da Silva, por tudo que fez e faz por mim. Em seu nome agradeço a toda minha família e ao povo de Frutal, cujo trabalho é uma forma de contribuir com a nossa cidade.

Professor Otávio Luiz Machado

Frutal-MG, 16 de maio de 2018.

INTRODUÇÃO

A escrita do primeiro livro que trata da história dos negros em Frutal-MG me traz muita satisfação, pois a obra foi produzida com muito empenho, além de ser motivada pela pesquisa histórica levada com muita paixão e compromisso com o desvendamento do nosso passado. Não podemos dizer que a história dos negros em Frutal é minimamente conhecida, pois foi deixada de lado e esquecida, principalmente pelos agentes públicos que devem zelar pela preservação e guarda da documentação da cidade de Frutal. Quando fui pela primeira vez pesquisar num determinado órgão público da cidade, por volta de março de 2017, o principal responsável do local inicialmente me informou que não haveria documentação disponível naquela instituição, mas para não me fazer perder a viagem, o mesmo me disponibilizou dois volumes de uma obra produzida por um antigo jornalista, considerado por ele que toda a história de Frutal estaria lá.



Foto: família tradicional dos negros frutalenses (com destaque Justina e Delfino), s.d. Fonte: AP.

Mas eu insisti em ter acesso aos documentos, pois tinha conhecimento de sua existência, mesmo com a informação de que a mesma não estava devidamente conservada e preservada. E consegui. Mas com a continuidade do descaso em relação à documentação daquela instituição, então tomei as providências nos órgãos adequados para a restauração de importante documentação da história de Frutal.

É importante repassar tal informação aos nossos leitores, porque a reconstituição histórica exige uma postura do pesquisador que vai além do seu trabalho de pesquisa. Para o desenvolvimento da nossa arte de pesquisar, também precisamos agir também acima de tudo como cidadãos comprometidos com a nossa sociedade. Se não fosse assim, a minha única fonte de pesquisa seria a obra oficial da história de Frutal, a que me foi fornecida pelo citado responsável desse órgão público. Se não assumisse uma posição a favor dos cidadãos frutalenses, então teria que me conformar com a falta de postura em prol da preservação cultural.

A documentação sobre a história de Frutal também se perde em outros lugares, o que significa também estar em péssimas condições de preservação. Vamos batalhar também para que essa documentação não se perca, como assim foi feita por nós com a documentação da Câmara Municipal de Frutal. Bem como a favor dos prédios antigos, que também são parte da nossa história e devem ser fonte de estudos para os estudantes e demais cidadãos.

O direito à memória, à verdade e à justiça está na ordem do dia. O nosso trabalho na área de ensino,

pesquisa e extensão está enquadrado nessa visão. Ao resgatar a história das escolas, da profissão docente e dos negros na cidade de Frutal-MG, o que fazemos é propiciar o encontro da cidade com sua própria história.



Foto: Professor Otávio doando um livro para o Grupo Escolar Gomes da Silva, fev. 2018. Fonte: AU.

No caso desse livro, a produção de maior reconhecimento dos negros para a história de Frutal é um dos seus grandes objetivos. Queremos ver esse livro sendo trabalhado com as nossas crianças nas mais diversas escolas, pois o estudo da realidade local é importante para formar estudantes mais preparados para a convivência social. Queremos que os responsáveis pela cultura da cidade desenvolva a correta, adequada e necessária gestão do patrimônio cultural, o que não acontece plenamente. Que a cidade esteja em primeiro lugar! Que seja fomentada a educação para as relações étnico-raciais, pois poderão ver no livro a situação de preconceito, humilhação e exclusão em diversas falas representativas de frutalenses que foram entrevistados.

Antes de prosseguirmos nessa parte introdutória, é importante repassar aos leitores que os créditos das fotos estão publicadas ao longo do livro são identificados com algumas siglas. As imagens oriundas de arquivos particulares estarão com a sigla “AP”, enquanto as imagens dos arquivos do próprio autor estarão com a sigla “AU”. A sigla “s.d.” refere-se a fotos “sem data”, pois não conseguimos tal informação.

O tema do nosso trabalho não é esgotado com esse livro. O que não conseguimos incluir ou o que for produzido adiante será devidamente disponibilizado para conhecimento público em outras publicações. O privilégio de desenvolver esse trabalho é enorme! Mais ainda é a gratidão a todos que contribuíram para que esse livro se tornasse uma realidade. Que os leitores ganhem conhecimento e estímulo para lutar pelo que acreditam, inclusive pela cidade de Frutal!!!

As responsabilidades assumidas em prol da reconstituição histórica pelo autor são públicas e passaram a ganhar expressão com a intensificação dos seus trabalhos, principalmente quando são poucos personagens vivos que ainda podem nos relatar sobre a história de Frutal. **O Projeto História das Escolas de Frutal** é a única esperança para que Frutal conheça de fato a sua história. Eis os motivos da nossa dedicação, compromisso e responsabilidade!

A Editora Prospectiva, que não se omite do seu papel educativo e cultural em Frutal, então produz um trabalho que será muito importante para a sociedade, especialmente para ser trabalhado nas escolas. Que outros trabalhos possam surgir e contribuir com a ampliação do conhecimento sobre a história de Frutal. Em uma cidade em que os seus moradores não conhecem a sua própria história, então o que temos é a falta de disposição deles em lutar pelo seu próprio lugar. Boa leitura e excelentes reflexões!

Professor Otávio Luiz Machado – O autor



Foto: Seu Cazeca (José Albino da Silva) como membro da marujada, s.d. Fonte: AP.

PRIMEIRA PARTE

ANÁLISE DO PERÍODO ESCRAVOCRATA EM FRUTAL (1860-1888)

A primeira vez que tive a oportunidade de desenvolver um trabalho sobre a escravidão ainda era estudante de História da Universidade Federal de Ouro Preto (UFOP). Um belo dia fui fazer um trabalho da disciplina **História do Brasil** nos arquivos da Casa dos Contos, cuja fonte de pesquisa era o conjunto de processos de crimes durante o período da escravidão. Quando me deparei com casos de homicídios de escravos praticados contra senhores de escravos e capatazes, então via nesses crimes formas de resistência dos negros à opressão.

Quando já na condição de professor universitário, o tema da escravidão também passou a fazer parte das minhas preocupações, principalmente nessas duas disciplinas: **Fundamentos e práticas do ensino de História** e **História e Cultura Afro-brasileira e Indígena**. Também fiz algumas reflexões num texto tratando que não seria fácil abordar a questão do racismo e da discriminação nos tempos atuais sem nos remetermos ao passado oligárquico e escravocrata do Brasil, especialmente utilizando recortes da História e seus usos adequados (Machado, 2016).

Agora, com esse livro sobre a história da resistência negra em Frutal, a nossa análise começa no ano de 1860. As terras de Frutal ainda pertenciam ao município de Uberaba. Também já estavam formados os traços da povoação de Frutal com a ocupação do território por descendentes de indígenas e de negros escravos, forros e fugidos da escravidão, além das famílias de brancos que vieram residir nessas terras, principalmente a família do fazendeiro Antônio de Paula e Silva, que é considerado o fundador de Frutal pela história oficial da cidade.



Foto: José Bugre (José Felizardo Diniz) e vários dos seus descendentes na região da Capoeira dos Bugres. A última criança à direita é a Dona Chata. Fonte: AP.

O nosso recorte temporal contempla o final do período escravocrata, ou seja, de 1860 a 1888, o que correspondente à análise de quase trinta anos de escravidão negra em Frutal, o que pode parecer pouco se considerarmos que a escravidão brasileira existia desde o século XVI. O que não significa salientar que a presença de escravos ou negros fugidos só podem ser percebidos a partir de 1860, pois trazemos mais adiante informações relevantes de que escravos fizeram parte também da fundação de Frutal diversos anos antes.

Os dados gerais apontam que a população escrava de Minas Gerais passou de 169.000 para 382.000 entre 1819 e 1873, o que significava que a então província mineira detinha um quarto dos escravos no Brasil e tinha a maior concentração de escravos na sua população (Slenes, 1988). A escravidão nas mais diversas regiões do Estado estava ainda muito viva e intensa.

Como delimitamos um recorte temporal muito próximo à formação de Frutal no seu aspecto primitivo (e também do início da sua organização política-administrativa), então é imprescindível que

recuemos um pouco mais no tempo para retratar uma situação em que negros e indígenas estavam inseridos. Pois foi atribuído fundador de Frutal a uma única pessoa, sendo retratado como pioneiro na ocupação do território, especialmente na principal obra memorialista de Frutal (que é de autoria de Ernesto Plastino). Não podemos concordar com afirmações como “a povoação de Frutal foi fundada pelo benemérito e esmerado cidadão Antonio de Paula e Silva” (Plastino, 1991, p. 10), pois assim coloca à margem da história indígenas (e seus descendentes) e negros que por aqui escolheram viver longe das opressão dos seus senhores (no caso dos quilombolas) ou que estiveram aqui na condição de escravos. A mesma afirmação vem sendo trazida ao longo de muitos anos, inclusive foi reproduzida há um século numa obra substancial sobre municípios mineiros o mesmo fato: “*Não se pôde bem precisar o anno da fundação do Fructal. Querem uns fosse em 1830 e outros em 1836. No que, porém, todos estão de accordo é que o fundador do Fructal foi o venerando cidadão Antonio de Paula e Silva...*” (Capri, 1916, p. 11).



Foto: Delfino e Maria Justina em sua residência na região do Mangueirão, s.d. Fonte: AP.

Não é nosso objetivo desmerecer o papel de Antônio de Paula e Silva na história de Frutal, mas de restabelecer a importância de sujeitos históricos na povoação e fundação de Frutal que foram colocados à margem, nesse caso os indígenas e os negros. É o que tratamos a seguir!

A povoação da região de Frutal pelos índios e negros

A ocupação humana do território do Triângulo Mineiro foi marcada inicialmente pelos índios caiapós, seguida de negros que formaram quilombos nos mais diversos pontos da região, sendo esses últimos fugidos da zona mineradora existente noutra região da província no século XVIII (Lourenço, 2010).

Na região da cidade de Frutal, especificamente no trecho da rua Treze de Maio bem mais acima da ponte da Avenida Homero Alves de Souza, o que se tinha era uma comunidade chamada *Capoeira dos Bugres*. Que existia antes da ocupação territorial pelo considerado fundador de Frutal pela história oficial, Antonio de Paula e Silva. A obra de outro memorialista que tratou da história de Frutal confirma que os moradores da Capoeira contribuíram com o dito fundador oficial da cidade quando de sua chegada a Frutal para que ele se assentasse adequadamente (Freitas, 2004). Também temos em Ferreira (2002) a confirmação da existência de moradores na região de Frutal de origem indígena antes da vinda dos primeiros moradores de origem branca.

A Professora Maria José Lacerda – que também atuou no resgate histórico de Frutal – nos relatou sobre a existência de quilombos em Frutal antes da vinda do fundador oficial:

“Em Frutal existiram dois quilombos: o quilombo de cá e o quilombo de lá. Esse quilombo de cá ficava no Mangueirão, que tinha duas mangueiras enormes que por ali só quase moravam pretos, os mais antigos. O outro quilombo era na Capoeira. Lá também morava os índios guaranis, que eram remanescentes. Os índios e os negros estavam fugindo dos caçadores e bandeirantes. Então eles se juntaram e fizeram um quilombo (...) eu cheguei a gravar com o Senhor Josa Guarani. Ele contou toda essa história, falou do cacique...”



Foto: Mangueirão durante festividade, s.d. Fonte: AP.

A tradição oral trazida no depoimento da Professora Maria José é fundamental para os estudos históricos, pois reconstitui uma história que não alcançou as páginas oficiais da nossa história. A filha do Seu Julião, a Professora Etelvina Aparecida da Silva Elias, também confirmou o que nos disse Maria José com base na tradição oral de sua família: *“Segundo os antepassados do meu marido, na época existiam dois quilombos em Frutal. Um era na antiga Capoeira, que é lá no lugar que a família do seu Bernardino mora. E o outro era no Mangueirão”*.

Não podemos ignorar que os descendentes de indígenas e os negros também são fundadores de Frutal, pois estavam no seu território antes mesmo de qualquer pretensão de organização política-administrativa que oficializou o espaço territorial. A existência de índios na região – inclusive no território que já fez parte de Frutal – ainda marcou o início do século XX segundo artigo do Professor Marcel Mano, pois *“em 1911 o agrimensor Alexandre de Souza Barbosa esteve a serviço no distrito de São Francisco de Sales, da comarca de Frutal, e lá encontrou cerca de 50 índios vivendo na aldeia de Água Vermelha”* (Mano, 2015, p. 520). O Professor Marcel citou Documento com o registro: *“Em 1911 encontrei no extremo oeste do Estado de Minas, junto à confluência dos rios Grande e Paranaíba, índios da aldeia de Água Vermelha, que se chamavam Panarás. Estes índios chamados Cayapós pelo nosso povo, são provavelmente*

representados do grupo indígena Cayapó do sul”¹.

O Professor Marcel ainda faz algumas considerações para a real identificação desses indígenas: “De certo, esses grupos documentalmente tratados como ‘gentio bravo Cayapó eram pertencentes à família linguística Jê do Tronco Macro-Jê e, de acordo com essa mesma documentação, parecem ter ocupado um território contínuo desde o norte do atual estado de São Paulo até as imediações do Distrito Federal e, no sentido leste – oeste, toda a extensão do Triângulo Mineiro” (Mano, 2015, p. 521).

RECENSEAMENTO DO BRAZIL EM 1872

MINAS GERAES

(PRIMEIRA PARTE)

Foto: Parte do documento do Censo de 1872: Fonte: IBGE, 1872.

No caso específico dos negros, conforme o censo de 1872, a população negra (e parda) livre em Frutal era de 826 pessoas. O que somente nos leva a crer que tal população chegou a tal quantitativo por já existir na região desde longa data, pois não haveria tantos escravos libertos em tal número, além de grande número de nascimentos de filhos de escravos que foram libertos pela Lei do Ventre Livre se considerarmos que não chegava a uma centena o número de escravos casados. Ademais, a Lei veio somente em 1871.

Logo, a presença dos negros na formação de Frutal também não pode ser ignorada, pois “as famílias de Antônio Vieira Velho e José Machado da Silveira fazem parte dos primeiros povoadores do município de Frutal, as quais se estabeleceram nas Faz.s conhecidas por São Bento e Ressaca, por volta de 1825” (Ferreira, 2002, p. 50), tendo acumulado significado plantel de escravos. Inclusive a família de Vieira Velho veio “com a maioria de seus filhos e alguns escravos” (*idem*, p. 49) depois de 1822 para terras frutalenses.

Nos inventários dos filhos de José Machado da Silveira (pai), quando vemos as condições de suas posses na região, logo é preciso considerar que tal patrimônio foi formado ao longo de várias décadas. No caso de seu filho Heitor Machado da Silveira, falecido em 1860, temos como parte do seu patrimônio 05 escravos, enquanto no de José Machado da Silveira (Filho) falecido em 1867, o plantel de 13 escravos, Anna Rosa da Silveira, falecida em 1869, tinha 14 escravos.

O estudo mais confiável e mais documentado sobre as origens das famílias frutalenses está em Ferreira (2002). É o autor que se debruçou numa longa pesquisa em cartórios, fóruns e em arquivos públicos e particulares em diversas cidades da região (também no Estado de São Paulo) e na capital. Inclusive possui um grande material coletado para futuros trabalhos. Nesse estudo podemos verificar que era forte a presença dos Machado da Silveira no Campo Formoso (região atualmente que compreende o município de Campo Florido). A presença maciça de escravos no patrimônio dessa família confirma que os escravos também contavam como povoadores do que viria a ser Frutal, pois no deslocamento dos brancos de outras partes da região para o território frutalense, os escravos vieram juntos. Os cinco escravos inventariados de Heitor Machado da Silveira, os 13 de José Machado da Silveira (Filho) e os 14 de Anna Rosa da Silveira encontram-se nos **anexos** desse livro (com seus respectivos dados).

A própria família de Antônio de Paula e Silva possuía um considerável número de escravos, conforme o inventário de sua esposa, Maria Jacinta de Menezes (datado de 1874). Os 27 escravos inventariados encontram-se nos **anexos**, também com seus respectivos dados. Ao longo da vida em comum do casal durante mais de três décadas em Frutal, a força de trabalho do escravo negro fez parte do cotidiano da família.

¹ O referido documento foi citado em Mano (2015). É o seguinte: BARBOSA, Alexandre de Souza. *Descrição dos índios Cayapós e Panarás*. Vocabulário e mapa da região ocupada pelos Caiapós, Uberaba, Arquivo Público Mineiro. Manuscrito – resgate de Odair Giralдин.

O Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) é uma das instituições de maior credibilidade sobre demografia no Brasil. Na Enciclopédia dos Municípios Brasileiros fez a seguinte menção à cidade de Frutal:

“Não há memória dos primeiros desbravadores da região, onde hoje ergue a sede e o município de Frutal. Tudo faz crer, no entanto, tenham sido os bandeirantes na ida ou na volta da lendária marcha para o Oeste os primeiros brancos a pisarem o local. Ou, talvez escravos fugitivos, pois há no município, lugar outrora já denominado ‘Quilombo’. Além das conjecturas, de positivo, se sabe apenas da existência de um modesto rancho de capim e taipa, no local onde veio residir Antônio de Paula e Silva, no ano de 1835. Homem dinâmico e de numerosa prole, iniciou o povoamento com os próprios filhos e escravos, poucos quilômetros da sede da Fazenda São Bento, onde viera residir. Deve-se a ele o levantamento da primeira igreja e do primeiro cemitério além da primeira construção digna de registro em toda região” (Ferreira, 1958, p. 145-146).



Foto: Mulher negra e seu filhinho, s.d. Fonte: Internet

O texto sobre Frutal na **Enciclopédia** foi organizado por Cesar de Oliveira Faria, tendo os devidos dados fornecidos pelo agente de estatística Oswaldo Morelli. A apuração das informações concretas diretamente com pessoas que conviveram com a primeira geração dos Paula e Silva em Frutal não deixou escapar na publicação do IBGE de que os escravos vieram juntamente com o fundador considerado pela história oficial. O que não nos deixam dúvidas de que os escravos também contribuíram para construção da primeira igreja e de todas as realizações atribuídas a Antônio de Paula e Silva, inclusive a chamada fundação de Frutal.

Assim como os descendentes de indígenas, os negros escravizados também são fundadores de Frutal, pois estavam aqui presentes antes mesmo de qualquer pretensão de organização política-administrativa para o registro oficial do espaço territorial. No caso dos quilombos presentes antes do que poderia ser Frutal, os estudos de Lourenço (2010) nos permitem compreender que negros fugidos também permearam a povoação do Triângulo Mineiro. Os dados levantados apresentam que naquela reluzante paisagem da Capoeira dos Bugres buscaram abrigo negros fugidos que formaram pequenos quilombos, que coexistiam com descendentes de indígenas e estiveram habitando a região mesmo antes da vinda do chamado fundador de Frutal pela história oficial.

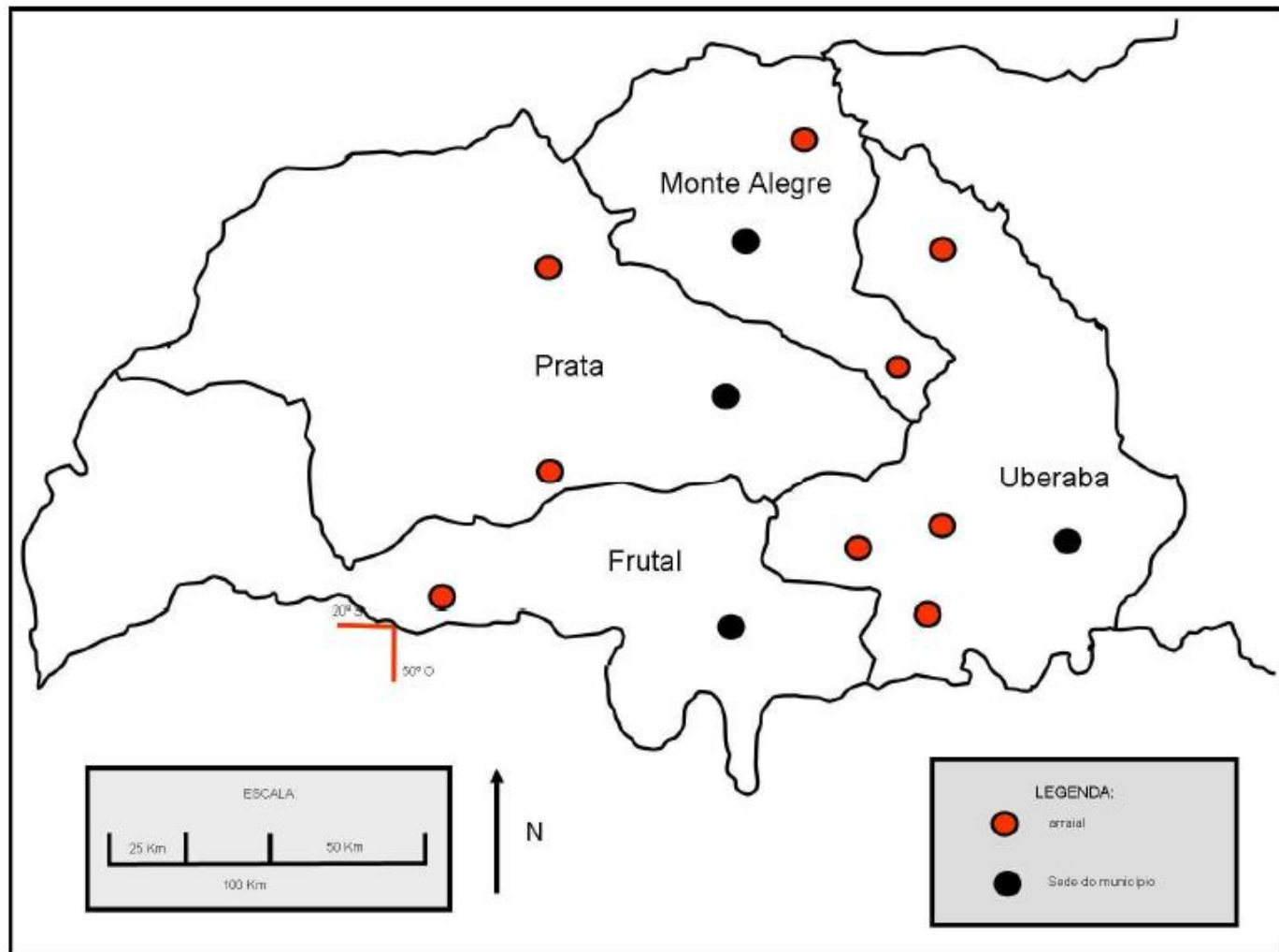
Assim narrou Arnaldo Diniz, que é descendente de famílias de indígenas: *“Meu avô era descendente de índio. A mãe dele veio da Guerra do Paraguai para cá. Atravessou o Mato Grosso e veio para Frutal.*

Aqui nasceu os descendentes”. No depoimento de Arnaldo temos um fato datado que nos ajuda a tentar localizar o período específico, a Guerra do Paraguai, que foi de 1864 a 1870. No caso de autores que estudaram a fundo a história de Minas Gerais, como foi o caso de Lourenço (2010), a existência de comunidades indígenas antes desse período foi possível pela movimentação de brancos bandeirantes e demais exploradores. A escravidão indígena possibilitou a vinda de variedades de etnias dessa raça para a região, sem contar a fuga dos mesmos quando ameaçados em outras regiões.

No depoimento de Arnaldo Diniz temos um período datado. No depoimento de outro descendente dos Diniz traz a revelação da presença dos indígenas num período bem anterior. Foi assim que Antônio Diniz afirmou sobre os seus antepassados na Capoeira dos Bugres na tese da Professora Lúcia: “Todos eles diziam que, quando veio para cá, não existia gente” (Brito, 2017, p. 168).

Independentemente do período específico da vinda dos antepassados dessa família, o que se apreende nos estudos são informações de deslocamentos de contingentes de indígenas e negros para a região, inclusive de raízes diversas. O que mais uma vez revela os indígenas também como fundadores de Frutal, inclusive juntamente com os negros.

O que tínhamos de Frutal em termos territoriais vai sendo modificado ao longo do tempo. Foi justamente nesse período entre 1860 e 1888, que a situação territorial de Frutal foi modificada. Inclusive com elevação à condição de cidade, cujo território abrangia a divisa com os Estados de São Paulo e Mato Grosso. Mas a situação de vida das populações marginalizadas desde o início da povoação pouco se modificou.



Mapa: Triângulo Mineiro, 1885: divisão de municípios. Fonte: Lourenço, 2007, p. 111.

No mapa anterior, o que tivemos foi o novo desenho do Triângulo Mineiro, inclusive o território de Frutal que marcaria a virada do século XIX para o século XX. Um grande volume de terra fértil muito mal distribuída, o que explica a existência de grandes latifúndios e os sérios problemas sociais.

Mesmo com todas as mudanças sociais ocorridas ao longo do tempo, o reconhecimento do protagonismo dos negros e índios na fundação e na própria história de Frutal só está vindo com esse livro

agora publicado. A tese de um único fundador de Frutal não se sustenta, conforme tratamos em várias partes da obra.

A situação política-administrativa de Frutal

A situação política-administrativa de Frutal começou a ser delineada em 1858. Com a Lei Nº 862 (de 14 de maio de **1858**), a povoação de Carmo do Fructal foi elevada à distrito, Termo da cidade de Uberaba. E com a Lei Nº 1667 (de 16 de dezembro de **1870**), foi elevado o distrito à Freguesia com denominação de Nossa Senhora do Carmo de Fructal. Pela Lei Nº 3.325, de 5 de outubro de **1885**, Frutal foi elevado à categoria de Vila. Pela Lei Nº 3.436 (de 04 de outubro de **1887**), Frutal foi elevada à categoria de cidade.

Não se tinha qualquer espaço político para a população negra. A participação e a representação na política era praticamente inexistente. A condição social neutralizava qualquer pretensão de exercício da cidadania. A situação de exploração pela camada senhorial era regra diante de tais fatores. As diversas formas resistência dos negros eram componentes fortes para sua própria sobrevivência.

Na instalação da Câmara Municipal de Frutal, no dia 20 de outubro de 1888, a cerimônia contou com “distintas famílias” e “de cidadãos grados” (Atas da Câmara), o que não se aplicava aos negros diante da visão de sociedade da elite local. Foi dada também a posse aos primeiros vereadores eleitos. Os negros, na sua quase totalidade analfabetos, além de não poderem votar, também não podiam concorrer a cargos políticos. A administração política da cidade foi erguida colocando os negros à margem, o que refletia a realidade de uma sociedade de origem escravocrata e oligárquica.

A condição dos escravos em Frutal entre 1860 e 1888

A documentação existente no Arquivo Público de Uberaba sobre a escravidão em Frutal traz dados muito ricos e importantes para a compreensão da história de Frutal. Como a fonte principal para se buscar ter os primeiros elementos sobre a existência da escravidão nas terras frutalenses são os inventários, então só pudemos ter dados mais precisos e consistentes a partir de 1860, eis o motivo do início do nosso recorte temporal a partir desse ano.



Foto: Casa-Grande do Chatão que pertenceu ao Coronel Delfino Nunes, 2017. Região do Brejão. Fonte: AU.

Numa terra com tantas possibilidades, a história foi sendo construída com destaque para determinados grupos, que até hoje são considerados os protagonistas, os benfeitores e os pioneiros. Aos

negros, que representavam uma força de trabalho importante para o desenvolvimento econômico, teve o seu papel histórico ignorado, reduzido e inferiorizado.

São muitas fontes que podem dar indicativos da presença negra na história de Frutal. Além dos inventários, também acreditamos que em outras fontes poderemos ter acesso a dados que poderão subsidiar o mapeamento dos negros em Frutal. Seria o caso de livros de batizados da Igreja Católica, considerando que em 1849 foi assentado o primeiro batizado da Paróquia local, conforme reproduzimos em seguida: “Aos 22 de julho de 1849, baptizou e poz os santos olhos a um inocente por nome José nascido a 11 deste mesmo mez e anno ut supra fº legº de José Francº da Silveira e sua mor. Prudenciana Maria de Queiroz e forão Pp Francisco Machado da Silveira e D. Joaqua. Ferra. Menez. O Padre João Francº da Motta”(Matéria do Tribuna de Frutal, de 25-09-1949). Para os limites dessa pesquisa não procuramos consultar tais registros católicos, mas deixamos registrado aos interessados pelo tema que busquem tais fontes.

É a partir desses inventários que fazemos a análise a seguir. A escravidão em Frutal existiu desde os anos 1830, porém os dados ainda foram insuficientes para trabalharmos melhor esse período. A partir de 1860, a maioria absoluta dos escravos frutalenses estão registrados como crioulos, ou seja, são descendentes diretos de negros africanos que vieram escravizados para o Brasil. Dos primeiros 238 escravos que listamos e estavam registrados em nome de proprietários assentados em terras frutalenses, 200 são crioulos, 8 como pardos (escravos miscigenados com os brancos) e 20 de Nação, 5 africano. Assim, identificamos a origem de 233, pois os demais trazem a identificação genérica de “preto” e “velho”.

Em todas as regiões de Frutal existiram escravos, inclusive que atualmente estão próximos da divisa com outros municípios ou Estados, como a Rocinha (quase divisa com Pirajuba), São Bento (quase divisa com Planura), Serradão (quase divisa com Itapagipe), Ressaca (quase divisa com o Estado de São Paulo tendo o Rio Grande como ponto de referência) e tantos outros. A idade dos escravos variava de 04 meses a 60 anos, mas podemos dizer que a média geral dos escravos estava entre 25 e 30 anos. Se considerarmos que a maioria dos escravos eram “propriedade” de apenas uns poucos senhores de escravos, então tal informação confirma que a região de Frutal foi formada em grandes propriedades, principalmente que adotaram a criação de gado e a monocultura como atividades econômicas principais. Também identificamos algumas famílias escravas, que viviam nas senzalas improvisadas nos porões dos casarões senhoriais ou em casas de pau-a-pique no entorno da casa principal da propriedade. A condição social e política dos escravos também merece uma análise. Não votavam e nem podiam ser votados. Inclusive eram encarados pela camada senhorial - como em qualquer outro lugar de escravidão – como coisa, mercadoria ou animal de carga (Fernandes, 1989).

Além dos **inventários**, outra fonte importante de pesquisa foi o **Censo de 1872**, principalmente pela possibilidade de aprofundarmos em termos quantitativos e de podermos levantar algumas questões a partir daí. A população total de Frutal (população livre e escrava) era de 5.352 pessoas. A população escrava (negra e parda) representava 875 pessoas (472 masculinos e 403 femininos), ou seja, cerca de 15% da população total. Dos negros (e pardos) escravos temos ainda os seguintes dados: a maioria geral com predominância de escravos nascidos no Brasil, 100% católicos e 100% analfabetos.

| SEXO | ESTADO CIVIL | RAÇAS | RELIGIÃO |
|------------|--------------------------------------|----------------------------------|-------------------------------------|
| Masc.: 472 | Solteiro: 482 (masc) e 375 (fem). | Pardos 158 (masc) e 48 (fem) | Católicos 472 (masc) e 403 (fem) |
| Fem.: 403 | Casado: 80 (masc) e 17 (fem) | Pretos 319 (masc) e 355 (fem) | Não católicos 0 |
| TOTAL: 875 | Viúvo: 10 (masc.) e 11 (fem.) | - | - |

Tabela. Dados extraídos do Censo de 1872 – Quadro geral da população escrava considerada em relação aos sexos, estados civis, raças, religião, nacionalidades e grau de instrução. Composta pelo autor.

Em termos demográficos, a população escrava estava na média de 16% do total da população, o que também foi encontrada quase o mesmo percentual nas demais freguesias da região, conforme Lourenço (2007). Aí identificamos que o quantitativo de escravos em Frutal foi significativo, pois era a maior parte de contingente da mão-de-obra nesse território. Se o total da população negra (incluindo os pardos) em Frutal representava 1701 pessoas, então estamos tratando de cerca de 30% da sua população. Também encontramos no censo de 1872 a presença de homens e mulheres negras (e pardas) livres. Os homens representavam 485 pessoas, sendo as mulheres 341 pessoas (totalizando 826). O total da população livre de

Frutal era de 4.477 pessoas, sendo a maioria branca, o que significa 2026 pessoas (sendo 918 homens e 1108 mulheres).

Os dados sobre o estado civil mostram uma discrepância entre os negros casados, pois enquanto 80 pessoas do sexo feminino eram casadas, somente 17 pessoas do sexo feminino estavam nessas condições. Ou as mulheres negras foram alforriadas (libertas) e continuaram trabalhando para a camada senhorial, ou já eram livres e mantinham algum tipo de relação com essa mesma camada senhorial, inclusive em função da dominação do esposo. Pela quantidade de pardos vivendo em Frutal, então a relação entre negros e brancos era uma tendência entre alguns casamentos, inclusive a formação das famílias e seus locais de moradias ainda merece maiores estudos.

Segundo o fundo – Cartório do 2º ofício de Notas, Escrituras e Procurações – Fúlvio Márcio Fontoura de 1839 a 1887), temos as chamadas Cartas de Liberdade com registro de escravo na cidade de Frutal. O escravo Adão Crioulo, que era de propriedade de João Correia Pires, consta nos registros que teria sua liberdade após a morte do seu proprietário, porém deveria trabalhar por 12 anos na Casa da Misericórdia de Uberaba, dirigido pelo Padre Frei Eugênio. O registro é de 14/04/1863. A parte mais importante da Documentação encontra-se no fundo Secretaria da Primeira Vara Cível, pois nos inventários *Post-Morten* datados de 1815 e 1888, é o que temos vários registros de escravos, conforme já tratamos.

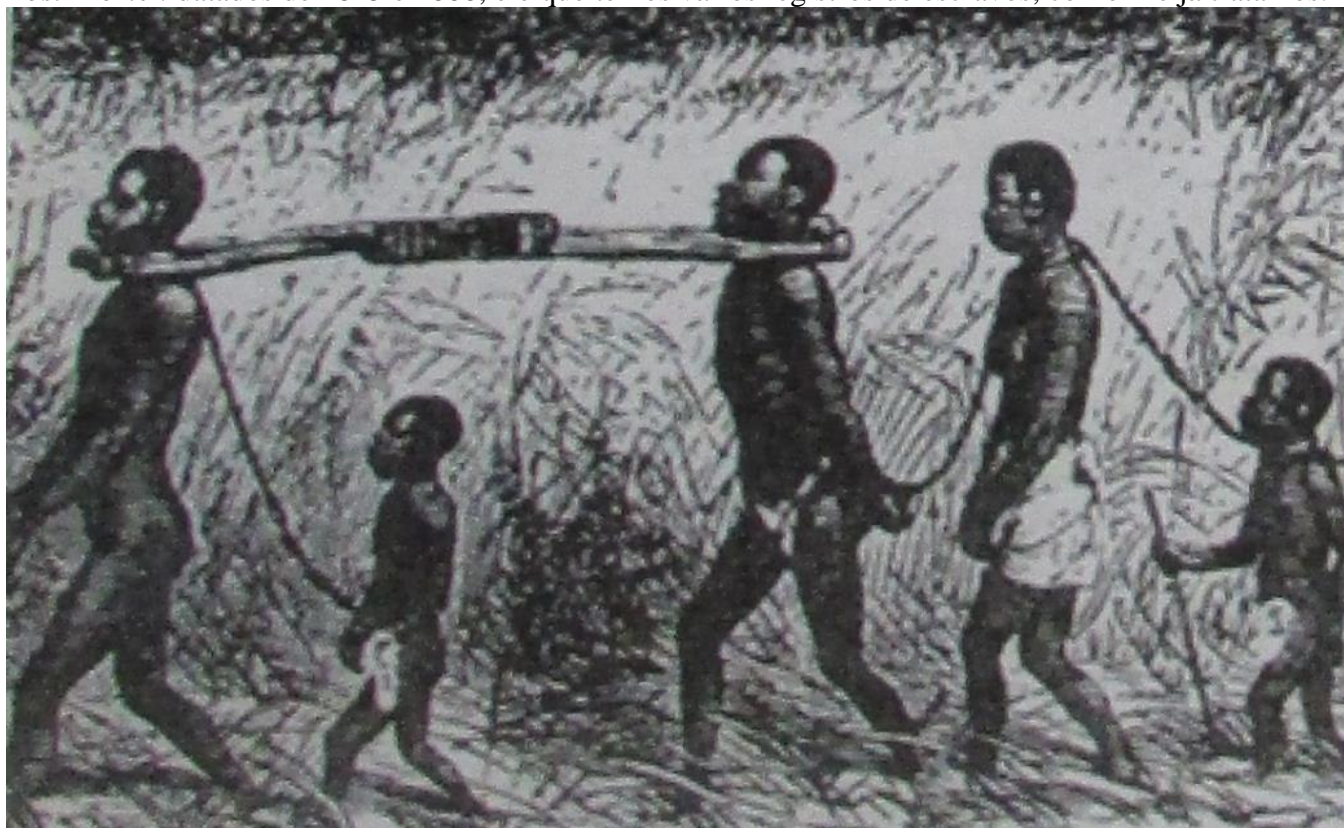


Foto: escravos cangados, s.d. Fonte: Arquivo Público de Uberaba (APU, 2012).

Também temos num único trabalho de memorialista frutalense o acesso a uma pequena parte da escravidão no município de Frutal. Paula (2004) traz dados significativos sobre um dos maiores senhores de escravos, Antônio de Paula e Silva. Após o falecimento da esposa de Antônio, Maria Jacinta de Menezes, foi aberto um processo de inventário tendo como inventariante o próprio Antonio de Paula e Silva. Datado de 1874, os bens listados no inventário giram em torno da Fazenda São Bento e do seu engenho de canal lá existente. No patrimônio familiar também constava porcos, gado e instrumentos de trabalho. Mas seriam os escravos o maior patrimônio do casal, caso sejam comparados com os bens declarados e avaliados monetariamente:

“Nas minhas pesquisas, analisando centenas de processos de inventários e outros documentos, o que veio às minhas mãos, constando maior quantidade de escravos, foi exatamente, o relativo aos bens deixados pelo falecimento de Maria Jacinta de Menezes, esposa de Antônio de Paula e Silva, de cuja relação podemos contar 27 indivíduos, os quais foram avaliados pelo total de 13.600\$000 (treze contos e seiscentos mil réis), que dá uma média pouco superior a 500\$000. Verificamos também que a soma dos bens de ‘raiz’ atingiu apenas 7.793\$034 (sete contos, setecentos e noventa e três mil e trinta e quatro réis). Assim, o valor dos escravos dava para comprar praticamente

o dobro das propriedades imóveis então existentes. Muito valioso na época era também os animais de serviço, como os bois de carro e os cavalos. Pude observar que, com o preço de um cavalo que valia em torno de 80\$000 (oitenta mil réis), se podia comprar uma junta de bois. Com o valor de 6 a 7 cavalos também se comprava um escravo ou uma boa sorte de terras” (Paula, 2004, p. 365-366).

A Fazenda São Bento, que pertenceu ao casal Antônio de Paula e Silva/Maria Jacinta de Menezes e ficava próximo da atual rodovia Frutal-Planura, além de ter sido uma das principais concentrações de escravos em Frutal, também fazia divisa com uma grande comunidade negra, o Douradinho.

Na região de São Mateus – na proximidade da então hoje divisa entre os municípios de Frutal e Itapagipe – também tivemos outra grande aglomeração de escravos, conforme registro abaixo:

“Por volta de 1.850, aproximadamente, imigraram-se de Portugal para o Brasil seis irmãos. Sendo um deles o Sr. Joaquim Batista de Queiróz que escolheu a região do Sertão da Farinha Podre, hoje Triângulo Mineiro, estabelecendo aqui em regime definitivo, onde se situa o município de Itapagipe, Fazendas São Mateus e Serradão. A chegada de Joaquim Batista de Queiróz se deu há alguns anos após a fundação de Frutal. Joaquim Batista de Queiróz, é o tronco principal da família Queiróz em nosso município. Sendo que os demais cidadãos com o mesmo sobrenome não descendentes dos irmãos de Joaquim que escolheram outras regiões do Brasil para fixarem residências. Não se sabe o custo da Fazenda adquirida por Joaquim Batista de Queiróz, sabe-se somente que ela foi paga com um punhado de dinheiro que se chamava PATACA. Nesta Fazenda que deveria possuir mais de 500 alqueires, existiam centenas de escravos, que eram tratados com amor e justiça. Logo que a Princesa Isabel assinou a Lei Áurea, Joaquim Batista de Queiróz não só libertou como deu a eles o sobrenome Batista. Até hoje existe na região do São Mateus homens de cor com este sobrenome” (Mata e Oliveira, 1982, p. 55).



**Foto: Atual região do Garimpo da Bandeira, que foi uma das área exploradas inicialmente com trabalho negro, 2016.
Fonte: AU.**

O tom de doçura dos autores quando avaliaram que a relação entre o senhor e escravos era de “amor e justiça”, além de buscar amenizar os impactos da escravidão no aspecto dignidade humana, também não considera que os despossuídos da terra viviam em condições precárias e sujeitas ao mandonismo dos donos do lugar. Ficou a lacuna acerca da existência de acordos para a ocupação da terra por parte dos negros do lugar no trabalho desses autores, mas trataremos desse assunto mais adiante.

Não conseguimos registros para compor os nomes dos escravos que viveram na fazenda de Joaquim Batista de Queiroz, mas encontramos nos registros de compra e venda de escravos no Arquivo Público de Uberaba (com data de 30/11/1863) uma compra de Queiroz dos vendedores Bento José de Souza e Companhia do escravo de nome Casimiro. Com idade de sete anos, o escravo foi adquirido por 1.000\$000 (Um conto de reis) e contou com o prazo de dez meses para pagamento.

Já tratamos do Chatão quando nos referimos anteriormente à família Machado da Silveira. Também é um lugar que merece maiores estudos, principalmente sobre a ocupação do território pelos negros. Também foi no Chatão que primeiramente a escravidão surgiu com força no território frutalense. Lá tivemos grandes propriedades em termos de abrangência territorial, assim como em termos de grandes

quantitativo de escravos por propriedade.

Uma dessas possíveis propriedades ainda existe, tendo como ex-proprietário o coronel Delfino Nunes, que foi herdeiro de grandes glebas de terras e (ex) escravos na região de Frutal. É uma casa com amplas instalações, cujos porões foram utilizados para a morada de negros e agregados da fazenda. Fica num local chamado Brejão, cuja fotografia está publicada noutra parte desse livros.

Em várias regiões de Frutal também tivemos muitos ranchos de pau-a-pique que pertenceram a ex-escravos ou negros livres, mas que não existem mais. Alguns resquícios das casas-grandes da camada senhorial que utilizou mão-de-obra escrava ainda existem e merecem ser melhor estudadas, pois são parte da história de Frutal.

As transformações na condição social e sociabilidade negra em Frutal com a Lei do Ventre Livre, 1871

A Lei do Ventre Livre, que é como ficou conhecida a Lei Nº 2.040 (de 28 de setembro de 1871), que foi sancionada pela princesa imperial regent em nome do imperador Dom Pedro II e declarou “de condição livre os filhos de mulher escrava que nascerem desde a data desta lei, libertos os escravos da Nação e outros, e providencia sobre a criação e tratamento daquelles filhos menores e sobre a libertação annual de escravos”, foi a iniciativa que causou uma série de impactos na ordem social escravocrata de Frutal.



Foto: a região da Usina Cerradão foi um dos principais centros de escravidão em Frutal, s.d. Fonte: AU.

Primeiro, foi um importante passo para que se fortalecessem as primeiras organizações de comunidades de escravos na cidade de Frutal, pois alguns senhores passaram a liberar parte de terras para que seus escravos pudessem viver. Muitas comunidades cresceram, inclusive receberam escravos fugidos de outras paragens.

Segundo, como continuavam como força de trabalho dos senhores de seus pais, os filhos de escravos tinham garantias para receber algum tipo de remuneração pelo trabalho quando estivessem em condições de formar a mão-de-obra das propriedades. Mas não funcionou muito bem, porque os descendentes de escravos trabalhavam muito e recebiam muito pouco, o que geralmente vinha em termos de uma rala alimentação e da autorização de poder habitar as terras do camada senhorial. A condição do negro escravo liberto passou para uma espécie de semi-escravidão, pois quem continuava ditando as regras de sua vida não era totalmente ele próprio.

Terceiro, como gerou um impacto direto no patrimônio da camada senhorial, porque os filhos dos

seus escravos não puderam mais ser considerados escravos e ser incorporados ao plantel de escravos, então a riqueza a ser acumulada pela camada senhorial teria que ser por meio da produção e da acumulação de capital. Não mais totalmente com a compra, venda e posse de escravos, o que causou mudanças no Mercado escravo local.

Para fins de comparação, quem tinha um escravo de dois anos em 1872 acumulava algo em torno de 300\$000 (trezentos mil réis). Quem possuía um escravo de dez anos, o mesmo valia quase quatro vezes mais, o que equivale a cerca de 1.000\$000 (um conto de réis). Com a impossibilidade de incluir os filhos dos escravos ao plantel, que foi seguida da incerteza quanto ao mercado de escravos, então foi natural que atividade escravista passasse a ser desestimulante.



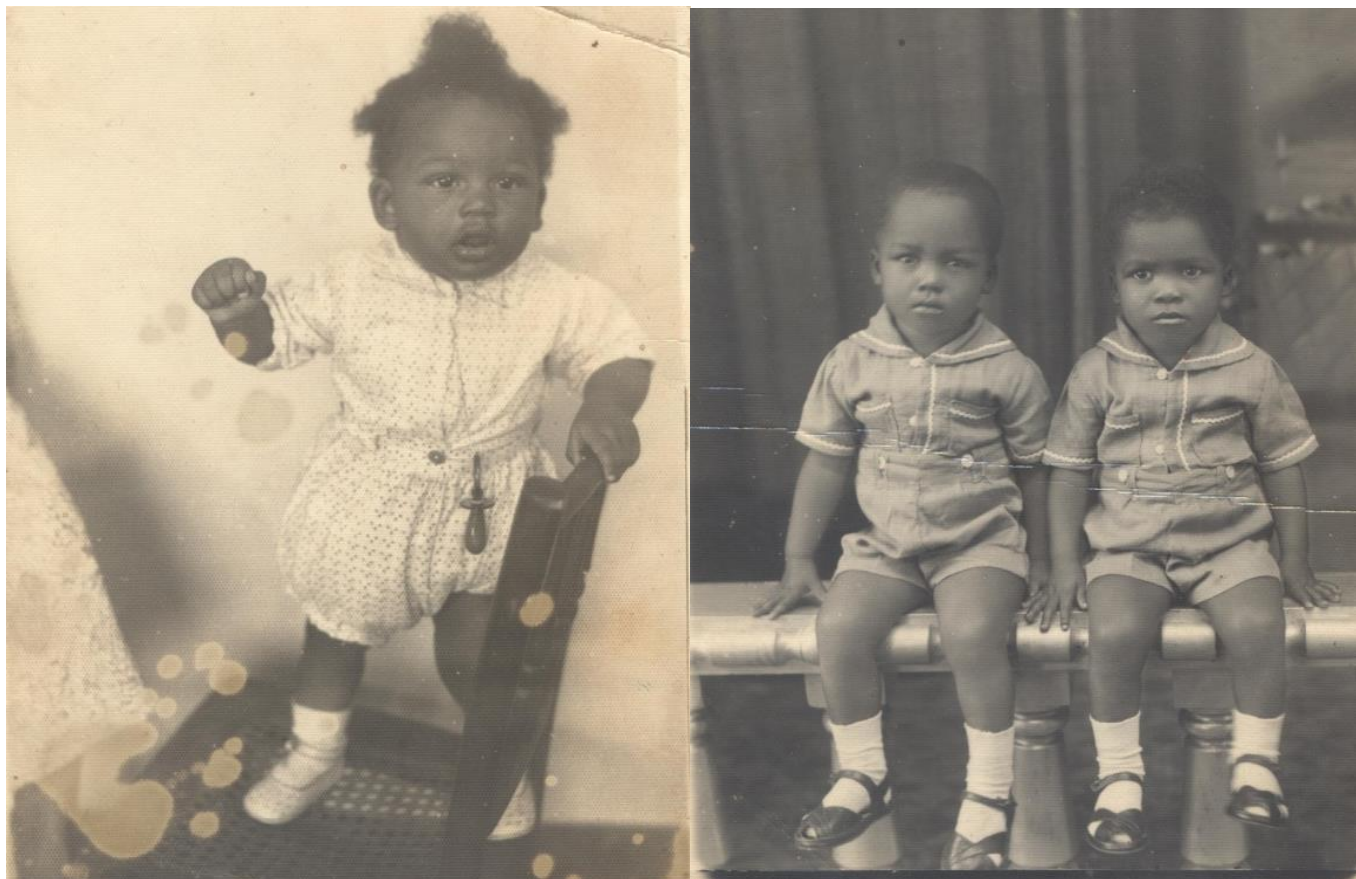
Foto: vida dos negros no século XIX. Fonte: Arquivo Nacional.

A lei era clara quanto à libertação dos filhos de escravos: “Art. 1º Os filhos de mulher escrava que nascerem no Imperio desde a data desta lei, serão considerados de condição livre”. Também gerou uma responsabilidade para a camada senhorial, pois segundo a lei, “os ditos filhos menores ficarão em poder e sob a autoridade dos senhores de suas mães, os quaes terão obrigação de criá-los e tratá-los até a idade de oito annos completos”. Depois dos oito anos, a camada senhorial poderia enfim trazer as crianças para lhe prestar serviços até os 21 anos.

A lei gerou mais uma relação de obrigação entre escravos e a camada senhorial, o que na realidade de Frutal significou que o compadrio falou mais alto. Da condição de senhor, a camada senhorial passou à condição de padrinho, o que ameniza a relação entre senhor e escravo, mas não tirou o negro de sua situação de servidão.

Nos estudos sobre a escravidão nos Estados Unidos, (Genovese, 1988) observou que a aceitação do paternalismo era um meio de resistência dos negros, pois a deferência e a proteção por parte da camada senhorial a eles servia para que sua possibilidade de mudanças das condições de vida fosse posta sob outras bases. Não podemos analisar a escravidão de forma mecânica, quando os negros são observados somente como coisas, inertes à opressão da camada senhorial e sem agir histórico. Por isso insistimos no caráter da resistência, principalmente quando ao longo da história os negros aproveitaram as brechas do sistema para se impor. Como a exclusão dos negros da condição de sujeitos históricos pela visão elitista que ainda

impera nos rincões do Brasil, cabe a nós pesquisadores enxergar os processos sociais e históricos com um olhar mais atento e criterioso.



Fotos: à direita os Gêmeos Maximiliano e Cipriano (descendentes de Delfino e Maria Justina). Fonte: AP. À esquerda não temos os dados.

Por isso, que esse momento da história da escravidão em terras frutalenses precisa ser analisado mesmo que o silêncio da documentação legal não nos permita extrair muito. A lei do Ventre Livre abriu algumas brechas, o que foi o início das primeiras garantias de direitos a favor dos negros:

“Art. 4º É permitido ao escravo a formação de um pecúlio com o que lhe provier de doações, legados e heranças, e com o que, por consentimento do senhor, obtiver do seu trabalho e economias. O Governo providenciará nos regulamentos sobre a collocação e segurança do mesmo pecúlio”.

Toda a fiscalização para o cumprimento da Lei do Ventre Livre ficou por conta da Câmara Municipal de Uberaba, se considerarmos que Frutal estava ligada administrativamente àquela cidade. Outra medida foi o registro dos escravos, que foram feitos por meio das coletorias municipais, que inclusive passou a recolher taxas:

“Art. 8º O Governo mandará proceder à matricula especial de todos os escravos existentes do Imperio, com declaração do nome, sexo, estado, aptidão para o trabalho e filiação de cada um, se fôr conhecida. § 1º O prazo em que deve começar e encerrar-se a matricula será anunciado com a maior antecedencia possível por meio de editaes repetidos, nos quaes será inserta a disposição do paragrapho seguinte. § 2º Os escravos que, por culpa ou omissão dos interessados, não forem dados á matricula, até um anno depois do encerramento desta, serão por este facto considerados libertos. § 3º Pela matricula de cada escravo pagará o senhor por uma vez sómente o emolumento de 500 réis, se o fizer dentro do prazo marcado, e de 1\$000 se exceder o dito prazo. O producto deste emolumento será destinado ás despesas da matricula e o excedente ao fundo de emancipação. § 4º Serão tambem matriculados em livro distincto os filhos da mulher escrava, que por esta lei ficam livres. Incorrerão os senhores omissos, por negligencia, na multa de 100\$ a 200\$, repetida tantas vezes quantos forem os individuos omitidos, e, por fraude nas penas do art. 179 do codigo criminal”.

Conforme os inventários analisados, haviam na coletoria 54 escravos registrados como pertencentes ao território frutalense. Mas certamente vários registros podem ter sido feitos, pois nos baseamos apenas

nos inventários existentes para termos os dados de escravos em Frutal. Assim como temos outras fontes de registros, pois a lei criou a obrigatoriedade de registro de nascimento dos escravos nascidos, conforme podemos observar abaixo:

“§ 5º Os parochos serão obrigados a ter livros especiaes para o registro dos nascimentos e obitos dos filhos de escravas, nascidos desde a data desta lei. Cada omissão sujeitará os parochos á multa de 100\$000”.

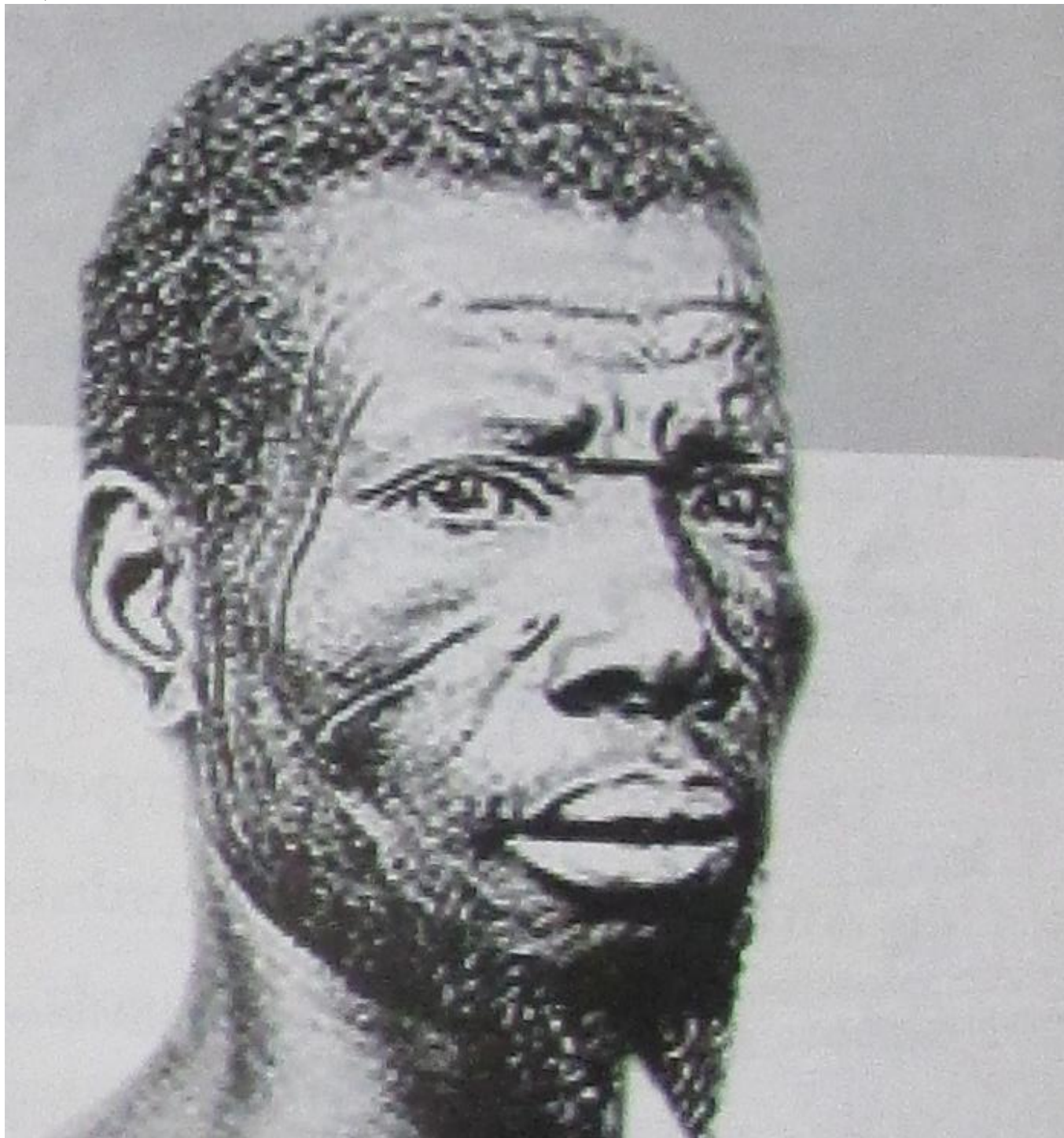


Foto: Negro escravo do Triângulo Mineiro, s.d. Fonte: Arquivo Público de Uberaba (APU, 2012).

A camada senhorial frutalense encontrou dificuldades para se adequar a Lei do Ventre Livre. No fundo da Câmara Municipal de Uberaba foi encontrado um registro que trata da “Multa aos proprietários de escravos que não participam o nascimento dos filhos dos cativos”. Com data de 04/02/1873, o registro está na página 37 (verso) das atas da referida Câmara, conforme reproduzido abaixo:

“Foi lido um abaixo-assinado de vários habitantes da Freguesia do Carmo de Frutal pedindo a esta Câmara como competente para representar ao Poder Legislativo, pedindo mais um pequeno prazo para a

execução da lei n.º 2040 de 28 de setembro de 1871 sobre as multas impostas aos senhores de escravos que tem deixado de participar em tempo o nascimento dos filhos destes, allegando muita ignorância da parte dos habitantes daquela Freguesia. Declarou a Câmara que fosse o abaixoassinado remetido ao Exmo. Presidente, sendo o mesmo remetido à Comissão permanente para apresentar a redação do officio”.

A Lei do Ventre Livre criou novas formas de resistências negras em Frutal. É o que tratamos a seguir.

A formação das primeiras comunidades negras em Frutal

Como já tratamos na parte de formação de Frutal, a região do Triângulo Mineiro foi palco de uma série de habitações de quilombos e de comunidades negras. Segundo um dos memorialistas frutalenses, a indicação de algumas dessas comunidades podem ser conhecidas, inclusive os sobrenomes dos seus pioneiros: *“Depois vieram os negros, escravos foragidos que se escondiam de seus donos, e formaram as comunidades de Douradinho, da Samambaia e do Córrego dos pretos; e muitos tinham, sobrenome de Bento, Costa, Gabriel, Macêdo, Miguel, Pereira, Santos e Silva”* (Ferreira, 2002, p. 29).

O memorialista não apresentou detalhes de como essas comunidades foram formadas, assim como não identifica a época de sua formação, o que dificulta o maior entendimento da história dos negros a partir de sua obra.

Sobre o Douradinho, que obtivemos um importante depoimento de sua fundação a partir de um descendente de uma das famílias que lá viveram, então foi possível trazer maiores detalhes de sua importância histórica. A família do seu Delfino foi formada pela sua bisavó Maria Justina, que foi liberta da condição de escrava pela Lei do Ventre Livre, mas manteve-se na propriedade da camada senhorial. Não aceitando a forma como era tratada mesmo na condição de liberta, fugiu de Uberaba para Frutal, quando casou com seu bisavô. Como a região do Douradinho foi outra comunidade que teve uma grande comunidade de negros, inclusive formada na base de acordo com a camada senhorial, a matriarca Maria Justina viveu nessa comunidade. O depoimento de Delfino (filho de Delfino Bento) nos ajuda a compreender o Douradinho: *“Lá, os negros dos antepassados ganharam as terras. Assim que teve a abolição da escravatura, eles ganharam essas terras de umas beatas riquíssimas aqui da região. Só que não eram terras documentadas. Alí já tinha umas 150 pessoas. Era uma família grande lá que morava nessa região. Agora, as pessoas foram comprando, regularizando. E como não pagavam os impostos, perderam as terras. Meu pai teve uma parte lá, mas nunca corremos atrás. Ninguém interessou. E está lá outras fazendas e outras pessoas. Eu acredito que lá era um quilombo. E depois veio a liberdade e eles ganharam a terra”.*

O Douradinho fica localizado na estrada entre Frutal e Planura. Pela sua proximidade com a Fazenda São Bento, que pertenceu ao fundador de Frutal que a história oficial consagra, Antônio de Paula e Silva, então acreditamos que após a abolição da escravidão ex-escravos da São Bento e de outros locais foram sendo incorporados nessa comunidade do Douradinho.

Outras comunidades foram formadas após o período da abolição da escravidão, principalmente quando vieram muitos negros da zona rural para a sede do município. Como é o caso do Mangueirão. Outras comunidades foram criadas, como é o caso da Samambaia. Muitas dessas comunidades voltarão a ser tratadas nesse livro. Os mais diversos detalhes sobre a existência dessas comunidades serão trazidos para que se possa compreender as condições sociais dos negros em vários momentos da história de Frutal, principalmente para entendermos as mais diversas formas de resistências dos negros no município frutalense.



Foto: negros frutalenses que viveram nas regiões do Brejinho. Da esquerda para a direita: Manoelino, Dona Bejinha e Irondino (mãe e filhos). Fonte: AP.

SEGUNDA PARTE

A INTEGRAÇÃO DO NEGRO NA SOCIEDADE DE CLASSES (1889-2017)

Após a abolição da escravidão, cujo evento aconteceu em 1888, a situação dos negros em Frutal não sofreu grandes alterações, pois a alforria não veio seguida de apoio público e de ações efetivas para a integração social na nova ordem.

Muitas comunidades formadas de negros em regiões como São Mateus e Douradinho eram o porto seguro para os negros libertos, pois a vida em comunidade garantia o sustento mínimo e a sobrevivência. Produzia-se o básico para o atendimento das necessidades imediatas de alimentação, que se resumia à produção de mandioca e milho, além da criação de pequenos animais como galinhas e porcos. Na tradição rural, na realização de atividades coletivas chamadas mutirões também eram seguidas de festividades que integravam ainda mais, pois não se comemorava apenas os ganhos do grupo, mas as tradições herdadas do passado.

Os negros não foram escolarizados e não foram valorizados enquanto atuavam como trabalhadores manuais, pois cabiam a eles somente o trabalho pesado no campo, além das piores tarefas daqueles escravos que viviam no ambiente doméstico da camada senhorial. Não foram treinados para tarefas mais nobres, pois eram subjugados por serem tratados como seres menos inteligentes e incapazes.

Como escreveu Florestan Fernandes, os negros fizeram parte do “*contingente da população nacional que teve o pior ponto de partida para a integração ao regime social que se formou ao longo da desagregação da ordem escravocrata e senhorial e do desenvolvimento posterior do capitalismo no Brasil*” (Fernandes, 2008, p. 21).

Em Frutal tão situação não foi diferente da situação vivida em outros locais. O trabalho de Florestan Fernandes nos permite compreender as condições sociais dos negros pós-abolição. Pois, o “... *liberto se viu convertido, sumária e abruptamente, em senhor de si mesmo, tornando-se responsável por sua pessoa e por seus dependentes, embora não dispusesse de meios materiais e morais para realizar essa proeza nos quadros de uma economia competitiva*” (Fernandes, 2008, p. 29).



Foto: Construção do Coreto, s.d. Fonte: AP.

No único registro significativo em torno da escravidão em sua obra, Plastino (1991) traz informações

sobre vários descendentes de escravos do fazendeiro Joaquim Baptista de Queiroz:

“Grupos de descendentes-remanescentes de antigos escravos que pertenciam ao fazendeiro Joaquim Baptista de Queiroz, possuidor de uma das maiores Fazendas do território da ‘Farinha Podre’, por volta dos anos 1835/1850, antes mesmo da fundação de Fructal. Tão logo promulgada a Lei da ‘Libertação dos Escravos’, em 1888, o benemérito fazendeiro Joaquim Baptista de Queiroz concedeu alforria a todos os seus escravos e proporcionou-lhes, ainda, meios-de-vida livre e os aquinhoou em sua própria Fazenda” (Plastino, 1991, s.p).



Foto: Remanescentes da escravidão. Da esquerda para direita: Francisco Justino e sua mulher dona Thereza, dona Albina Maria da Silva, dona Maria Justina da Silva e Ana Justina de Jesus, 1928: Fonte: Plastino, 1991.

Plastino segue a linha tradicional de pensamento ao tratar os senhores de escravos como beneméritos, pois aquilo que podemos chamar de direitos sociais acaba sendo confundido com a generosidade e a bondade da camada senhorial.

Por exemplo, o acesso à educação ainda restrito aos filhos da camada senhorial, seja estudando na própria fazenda por meios dos seus familiares ou de professores contratados, seja sendo enviado para outros locais para que pudessem estudar. Aos negros que viviam no campo após o fim da escravidão oficial, ainda ficaram mais de meio século desprovidos totalmente sem acesso à educação, pois as escolas rurais só viriam a ser fundadas com maior amplitude nos anos 1940. Mesmo assim as barreiras educacionais ainda eram grandes para os negros, pois o mundo do trabalho ainda era considerado o local de excelência para os negros.

As primeiras escolas que puderam começar a fazer a diferença para parte dos negros de Fructal só foram criadas na década de 1940 pelo poder público municipal. Geralmente funcionavam em prédios cedidos pelos fazendeiros. Uma das primeiras, a Escola Municipal Frei Teodósio, que era localizada na Fazenda São José do Bebedouro, foi fundada em 25-07-1943. Seguem outras fundadas nos anos 1940 com suas respectivas localizações e datas de fundação: Escola Municipal Euclides da Cunha (Fazenda São José do Fecho, 20-08-1945); Escola Municipal Carlos Gomes (Fazenda Rocinha, 11-02-1947); Escola Municipal Afonso Pena (Fazenda São José do Fecho, 14-11-1948); Escola Municipal Delfim Moreira (Fazenda São Bento, 28-02-1948); Escola Municipal Francisco Xavier Ribeiro (Fazenda Ressaca, 11-02-1947); Escola Municipal Gonçalves Dias (Fazenda São Mateus, 14-01-1948); Escola Municipal João

Pinheiro (povoado Garimpo do Bandeira, 28-02-1948); Escola Municipal Maria Gondin (Fazenda Rangel, 11-02-1947); Escola Municipal Miguel Couto (Fazenda São Bento, 28-02-1948); Escola Municipal Osvaldo Cruz (Fazenda São José do Bebedouro, 12-01-1948); Escola Municipal Princesa Isabe (Fazenda Douradinho, 14-01-1948); Escola Municipal Quintino Bocaíuva (Fazenda Marimbondo, 28-02-1948); Escola Municipal Sílvio Romero (Fazenda São José do Bebedouro, 28-02-1948)². Nos anos 1950, várias escolas foram criadas atendendo outras regiões. As escolas municipais Cristovão Colombo, José de Alencar, Santa Lúcia, São Luís, Tiradentes e Coronel Alonso de Moraes foram fundadas na Fazenda Cerradão. A Escola Municipal Monteiro Lobato foi fundada no Povoado de Água Santa. A Escola Municipal Raimundo Correia foi fundada na Fazenda Cristo Redentor.

Sobre o Grupo Escolar Gomes da Silva, que passou a funcionar na sede do município de Frutal em 1924, ainda dedicaremos um capítulo especial no livro. O único registro fotográfico dos últimos remanescentes do período pós-escravocrata foi publicado por Ernesto Plastino: *“Até mais ou menos as décadas de 1920/1940, ainda viviam em nossa comuna, cercados da estima de todos os frutalenses, os componentes do grupo acima, vendo-se na foto o velho preto Francisco Justino e sua mulher dona Thereza, dona Albina Maria da Silva, dona Maria Justina da Silva, casada que foi com Delfino Bento da Silva, recentemente falecido e, por ultimo, a mais velha de todos, segurando uma bengala, a preta velha dona Ana Justina de Jesus”* (Plastino, 1991, s.p).

O crescimento populacional de Frutal veio seguido da intensificação das mais diversas atividades econômicas. Também houve a incorporação de outras partes de territórios ao município, como foi o caso das atuais São Francisco de Sales, Planura, Comendador Gomes.

Abaixo, o comparativo populacional entre 1872 e 1890:

Tabela 20: Triângulo Mineiro: população dos distritos em 1872 e 1890, e crescimento demográfico relativo.

| Distrito: | 1872 | 1890 | Crescimento demográfico (1872-1889) |
|-----------------------|-------|--------|-------------------------------------|
| Uberaba | 8.710 | 19.174 | 120,14% |
| Uberabinha | 3.480 | 7.541 | 116,70% |
| Frutal | 4.487 | 6.978 | 55,52% |
| Sacramento | 9.893 | 15.101 | 52,64% |
| S. José do Tejuco | 2.131 | 5.061 | 137,49% |
| Prata | 2.886 | 5.603 | 94,14% |
| Campo Belo | 1.319 | 2.004 | 51,93% |
| S. Francisco Sales | 2.132 | 3.938 | 84,71% |
| Monte Alegre | 3.296 | 7.170 | 117,54% |
| Abadia do Bom Sucesso | 3.380 | 4.819 | 42,57% |
| Santa Maria | 1.943 | 3.652 | 87,96% |
| Brejo Alegre | 4.480 | 7.302 | 62,99% |

Fonte: Recenseamento do Império do Brasil (1876) e Recenseamento do Brasil de 31 de dezembro de 1890 (1898).

Reproduzido de Lourenço, 2007, p. 213 .

Na primeira década do século XX, o município de Frutal possuía uma riqueza significativa, que foi gerada principalmente pelo trabalho dos negros. Com 140.000 bovinos, 5.000 equinos, 1.500 asininos e muares, 4.000 caprinos e ovinos e 45.000 suínos, a produção animal era a grande força econômica de Frutal. Mas também havia uma expressão na agricultura, com a produção de milho, feijão, arroz, algodão, cana-de-açúcar, amendoim, cará, batata, mandioca, abobora, inhame, mangaritos, cebola, alho, tomate, alfavaca, baunilha e o início da cultura de café (Capri, 1916, p. 18).

A concentração das terras em poucas mãos, só demonstrava que a força do latifúndio estava assentada no poder de alguns coronéis. Conforme os dados de Roberto Capri, a Fazenda São Bento possuía 3.000 alqueire, cerca de 3.500 rezes de gado da raça indiana e tinha como proprietário Delfino Nunes. A

² Muitos dados dessas escolas rurais foram encontrados na Secretaria de Educação Municipal e nas atas da Câmara Municipal de Frutal.

Fazenda Fructal, que era de propriedade do capitão Adolfo Furtado de Mendonça, tinha 500 alqueires e 5.000 rezes de gado zebuino. A Fazenda São José do Bebedouro e tantas outras possuíam grande faixa de terra e de gado (Capri, 1916, p. 19-20).

Na condição de analfabetos, os negros que viviam em Frutal recebiam pouco e não tinham seus direitos garantidos, mas era a força de trabalho essencial para o crescimento econômico do município. Além da agropecuária, que era a principal base econômica frutalense, também havia laticínios, olarias, engenhos de cana e máquinas de arroz. Frutal produzia 85.000 kilos de arroz, 10.000 de açúcar, 4.000 de rapadura, 7.000 de feijão e 500 de fumo (Capri, 1916, p. 27).



Foto: Marfisa, Camila, Bruno e Otávio na casa de Marfisa na região do São Mateus, 06/10/2016. Fonte: AU.

É importante frisar que nessa época o território de Frutal ia até São Francisco de Sales. Além da produção para o mercado, a produção para a própria subsistência também tinha sua importância, porque o crescimento populacional exigia o aumento da própria produção. Tínhamos descendentes de escravos que viveram entre Comendador Gomes e Itapagipe, inclusive membros da família Carneiro. Mas tantas outras famílias originárias da época da escravidão ainda vivem em Frutal, o que inclusive exige maiores estudos.

A região do São Mateus e a comunidade quilombola da Serrinha

A região do São Mateus foi uma grande área de ocupação dos negros em Frutal, pois além de possuir grande número de escravos em seu território, também formou uma comunidade de negros que está agora concentrada na área conhecida como Comunidade Serrinha.

A moradora descendente dos negros mais antiga atualmente no entorno da Comunidade é chamada Marfisa Maria de Jesus, filha de Flausino de Freitas e Bertolina Maria de Jesus e analfabeta. É uma negra na qual se atribui como a pessoa mais idosa de Frutal. É uma das poucas representantes do passado do local que permaneceu na região, pois a cidade atraiu boa parte dos viventes daquele território da zona rural.

Observou-se na conversa que tivemos com Marfisa que haviam muitas casas ali na região que habita.

Que seus antepassados trabalharam para a camada senhorial para que pudessem adquirir os itens básicos de vida, inclusive aprenderam a respeitá-los e a “pedir bênção” porque “era bom pra nós”. Mas a ligação com a terra e as lições dos mais velhos, principalmente os pais, ligava a vida ao trabalho pesado na roça, principalmente pela falta de acesso às escolas para os negros.



Foto: Terras habitadas por descendentes de escravos na Comunidade da Serrinha, 06/10/2016. Fonte: AU.

Na conversa com um dos proprietários de terras vizinho à região da comunidade da Serrinha, ele nos informou que onde havia essa comunidade de negro “tinha muita casa lá e eles plantavam roças”. As terras eram de uma fazendeira de nome Angelina, que cedeu a terra aos negros. Ele utilizou a expressão “negro quartado” (coartado) para se referir aos habitantes daquela comunidade, também informando que os negros ainda possuíam as terras na época em que ele era criança. Estamos falando do início dos anos 1930, pois quando o entrevistamos em 2016 ele estava com 95 anos.

As informações coletadas nos levam a compreender que os negros naquela comunidade da Serrinha viviam na condição de coartado, ou seja, para que pudessem adquirir a alforria, então era estabelecido acordo com a camada senhorial que o detinha como propriedade. O negro era liberado para trabalhar sem a tutela do senhor, o que lhe permitia ao longo de vários anos pagar por sua liberdade. Essa era uma prática comum na região.

Com tal situação, a camada senhorial passava a adquirir características de bondade e refletiam na ligação paternalista entre senhores e escravos, o que nos estudos sobre a escravidão tratam que muitos “alcançaram sua libertação a partir de estratégias e de acordos desenvolvidos no dia-a-dia das relações escravistas” (Paiva, 1995a, p. 56).

No caso específico do São Mateus, o acesso à terra foi uma conquista fundamental para que os negros pudessem cumprir adequadamente suas obrigações, inclusive trabalhavam para si, para o próprio senhor ou outros. Esses acordos estabelecidos entre negros e brancos também aconteceram com o senhor Pedro Batista na mesma região por pessoas que nos informaram. Então era uma forma dos negros assumirem uma nova condição dentro do sistema escravista: “*Já para os mancípios³, tratava-se da conquista do mais valioso dos bens: a libertação. Para conseguí-la, tudo valia a pena, até mesmo teatralizar submissão e passividade*” (Paiva, 1995a, p. 56).

A resistência ao sistema escravista passou pelo estabelecimento dessas estratégias costuradas dentro do próprio sistema, o que coloca os negros como “autênticos agentes históricos” (Paiva, 1995a, p. 54). Não existia legislação, participação do Estado e sequer a formalização oficial na coartação, mas permitiu que

³ Mancípio está relacionado à escravo ou quem é dependente

parte dos negros saíssem da condição de escravos para o de camponeses.



Foto: Coroneis João (de pé) e Antonio Pinto (sentado), s.d. Fonte: AP

Na condição de camponeses pobres, os negros mais uma vez passaram a ser utilizados como mão-de-obra barata, embora fossem donos de sua própria liberdade. O que explica como muitos negros viveram como agregados em torno das propriedades dos coronéis locais.

A região do São Mateus é muito emblemática para entendermos a coexistência de negros escravos e negros colonos, considerando que havia interesses por parte da camada senhorial que os negros pudessem

oferecer sua força de trabalho dentro das condições que fossem mais vantajosas para si. A própria sobrevivência dos próprios negros a partir do seu círculo familiar ocupando partes das grandes propriedades de terras retirava a obrigação de manutenção das condições materiais dos negros por parte da camada senhorial, inclusive contribuía para amenizar a relação entre brancos e negros, o que alguns confundem com sentimentos de bondade e de generosidade que acabou ofuscando a exploração vivida pelos negros em Frutal.



Foto: Família de negros que habitaram a região do Brejinho, s.d. Fonte: AP.

Debrair Amâncio, que é um dos nossos depoentes que nasceu na região do São Mateus, então nos contou um pouco do que ouviu dos seus antepassados: *“Lá tinha muita gente nas fazendas, que eles chamavam de agregados ou colono. Tinha muitos pretos que trabalhavam para os de Paula, os Batista, o Longuinho de Queiroz, o João Teodoro, o finado Benito. Muitos negros trabalharam lá”*.

O que foi relatado a ele dos seus descendentes não foi muito atrás na história, mas é significativo para entendermos a vida dos colonos na região do São Mateus: *“O negro da escravidão nessa época lá não existia. O pessoal morava na roça, e tudo nas fazendas. Um fazia o ranchinho, tinha o seu porquinho, suas galinhas, plantava suas mandiocas. Igual minha irmã (Marfisa), que tem um pedacinho de chão lá também”*.

Mas Debrair conhece parte das raízes negras na cidade: *“Tinha a Isabela, também. A mão dela foi escrava lá. Tinha a finada Crista. As famílias delas foi escravo”*. Ele falou da Ponte Nova, como os Andreza, que eram negros que tinham sido escravos. São dados significativos!

Na nossa avaliação, a Comunidade da Serrinha, que foi reconhecida pela Fundação Cultural Palmares em 2015 como remanescente de quilombo, encontra-se formada historicamente a partir das condições abertas no sistema escravista, conforme já tratamos anteriormente. Segundo a matéria “Comunidade quilombola de Frutal está prestes a ganhar posse de terra na Justiça” (TV Globo, 2015), que tratou do reconhecimento como remanescente de quilombo para a comunidade da Serrinha, os negros vinham perdendo as terras ao longo dos anos. O tio-avô de Rose (Rosicler Francisca da Silva) foi escravo, passando a ocupar a terra na região e morreu aos 108 anos, foi quem lhe passou maiores informações sobre a situação do local, conforme depoimento dela: *“O nosso tataravô era o dono de tudo aqui. Quando o povo invadiu a nossa terra, que é de direito, e fez eles de escravo. O sonho dele era recuperar as terras para nós de volta”*. Aqui trata da existência dos negros antes da vinda dos brancos, que vieram a tomar suas terras e passaram a escravizá-los. Tal informação é importante, pois havia uma população livre de 825 escravos em Frutal de acordo com o Censo de 1872. Ou seja, a totalidade da população não era escrava, mas girava em torno de 50% desse grupo.

Sobre a situação dos negros naquela região, segundo Brigida Dalizete de Oliveira: *“Eles eram castigados, foram escravos. Apanhou, pois candeia na boca deles e levava chicotadas diretos. Eles sempre contavam essas histórias. E choravam”*. A Presidente do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Frutal, Mariléia Alves Ferreira, que contribuiu para o levantamento que resultou no reconhecimento da Comunidade a partir da situação de um trabalhador rural atualmente, tratou da questão da terra e como funcionava a expropriação: *“Falou que as pessoas que a terra era deles. Que estavam ficando sem a terra, porque os grandes latifundiários estavam tomando as terras em troca de pinga. Dava pinga pra eles e, depois deles “bebido”, punha os dedos como eles não sabiam assinar eles assinavam com os dedos e pegavam as terras deles. Que eles estavam ficando sem espaço e ele achava que era uma grande injustiça. De lá pra cá me chamou a atenção e eu comecei a ver e a procurar o que estava acontecendo”*.



Foto: Primeira Comunhão na Samambaia na fazenda de Belarmino José Machado, 1948. Fonte: AU.

Os depoimentos sobre a Serrinha apresentados na matéria televisiva são bastante elucidativos quando comparados com os dados obtidos na nossa pesquisa, que demonstram claramente a posse das terras pelos negros. Sem contar a situação de inferioridade a qual é submetida a população negra, o que não é nenhuma novidade. Voltamos ao tema da Serrinha na **quinta parte** do livro.

A comunidade dos negros na Samambaia e Marimbondo

No caso da comunidade da **Samambaia**, que ficava localizada do lado direito da antiga estrada São Paulo Cuiabá e próximo da Rocinha, as informações que conseguimos nos dão conta que pelo menos dois dos moradores da região veio da região do Douradinho para lá. É o senhor Alceu Maria de Jesus. Casado com Maria Rodrigues, foi para a Samambaia após se casar com vinte e dois anos de idade. Como nasceu em 1923, então aportou na região por volta de 1945. Num pequeno pedaço de terra criou os filhos e fez muitas amizades em toda a região por causa do seu carisma, do seu trabalho e da sua luta. No caso do Senhor Geraldo, cujas informações sobre sua existência conseguimos com o Senhor Adi (filho do Senhor Alceu), é que veio para a Samambaia antes do seu pai, inclusive viveu mais de 100 anos. Foi padrinho de batismo de Adi, inclusive ajudou a ocupar a região trazendo a cultura negra e o modo de vida.

Tanto Alceu, como Geraldo (além de outros que moraram na Samambaia que não conseguimos maiores detalhes), que viveram inicialmente em casas de pau-a-pique, contribuíram para o modo de vida camponês e as tradições das roças de antigamente, como mutirões, festas religiosas de junho, benzeções etc. São figuras humanas que construíram a história de Frutal. Deram sua contribuição dentro da sua simplicidade, do seu trabalho e de suas lições. Que cuidaram da terra frutalense, produziram e deixaram um legado para as futuras gerações, principalmente seus valores humanos.

A conversa com o Senhor Genésio Rodrigues Neto trouxe a realidade da região da Samambaia e do Marimbondo, que avizinhava com a região da Rocinha. Embora as dificuldades de sobrevivência fossem grandes, a relação com os vizinhos brancos trouxe uma relação humana que foi por outras instâncias além da econômica, conforme tratamos em seguida.

A desumanização dos negros durante o período escravocrata fez parte de um processo cruel e terrível por parte de setores da camada senhorial. Ao se tratar os negros como coisas, o que foi promovida foi a total perda de direitos por parte deles. Mas as mais diversas formas de resistência negra constituíram em mecanismos de superação dessa condição social desumanizadora, inclusive a aquisição de pedaços de terras ainda durante o período escravocrata por parte de alguns poucos negros. Após a abolição da escravidão, a população negra de Frutal conseguiu parcialmente ocupar diversas áreas na região de Frutal, embora muitos tiveram de mudar desses locais para outros.

A região da Samambaia e do Marimbondo foi uma dessas áreas, embora com a pouca terra ainda faltou acesso à educação e de apoio continuado e permanente para que os negros pudessem mudar suas vidas para patamares mais dignos da pessoa humana. A desigualdade social foi muito acentuada, principalmente pela variável posse de terra. Muitas famílias negras viveram o século XX espremidas em pequenas glebas de terras, o que não tornava possível a sobrevivência digna. E a terra não foi para todos.

A ocupação das pequenas glebas de terras não garantiu a devida sobrevivência das famílias, pois *“trabalhava para um para outro para ganhar em dia”*, conforme Genésio Rodrigues Neto. Como o ganho era pequeno com o que conseguiam na própria terra, logo o trabalho para os fazendeiros locais passou a ser bastante comum, o que começava desde a mais tenra idade: *“Papai era muito trabalhador. Nós começamos a trabalhar ainda menino. Quando nós foi ajudar lá no Sinhozinho eu tinha seis ou sete anos. Tinha que ir lá trabalhar. Não deu muita chance prá nós vagabundear, não. Quando crescia mais um pouquinho, dava aquela tarefa de limpar quintal na enxada. Tinha que trabalhar”*.

Além de participar da colheita de algodão, o Senhor Genésio também trabalhou no engenho do Sinhozinho: *“Eu mesmo trabalhei lá em tempo de menino. Montava um animal e tocava ao redor do engenho”*. O que geralmente levava dois meses de intensos trabalhos, considerando que o Sinhozinho tinha muita cana para moer e a produção era significativa, principalmente de açúcar e rapadura.

Não é por acaso que seu avô que trabalhou até quando estava muito idoso, o que também aconteceu com seus demais familiares. A manutenção da vida nesse espaço através do trabalho era o único meio de se ter o básico para a própria sobrevivência, pois com a pouca renda retirada do trabalho na sua própria terra, a situação de moradia era precária: *“A nossa casa era de pau a pique. Era de assoalho e pau a pique ao redor, mas coberta de telha comum”*. Uma realidade social que demorou muitas décadas para mudar, considerando que os incentivos para o homem do campo começou a ter contornos mais favoráveis a eles somente nos últimos vinte anos.

Com a proximidade da família Leonel na região do Marimbondo, o Senhor Genésio e sua família passou a ter uma convivência muito próxima, principalmente com a colaboração esporádica nos trabalhos da terra e na participação das suas festividades. A família Leonel *“sempre fazia o terço de natal, a população toda reunia e passava a noite rezando”*. Outra festa tradicional era o São João. Quando se levantava bandeira, a fogueira era acesa e o foguete indicava que começava os festejos.

Outra característica da cultura local era a chamada benzeção. As práticas culturais tradicionais tinham nos benzedeiros a sua expressão: *“Benzedeiro tinha, benzedeira eu não lembro não. Tinha o Evangelho, o velho Geraldo e um tão João Rosa. O Geraldo benzia para quase para tudo quanto há. Esse Evangelho e esse João Rosa benzia de ofendido de cobra. Inclusive o meu irmão foi ofendido e eles benzeu ele”*.

Outro momento importante nessas terras era o chamado mutirão, conforme o seu depoimento: *“O mutirão tinha quase direto. Na época de carpina de roça, roçar pasto”*. Juntava-se todos os vizinhos para ajudar um deles nas suas tarefas. No final do mutirão, então *“tinha vezes que dançava”*, quando inclusive levavam o sanfoneiro da cidade chamado Dedé para animar esse momento.

A convivência com a família liderada por Belarmino José Machado (Belo) também foi importante. Senhor Genésio sabia que Dona Irinéia Maria dos Anjos (esposa de Belo) era uma grande costureira, pois haviam carneiros em que eram retiradas lãs para ela fazer cobertas. Foi lá também que estudou depois de passar por outras duas escolas. Morava no João Dias e estudou na escola da fazenda criada por Belarmino José Machado.

Nos contou que “escola nesse tempo o fazendeiro levava a professora”. A responsabilidade pela criação e manutenção das escolas era do próprio fazendeiro. Como sua mãe e seus avos não sabiam ler e escrever, a oportunidade de aprender o básico foi dada. Sua primeira escola foi com o Professor Antônio Simeão Machado na fazenda do Sinhozinho. A segunda foi com Senhora Joana perto de sua casa. A Terceira foi com o Joaquim Alves Ribeiro na escola do Senhor Belo. Segundo ele, a “escola do Sinhozinho durou muito pouco tempo”. No Marimbondo, ia com o irmão e uma prima à pé para a escola.

Assim ele nos contou como era a escola no Senhor Belo: “*Era uma casinha de morada, mesmo. Nós estudava lá na sala. Era uma sala comprida e pos uma mesa. As mulheres ficava pra cá e nós homens ficava para cá. Era o Balduíno, Joãozinho, Bebê, eu, o Antônio sobrinho do Joaquim Elias de homem. Prá cá era as meninas. Era a Jerominha (Lomica), Debrantina, Florispina, Juraci e Lourdes*”.

O recreio era geralmente no quintal da fazenda: “Na hora do recreio ia lá pras laranjas. A laranja lá era doce e era muita”. O seu material de estudo consistia num caderno, numa tabuada e num catecismo. Na sala conviviam alunos de series diferentes.

A convivência com a família Dias foi importante, pois morava na fazenda do Senhor João Dias e Dona Laudicena. De lá ficava mais perto de ir para a escola. Nas horas vagas, ajudava a cuidar da filha do casal, a Senhora Maria da Penha.

Nos contou dos balaios (o famoso jacá) que era produzido no Marimbondo. Além do futebol, que inclusive foi importante para integrar ainda mais o Marimbondo com a Samambaia. Conviveu com os filhos do Senhor João Dias, como o Dito e o Geraldo. No futebol, o Senhor João Dias era o goleiro lá da Samambaia.



Foto: Marujada na Rua Afonso Pena, s.d. Fonte: AP.

A região produzia muito milho e mandioca, também. Os produtos como farinha de milho e mandioca eram produzidos por todos, além do fubá de milho, a pamonha e o mingau de milho (também com a utilização de leite e açúcar). Uma região muito rica e de muitos valores humanos.

Ao final da nossa conversa, o Senhor Genésio nos resumiu um pouco a vida na região do Marimbondo e Samambaia, principalmente na sua época de jovem: “*Na época da nossa juventude nós aproveitou bem lá. Fazia um forrozinho lá. Vamos pra casa de fulano’. Era geralmente aos sábados e na véspera de um feriado. Reunia e tinha uma turma de rapaz e moças. Graças a Deus foi uma vivência muito*

humana lá. *Eu não lembro de briga com nossos colegas*”. Muitos passatempos estavam nos jogos de baralho e no futebol.

O Senhor Genésio nos contou que “a vida para nós era trabalhar a semana inteira”. Trabalhava-se também o dia inteiro, inclusive vir para a cidade participar de festividades era muito difícil. Ele lembra com muito orgulho a convivência com os vizinhos, considerando que “nós criamos lá tudo junto”, especialmente com a família Leonel.

A ideia de contar sua história para esse livro constituiu para ele uma forma de valorização dos negros, principalmente por não ter percebido ao longo de seus mais de 80 anos de sua história de vida os negros ocupar espaços de destaque na sociedade.

O Mangueirão e o bairro do Brezinho

Dos locais de importância significativa na formação histórica da cidade de Frutal, além do Mangueirão e no bairro do Brezinho, também temos a chamada região da Capoeira dos Bugres (já tratada anteriormente).



Foto: José Defensor da Pátria, avô da Dona Maria José Lacerda, s.d. Fonte: arquivo da Escola Vicente de Paulo.

O Mangueirão foi formado com a vinda da família da ex-escrava Maria Justina para Frutal, que até então viviam na região do Douradinho. O Mangueirão estava localizado numa região próxima do centro da cidade. O depoimento de um dos moradores do Mangueirão, o Delfino Bento, traz muitos dados de como era aquele lugar, que atualmente pode ser localizado onde encontra-se a Igreja Presbiteriana na rua Raul Soares: *“Fui criado no Mangueirão. Era uma região que tinha duas mangueiras enormes que servia muito para brincar ali. A criançada de Frutal toda conhecia. Era bom fazer lazer ali, pois tinha boas sombras. Quando chegavam ciganos, eles ficavam acompanhados ali, também”*.

O Mangueirão era na visão de Delfino agradável, aconchegante e que tinha duas mangueiras que davam sombras para quem fosse por ali. Ele também tratou de quem morava ali: *“Era a família da Maria Justina, que era minha bisavó. E do Delfino, que é meu bisavô. Ali era só os filhos e os netos que moravam ali. Era aproximadamente umas sessenta pessoas”*. Dona Maria Justina, sua bisavó, como sua mãe, Maria Campos, eram dedicadas à culinária, inclusive a parte de doces. Ambas trabalharam bastante para todas as pessoas fazendo salgado, doce, inclusive as festas da igreja. Um importante local do Mangueirão foi tratado por Delfino. Trata-se de um antigo casarão ficava nos quintais entre as atuais ruas Machado de Assis e Raul Soares: *“Um casarão foi construído pelos escravos. Eles conseguiram essas terras. Meu bisavô tinha uma chácara ali. Depois quando a cidade foi chegando lá próximo, foi loteando, foi vendendo e acabou a história. A minha bisavó falava que esse casarão era do pai dela. Inclusive quando eu era pequeno chegamos a morar lá. Não tinha porta e não tinha nada. Os negros que vinham para ir ao médico ficava tudo lá nesse casarão”*.

O Mangueirão também fez parte da família de Maria José Lacerda: *“Meu avô ia para o Mangueirão domingo de manhã para ensinar o pessoal a ler. Tinha o Justino, o Salvador [morando lá]. Então eles ficavam a manhã inteira estudando. Levava a palmatória, porque naquela época tinha palmatória. Depois elas faziam um almoço. Na parte da tarde os meninos ficavam brincando. E meu avô ia tocar sanfona, e virava um baile. Isso religiosamente todo domingo. Hoje eles falam o paizinho de ‘Seu Mestre’”*.

José Defensor da Pátria, que era avô da Professora Maria José Lacerda e foi escrivão de paz em Frutal, ao utilizar as sombras das mangueiras para ensinar os negros do Mangueirão, também prestava a solidariedade humana a uma população que ficou abandonada na sua própria na cidade. A parca educação oferecida era uma esperança!.

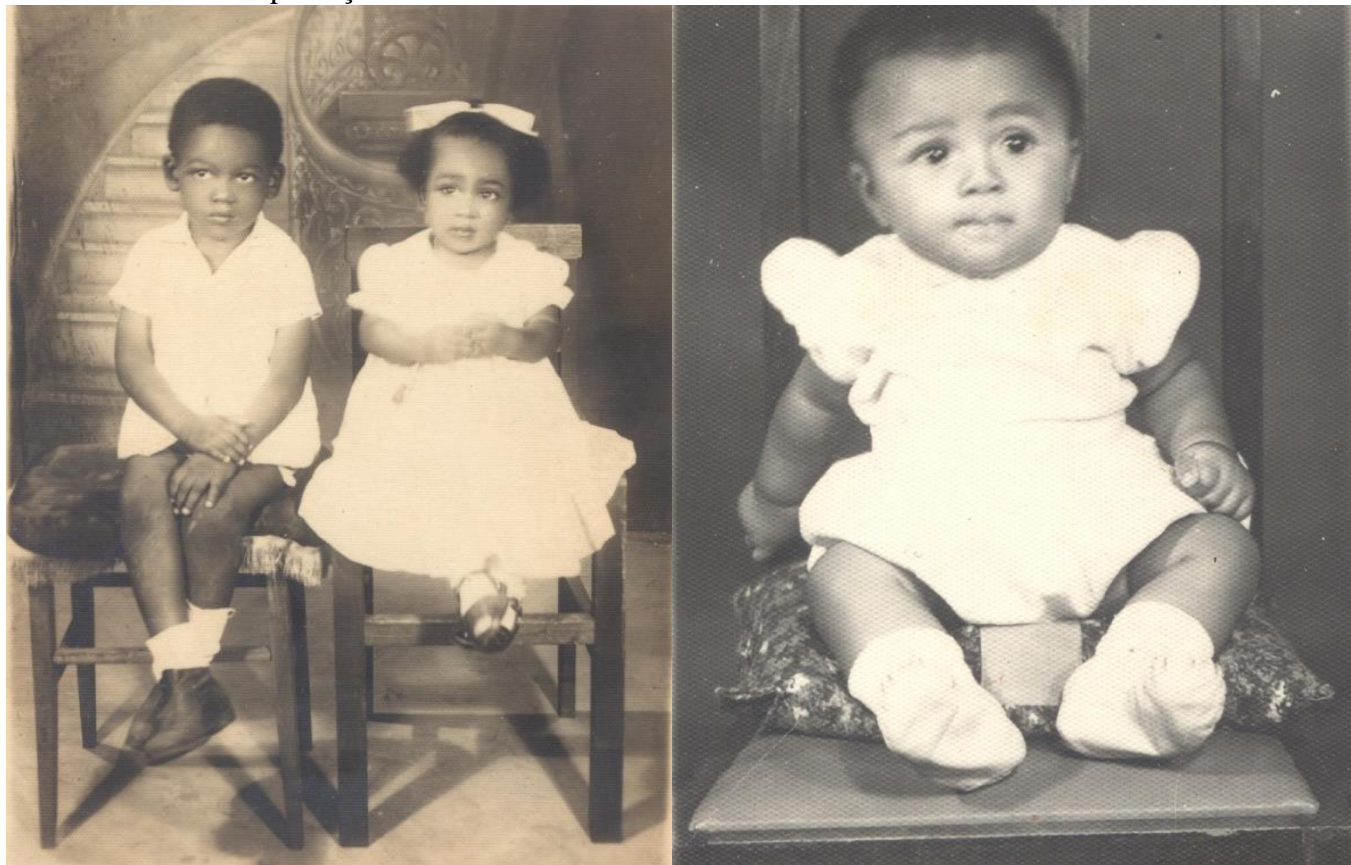


Foto: descendentes de Delfino e Maria Justina, s.d. Fonte: AP.

A educação não chegou tanto às populações negras como era necessário. Para a melhoria das condições de vida, a cidade era vista como possibilidade, tendo o Grupo Escolar Gomes da Silva como referência. Principalmente pelas condições de estudo para os filhos dos que não possuíam posses, considerando que era oferecido gratuitamente o acesso à escola (seguido de apoio aos estudantes de famílias desprivilegiadas através da Caixa Escolar).

Quanto ao Brejinho, que foi formado por famílias negras que também vieram de outras regiões e se instalaram naquela parte do cenário urbano que se formava no início do século XX, atualmente

compreende o Bairro Princesa Isabel, que foi ampliado e se diversificou em termos econômicos, sociais e populacionais. Atribui-se ao local a existência de um grande quilombo de negros que existia no início do século XIX.

A perda de terra dos negros foi um importante fenômeno social. A família do seu Julião morava no Bebedouro. Sua mãe mudou-se para a cidade porque vendeu a terra para Raul de Paula e Silva. A venda serviu para comprar uma casinha e uma vaca. A vaca foi para amamentar seu filho, que veio trazida para a cidade. Seu pai tinha um carro de bois com quatorze bois, mas a mãe do seu pai (sua avó) também não fez negócio por ser analfabeta, como sua própria mãe. Assim, o depoimento de Julião ilustra como ficou sua família: *“Minha mãe trabalhava para esse povo. E no fim, o dinheiro dela desapareceu e o meu sumiu”*. Sua mãe trocou um cavalo por uma roda de fiar. Ele mudou com a família para a cidade quando tinha em torno de seis anos. O Brejinho foi o local de sua morada.

No caso da Capoeira dos Bugres, além dos descendentes de índios que estiveram morando ali antes da vinda do “fundador” e ficaram com alguns dos seus membros até os anos 1970, também tivemos uma população de negros que começaram a ganhar a região com forte presença ainda na primeira metade do século XX. Ainda é possível encontrar descendentes desses negros morando na região, como iremos tratar no capítulo seguinte.

Para Arnaldo Diniz, cujo pai lavrador e sua mãe trabalhava numa família, a visão do bairro é a seguinte: *“Era um bairro muito pobre, todo mundo era pobre. Na época tinha que buscar lenha para fazer as coisas de casa. A água era puxada da cisterna numa corda. Na época tinha muita água”*.

Na ocupação territorial de Frutal, a classificação social e racial era determinante, porque determinadas áreas eram dos bugres (nome pejorativo e preconceituoso para tratar os descendentes de índios), negros e brancos pobres, outras específicas dos brancos mais privilegiados.



Foto: Jeronima Maria Macedo e Genesio Gonçalves Macedo em casa no Brejinho, 1969 [?]. Fonte: AP.

A resistência negra também ocorreu com a ocupação do espaço urbano, pois ali podiam reproduzir o seu modo de vida, viver em comunidade, cultivar suas tradições, distanciar-se da camada senhorial a qual a prendia a certas regras e o controle social, disputar mesmo em condições desiguais as oportunidades de trabalho e as formas de sobrevivências da vida na cidade.

Ao longo do século XX, a presença negra marcava a cidade de Frutal. Tendo como referência a frente da atual Igreja da Matriz bem no centro da cidade, cobrindo um vasto território ao leste tínhamos o Mangueirão e o Brejinho. Ao oeste, a Capoeira dos Bugres. Ao norte e ao sul, a ocupação negra não foi tão significativa.

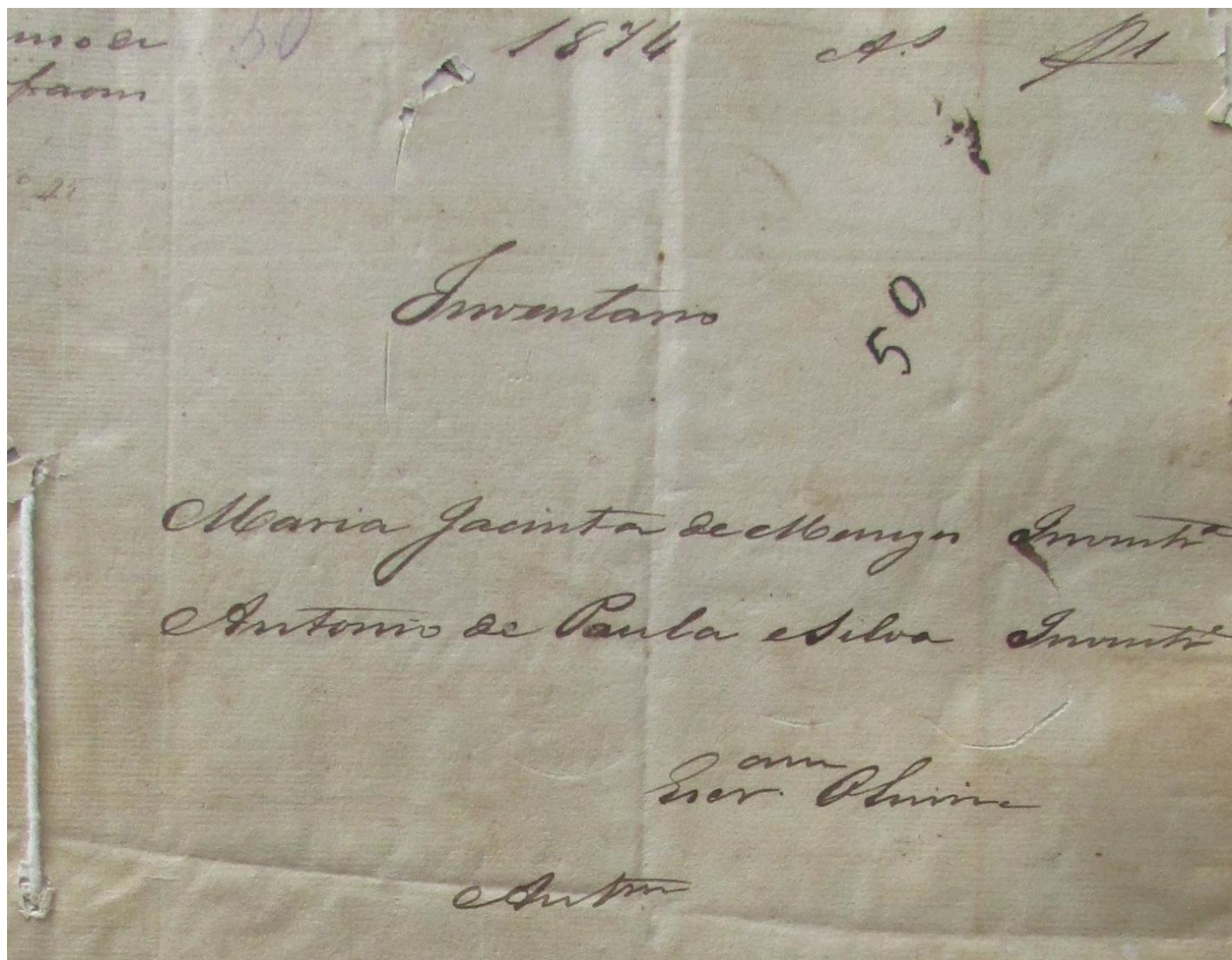


Foto: Parte da página inicial do inventário de Maria Jacinta de Menezes, que teve como inventariante Antonio de Paula e Silva, senhor de escravos em Frutal. Fonte: Arquivo Público de Uberaba (APU).

O Brejinho, o Mangueirão e a Capoeira dos Bugres foram centros de cultura e religiosidade dos negros muito fortes, assim como a própria Capoeira dos Bugres, que trataremos no próximo capítulo. São importantíssimos locais formadores do espaço urbano frutalense. No caso da Capoeira dos Bugres, aí tratamos do primeiro agrupamento humano no território do povoado (e posteriormente e cidade de Frutal). No caso do Brejinho e do Mangueirão, são os primeiros espaços de expansão urbana, se considerarmos que Frutal do início do século XX permaneceu por muito tempo em torno de praticamente três ruas: rua de cima (atual Avenida Coronel Delfino Nunes), rua de baixo (atual rua Antônio de Paula) e rua do meio (atual Rua Senador Gomes da Silva).

Uma autora que analisou em profundidade a questão do esquecimento de atores sociais na construção da narrativa histórica de Frutal pelos memorialistas, ao trazer um análise sobre os sujeitos históricos que não foram colocados como detentores de um papel ativo na formação da cidade, também contribui para podermos localizar os nossos marcos fundadores: “*Todos os registros sobre o Mangueirão e a Capoeira dos Bugres se tornam relevantes por trazerem à tona, mesmo que de modo discreto e com um olhar muitas vezes apenas insinuante, a presença de sujeitos múltiplos e culturas diversas na formação de Frutal – reconhecidos ou não – para além do seletivo grupo que assumiu a formalização da cidade. O episódio envolvendo a Capoeira, inclusive, tem algo mais a assinalar: as divergências apontadas quanto ao local adequado para a construção da igreja revelam o teor político da escolha, muito mais abrangente e profunda do que aparenta à primeira vista. A construção do cruzeiro no Alto Setentrional pode ter sido uma forma de reconhecimento do pioneirismo de outros moradores, que terminaram por ser genérica e pejorativamente rotulados como bugres*” (Brito, 2017, p. 163-164).

Não temos dúvidas de que o povoado de Frutal surgiu na região chamada de Capoeira dos Bugres, cujos primeiros moradores eram descendentes de índios vindos pelo Estado de Mato Grosso e escravos fujidos ou quilombolas. Além dos negros que viviam em Frutal na condição de escravos, principalmente das famílias Machado da Silveira e Paula e Silva. São os nossos pioneiros e merecem maior espaço na história de Frutal. Embora estejam citados rapidamente até na história oficial, os indígenas não são encaixados adequadamente como fundadores de Frutal, tampouco os negros.



Foto: Seu Julião participando do Marujo nos anos 1940. Aí as mangueiras que existiam no Brejinho. Fonte: AP.

No caso dos escravos negros, a exclusão como fundadores de Frutal é praticamente total, seja na obra de quase todos os memorialistas, seja na própria história oficial de Frutal e nas suas instituições públicas, especialmente no Museu Municipal de Frutal, que é ligado à Prefeitura Municipal de Frutal.

Não existe nenhuma referência aos escravos negros no histórico sobre a cidade de Frutal afixado em um grande baner dividido em partes e espalhado em várias paredes do Museu Municipal de Frutal. No baner, além de tratar do pai do “fundador” falecido em 1816 na região de Franca-SP, traz a informação de que anos depois “Antônio de Paula e Silva transpõe o Rio Grande e funda a cidade de Frutal”. O mais contraditório foi tratar da mudança do “fundador” da região do Córrego São Bento para as margens do Ribeirão Frutal, quando “incentiva os moradores da região a se juntarem, fundando um povoado”. O mais interessante é que identifica outros sujeitos nessa época, mas o destaque recai para uma única figura: “Consta que havia índios, conhecidos como Bugres, que habitavam a região da Capoeira e, a existência de um quilombo com mais de 600 negros na região do Brejinho”. Mais uma vez os escravos negros não aparecem nesse período. Ao tratar de descendentes de índios e negros como elementos passivos na fundação de Frutal, o Museu Municipal de Frutal reproduz essa visão ao longo da exposição histórica da cidade e dos objetos expostos. Eles desaparecem da história de Frutal! Os índios e negros não entram como fundadores de Frutal, mas somente Antônio de Paula e Silva.

A exploração dos negros continuou após a escravidão, inclusive através da subvalorização do seu trabalho, da desvalorização como pessoa, que inclusive vamos tratar bastante nesse livro.

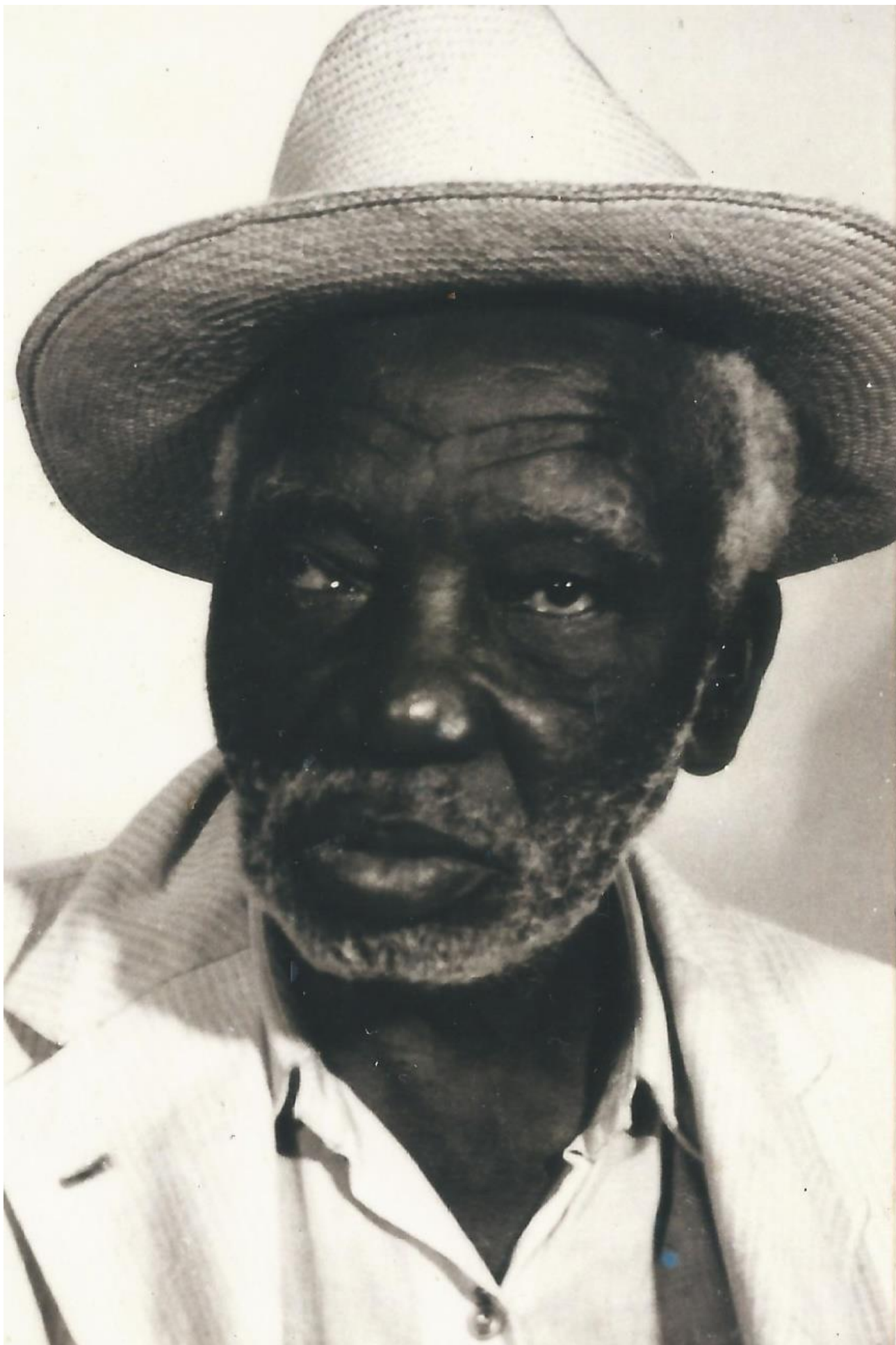


Foto: Delfino Bento Sejas da Silva, s.d. Fonte: AP.

TERCEIRA PARTE: A RESISTENCIA ATRAVÉS DA CULTURA, DA EDUCAÇÃO E DA HISTÓRIA

Na produção desse livro, quando trouxemos pela primeira vez para o conhecimento público aspectos da escravidão em Frutal, além da resistência negra na ocupação territorial, agora trazemos outras formas de resistência dos negros por meio da educação e das manifestações culturais.



Foto: Desfiles das manifestações negras durante aniversário de Frutal, sd. Fonte: AP.

Antes de adentrar nessas manifestações culturais, é fundamental fazer um resumo sobre vários pontos que foram essenciais para delinear a penetração do marujo, do moçambique e da folia de reis na cidade de Frutal. Para os limites desse livro, a escolha recaiu sobre tais manifestações culturais, embora existiram outras que não conseguimos dados suficientes.

O papel da Igreja Católica foi essencial para a sustentação do sistema escravocrata da metrópole portuguesa, que consistia na cristianização de todos os seres viventes em terras brasileiras, principalmente com o papel de domesticar aqueles que não foram alcançados até então, nesse caso os negros e índios. Com a fundação da Confrária do Rosário, na segunda metade do século XVI, a Igreja Católica teve condições de se aproximar ainda mais dos negros e de impor sua visão de mundo. Mas os negros conseguiram resistir e transformar as confrarias e irmandades em meios de expressão de sua cultura raiz. A religião também foi importante na resistência escrava: *“Oprimido pela sociedade escravista, discriminado pelo fato de ter a tez escura, completamente desprovido de qualquer direito, o negro inteligentemente utilizou o espaço que a religião oficial lhe ofereceu como um canal de expressão, como um instrumento de preservação da sua cultura, como um veículo de ‘protesto contra a angústia real’ a que o escravismo o submetia”* (Silva, 1994, p. 61).

A vida comunitária passou a ser uma marca dos negros frutalenses, cujo compartilhamento da vida em comum era marcado pela cultuação de tradições culturais e a transmissão de valores sociais passados de

geração para geração. Muitos aspectos dessas tradições não foram devidamente registrados na história oficial da cidade, embora sejam aspectos constituintes da formação daquilo que podemos chamar de povo frutalense. A resistência através da cultura começa a ser tratada em seguida.

O MARUJO

As festas tradicionais que eram organizadas pelos negros em Frutal eram principalmente essas aqui: 1) Festa de São Benedito: **mês de maio**; 2) Festa de Nossa Senhora do Rosário: **mês de outubro**; 3) Festa dos Santos Reis: **final de dezembro e início de janeiro**.



Foto: Marujada, s.d. Fonte: AP.

No meio dessas manifestações culturais e de devoção temos o Marujo, cujos dados obtidos apontam que José Albino da Silva (Cazeca) foi o capitão mais antigo do Marujo. Após o seu falecimento, a Dona Dirce Elias deu continuidade, que agora possui toda a família como uma das guardiãs dessa tradição.

A devoção ao santo marca uma configuração do Marujo. São Benedito é o santo dos negros. Ainda: é um santo negro. É mais do que uma referência espiritual, mas um exemplo de vida: *“No Brasil, o culto a São Benedito deu origem a Marujada. Entretanto, no país como um todo, a Marujada é conhecida com a dramatização da tragédia marítima da nau Catarineta, embarcação portuguesa que desapareceu no litoral brasileiro, no século XVI, e consiste num canto que recebe diversas denominações, entre elas, ‘Chegança de Marujos’, ‘Barca’ e ‘Fandango’”* (Carvalho, 2010, p. 79).

Após a morte de José Albino, a luta de Dirce Elias marcou duas frentes. A primeira foi em relação à cidade como um todo: *“Dona Dirce Elias tentou, tentou conversar com os adultos da cidade mostrando-lhes a importância do marujo como patrimônio cultural, pessoas que contribuíram na formação econômica e cultural brasileira, porém, encontrou resistências”* (Freitas, 2017, p. 9).

A segunda foi em relação aos próprios negros: *“Em outra ação positiva, Dona Dirce Elias por muito tempo tentou, tentou convencer os remanescentes Marujeiros quilombolas a aceitar todos os povos, de todas as religiões nas manifestações culturais do Marujo contudo, encontrou novamente resistência dos adultos”* (Freitas, 2017, p. 10).

A resistência cultural do Marujo se deu por meio da insistência e de nova estratégia de ação: *“Dona Dirce Elias, que é muito respeitada por todos, tanto pelos Marujeiros quanto pelos habitantes da cidade, resolveu contar a história do marujo para todas as crianças independentemente da Religião, da cor de sua pele ou da sua situação econômica. Essa ação teve sucesso, pois, as crianças se aceitavam umas, as outras e passaram a conhecer a cultura marujeira quilombola de forma natura,. O conhecimento*

era passado embaixo da árvore da sabedoria. Dona Dirce Elias, utilizou a sabedoria dos seus antepassados ou ancestrais. Ou seja, contar suas experiências com base na sabedoria da natureza logo, para tal usou o exemplo da árvore da sabedoria que nesta situação é a cajá-manga” (Freitas, 2017, p. 13).



Foto: Dirce Elias (ao centro) e e seus familiares em atividade cultural, s.d. Fonte: acervo escola Vicente de Paulo.

O último nome do auge do Marujo ainda vivo é o Senhor Julião, que esteve na fase de impulso dessa manifestação cultural a partir dos anos 1940. Ele nos explicou que “o Marujo começa como criança e vai evoluindo”, pois é “o capitão é que dá as coordenadas, sabe a hora de cantar, o que pode cantar naquele momento e o que não pode”. Ele também explicou que essa manifestação da cultura negra ainda vivia distante da Igreja Católica: “[A Igreja] não aceitava muito bem não, depois começou a aceitar”.

A tradicional Igreja Católica não tinha ainda adquirido uma opção pelos pobres, ainda era muito ligado à elite. A religiosidade dos negros católicos exigia uma luta pela aceitação das suas crenças pela instituição a qual eles tinham interesse de se envolver. Foi uma luta que só posteriormente foi vencida com a abertura da igreja para as manifestações negras.

Seu Julião participou ativamente e nos conta qual era o local de referência do Marujo: “O ensaio era na casa do capitão do Marujo, que era o José Albino da Silva, o Cazeca. Essa casa era da Dirce Elias”. Que ainda é o local que essa família vive até hoje com os seus descendentes. Que é um local importante para a cultura negra.

Pelo que podemos perceber, a resistência negra em Frutal possui lugares importantes e marcos fundamentais. Um dos locais também importante para os negros atualmente é a Capela de São Benedito. Mas a própria praça em frente a casa em que a Dona Dirce morava é uma das referências da cultura negra atualmente.

Uma conversa também muito importante para o livro foi feita com quase todos os filhos e uma nora de Dona Dirce e Paulo Elias. Maria Aparecida (Nenen), Zelinda e **Sebastião** são filhos de Dona Dirce e Paulo Elias. Etelevina, nora deles e filha de Julião e é casada com Joaquim Elias. Uma família que convive há muito tempo com as tradições negras, principalmente no início da organização das manifestações culturais pelos seus pais em Frutal.

Para Aparecida, “ter direito de voz e poder falar” é fundamental para que os negros possam ter direitos e possam lutar por eles. Ela fala da convivência deles com a cultura negra desde a época da infância, principalmente pelo entendimento de que os negros não podem pensar que era menor que ninguém: “Nós fomos criados sempre sabendo que a gente era gente”.

Com a convivência com a cultura negra desde criança por parte desses entrevistados, o entendimento de que eles estavam integrados à sociedade frutalense como qualquer outro grupo é muito forte. Zelinda lembrou do incentivo ao teatro pela sua mãe, Dona Dirce: “Tinha uma mangueira e vinha as crianças aqui fazer teatro”.

Joaquim Elias lembrou que do quintal da casa saiu escola de samba, marujo e tantas outras manifestações culturais negras, o que confirma mais uma vez a fala de Zelinda de que “a gente foi muito envolvida com a cultura negra” é um registro importantíssimo.



Foto: Missa Afro, 2017. Fonte: AU.

Como na criação da Pastoral Afro, que inclusive a família esteve em Uberaba participando do seu início há dois anos atrás, o envolvimento da família do Cazeca e Dona Dirce em prol da cultura negra frutalense permanece muito forte. Nas conversas que tivemos com pessoas que se envolveram a vida inteira com as manifestações culturais negras, o que se percebe é a importância da cultura para a afirmação da posição do negro na sociedade. Também como um espaço de organização e mobilização dos negros, os movimentos e manifestações culturais são espaços de preservação de memórias.

O Moçambique

A Festa de São Benedito acontece no mês de maio, o que acaba sendo a própria comemoração do 13 de Maio. O Depoimento de Dona Chata foi essencial para termos maiores informações sobre o seu avô, Bernardino Flauzino de Souza. Bernardino foi nascido em Frutal no dia 12 de dezembro de 1889, falecendo em 18 de agosto de 1957. Dona Chata disse que o Moçambique passou a existir na cidade quando um grupo de pessoas negras se reuniram para fazer surgir várias manifestações culturais, como o Marujo, a Congada e o Moçambique.



Foto: Dona Chata durante as atividades que marcaram os 30 anos do falecimento de Frei Gabriel, 2003. Fonte: AP.

Maria Conceição Aparecida (D. Chata), nasceu na Fazenda Sapé, filha de José Gregório de Souza e Odete Gregório de Souza, tendo 82 anos de idade quando a entrevistamos em 2017. Foi para a cidade de Frutal quando tinha um ano de idade. O pai trabalhava na Fazenda do Coronel João Pedro, que vendeu a fazenda e veio todo mundo para a cidade. Então, vivendo na cidade por volta de 1935, então conheceu em profundidade a vida da cidade. Morou abaixo da rua Augusto de Lima.

Dona Chata afirmou que o envolvimento das famílias era enorme: “Todos cuidavam do Moçambique. O Artur (seu filho) era pequeno e já estava no Moçambique”. Ela falou da festa que conseguia reunir muitos negros: “Quando era a festa de Nossa Senhora do Rosário ia todo mundo. Tinha a ala do Marujo, a ala o Congado e a ala do Moçambique”

Muitas tradições culturais negras fizeram parte dessa história, segundo Dona Chata: “Tinha o Moçambique, o Congado, o Marujo e o Bate-Pau. O Bate-Pau eles dançam cruzando os paus. O Bate-Pau eles dançam cruzando os paus. O Congado era seu Cazeca. Ele comandava Marujo e o Congado. O Sebastião Crioulo era da turma do Marujo ”

Os negros conviviam seus movimentos na melhor harmonia, mas o reconhecimento por parte da igreja era limitado: “Bernardino juntou com essa turma e começou a organizar. A reunião era lá em casa debaixo da Mangueira. Os trajés eles mandavam fazer. Tudo era na Mangueira. Eles ensaiavam lá. Eles reuniam na casa do festeiro. Depois eles iam para a porta da igreja. Lá eles iam cantando e dançando. Ficava de fora. O padre vinha, rezava um pouco e benzia o povo. Mas era de fora. Mas entrar lá dentro ele não deixava”.

O Moçambique marcou a cultura negra em Frutal. Hoje outras manifestações ainda persistem. Mas essa manifestação foi importante também para a organização dos negros na cidade.

Os Santos Reis

Debrair Amâncio nasceu na região de São Mateus nos anos 1940. Sua mãe também foi originária dessa região. Desde os oito anos de idade teve contato com as manifestações culturais negras, pois foi criado por Inácio de Paula e Silva.



Fotos: Folia de Reis Estrela da Guia, s.d. Fonte: AP.

Ele é envolvido desde criança com as manifestações negras: “Todo ano a gente fazia aquela festa. O 13 de Maio era o dia da nossa festa aqui”. Seu Debrair nos contou que o Moçambique foi iniciado com Bernardino, que depois passou para José Bernardino. Depois passou para Sebastião Crioulo.

Em 1973 começou com Miguel Ananias – que era de Aparecida de Minas – a participar da Folia dos Reis. Nessa época andava a pé. O período de saída da Folia de Reis era entre o dia 24 de dezembro e 06 de janeiro. “É uma obra do divino Espírito Santo”, salienta Debrair quando começou a engrenar na

Folia de Reis. Na época em que foi contra-mestre, andava 13 dias à pé.

A Companhia de Folias de Reis Estrela da Guia foi oficializada muito recentemente. Mas muitos dos seus membros vem atuando desde muito tempo. O Senhor Debrair disse que Inácio era o Presidente das Irmandades e uma liderança negra em Frutal. Que ele conviveu e lhe foi transmitido o sentimento de luta pela cultura negra.

Toda uma história marca essa tradição em Frutal. D. Chata falou do início do encontro das Bandeiras das Folias de Reis: *“Todo ano papai quando era sadio fazia a Folia de Reis. Era ele e o Antonio Nogueira. O encontro das bandeiras era perto do Cereia”*. Eles encontravam e a festa ou era na casa do Antônio Nogueira ou do seu pai. Aqui tratamos de uma tradição bem antiga em Frutal. Que é manifestação que envolve negros e brancos, inclusive é um espaço de encontros e de organização de uma luta em prol da nossa própria cultura.



Fotos: Folia de Reis Estrela da Guia, s.d. Fonte: AP.

Sociedade Recreativa Treze de Maio

A Sociedade Recreativa 13 de Maio foi fundada em 14 de maio de 1950. A sua primeira diretoria foi composta dos seguintes nomes: Delfino Bento da Silva; presidente, Manoel Macedo; vice-presidente, Inácio de Paula e Silva; 1º Secretário, Darcí Silva; 1º tesoureiro, Gersonilo Lacerda; 2º tesoureiro, Julião Gabriel da Silva; diretor-esportivo, Waldemar Gabriel da Silva; diretor social, João Miguel da Silva” (Plastino, 1991, p. 119-120).



Foto: A Sociedade Recreativa 13 de Maio, s.d. Fonte: AP.

Foi uma referência para os negros frutalenses, pois muitas tradições negras foram cultuadas naquele espaço, sendo assim um espaço de resistência. Também contribuiu ao longo de sua história para dar extrema visibilidade aos grupos de negros da cidade, principalmente os que organizavam os festejos

carnavalescos, um time de futebol, as apresentações musicais de nomes negros.

No depoimento de Julião, o 13 de Maio funcionou inicialmente na Rua São Sebastião. Depois teve a construção da sede na rua Santos Dumont. O poder público apoiou a iniciativa, segundo Julião: *“A Prefeitura deu os tijolos para fazer aquele prédio do 13 de Maio. Nós construímos correndo e todo mundo ajudou. Começamos a fazer os bailes”*. A luta para erguer o 13 de Maio também foi narrada pelo Senhor Debrair: *“Aí já começou a fazer o 13 de Maio. A gente arrancava pedras do Bebedouro e trazia do caminhão para cá. E chamava os negros lá para ir ajudando e levantando. E levantou o 13 de Maio. Foi um movimento dos negros”*.

A imagem do Clube de 13 de Maio foi lembrada por Maria Aparecida (Nenen), que na sua opinião “era uma coisa muito bonita” por causa dos bailes e demais atrativos, inclusive o time de futebol. Também lembra que ali era um espaço em que os negros podiam colocar como seu, pois no Alvorada Praia Clube a entrada era muito restritiva aos negros, que somente no carnaval era permitida uma rápida passagem das manifestações negras pelo Alvorada e nada mais. Era só uma volta no clube e nada mais! Não se podia permanecer naquele espaço! Era para poucos. O preconceito não era pouco!

Se não podemos ver tantos espaços para os negros na cidade no passado, mas mesmo assim encontramos nos registros da Câmara Municipal de Frutal muitos subsídios para a Sociedade Recreativa 13 de Maio, como subvenções, redução de tarifas municipais e homenagens ao trabalho do Clube. Mais um espaço pequeno na sociedade conquistado pelos negros, mas que podemos colocar na galeria das conquistas e nas formas de resistência dos negros. Ao ser perguntando sobre a existência de preconceitos na sociedade, o Senhor Julião foi enfático: *“O negro sofre preconceito. E muito”*. Com mais de oitenta anos sentindo na pele o preconceito, ele fala com propriedade sobre uma das formas de preconceitos vivenciados: *“O negro quer estar num lugar e quer participar, mas a turma não aceita a participação dela”*. O 13 de Maio foi um dos espaços de resistência dos negros, assim como de difusão da cultura negra. Um espaço de participação, integração e resistência da cultura negra.



Foto: Inácio de Paula e Silva e sua esposa Josefa, s.d. Fonte: AP.

Em várias conversas tivemos informações de que a Sociedade Recreativa 13 de Maio foi concebida diante do preconceito existente na cidade, que inclusive impedia a entrada dos negros na Associação Recreativa Frutalense (a ARF). Outros nos relataram vivenciar no Alvorada Praia Clube – que foi criada nos anos seguintes – o mesmo preconceito que existia na ARF, pois houve uma fase em que se limitava a entrada dos negros.

Inácio de Paula e Silva foi liderança por vários anos da Sociedade Recreativa 13 de Maio. Era um líder nato. Segundo um dos seus parentes (que não quis se identificar), Inácio “foi um apaixonado e defensor da raça negra. Não só de Frutal, mas também da nossa região”. Um dos nomes importantes da resistência negra em Frutal pois estava envolvido em várias atividades: “Foi participante dos congados, dos marujos,

das histórias de violas, das músicas. Ele era apaixonado e esse envolvia de corpo e alma. Foi um dos fundadores da Sociedade Recreativa 13 de maio”.

Centro Espírita Berço dos Humildes

A religiosidade dos negros também ganhou expressão dentro da doutrina espírita, principalmente com a criação do Centro Espírita Berço dos Humildes. Foi mais um espaço importante de participação.



Foto: Justino Bento em sessão no Centro Espírita Berço dos Humildes, 26/04/1966. Fonte: AP.

Segundo Ferreira (2002), a fundação desse centro aconteceu no dia 10 de março de 1951. Com endereço à Rua Duque de Caxias, 189, contou com os seguintes fundadores: Justino Bento da Silva, Joaquim Bazílio de Aguiar, Odalice Luiza de Freitas, Guilherme Nunes de Freitas, Guilherme Jeremias do Carmo, José Nunes de Freitas, Alfredo Luiz de Freitas, José Faria de Oliveira, Eva Nunes de Freitas, Maria Francisca da Silva, Ana Auta de Faria, Laudemira Delminda de Jesus, Jeová Ferreira, Manoel Vicente Diniz e Elísio Martins. A liderança de Justino Bento da Silva nesse centro foi enorme. Seus pais eram Delfino Bento da Silva e Maria Justina da Silva. Nasceu em Frutal no dia 28/01/1906.

Os dados do censo de 1940 (que foram publicados em 1950) mostraram que já existia uma quantidade significativa de espíritas em Frutal. São os seguintes números do censo: 22433 católicos, 334 protestantes, 1 ortodoxo, 1 maometano, 06 de outra religião, 229 espíritas, 36 sem religião e 05 não declararam sua religião (IBGE, 1950). A população total de Frutal era de 23045 pessoas.

Os benzedeiros e as festas religiosas das fogueiras dos santos do mês de junho na zona rural

Os benzedeiros e as festas religiosas das fogueiras na zona rural fizeram parte de uma tradição muito forte na cidade de Frutal. Não era uma tradição exclusiva dos negros, mas também envolvia as outras raças, inclusive era o conagraçamento de todos. Os benzedeiros estavam à disposição a todo tempo, inclusive era comum benzer as pessoas com uma folha de arruda contra o mau-olhado. Mas tantas outras formas de benzer eram empregadas.

A festa mais tradicional nas fazendas acontecia no mês de julho, principalmente a mais famosa era o 24 de junho, que era dedicado a São João. Muitas das vezes fazia uma festa só nesse dia envolvendo o próprio São João, Santo Antônio e São Pedro. Também precisamos remeter ao tempo das parteiras, que ajudavam as mães a fazer o parto quando os serviços médicos não chegavam nas regiões mais distantes no município de Frutal. Ou o apoio mútuo através dos mutirões nas roças também era muito comum, principalmente na época das colheitas ou da limpeza das roças.



Foto: Senhor Alceu Preto da região do Samambaia, s.d. Fonte: AP.

Uma figura humana que conheci na zona rural e que participou das mais diversas festividades na zona rural foi o seu Alceu Alceu Maria de Jesus, que tinha um sítio na região da Samambaia. Foi meu padrinho de fogueira numa das diversas festividades da fazenda de minha tia Laudicena e seu esposo João Dias. Seu Alceu benzia para curar quebranto e cobreiro, além de ser um dos nomes presentes nas festas dos santos do mês de junho. Era uma pessoa admirável pelo seu trabalho na roça, seu círculo de amizades e sua prosa boa. Também foi meu padrinho de fogueira outra figura da raça negra, o Orlando, que trabalhava na fazenda dessa mesma tia. Ele possuía grande habilidade para produzir cestas e balaios a partir do bambu. Não sei ao certo sua origem, mas o trato com a terra e a habilidade de produzir produtos com o bambu demonstram a descendência de negros camponeses e escravos, que inclusive viviam em Frutal.

Pelo que pudemos analisar, a cultura é uma forma de resistência, o que o depoimento de Dona Chata também nos ajuda a reforçar a nossa análise: *“O negro resistia. Ele queria cuidar das crenças deles”*. A cultura também é uma forma do próprio negro se valorizar, se considerarmos que “existe muito

preconceito. É raridade quem reconhece o trabalho dos negros”, conforme o depoimento de Dona Chata. Com a própria invisibilidade da história dos negros nos livros escolares, na história escrita da cidade e na mídia como um todo, então temos um trabalho que poderá contribuir para a valorização cultural das populações negras.

O papel da Educação e da História na resistência negra em Frutal

A educação passou a fazer parte do universo dos negros com alguma significância somente após a segunda metade do século XX. A exclusão dos bancos escolares acontecia em função da presença dos negros estar relacionada ao mundo do trabalho, pois a desvalorização social exigia que a dedicação aos negros às tarefas pesadas e a longas jornadas de trabalho funcionasse como um mecanismo de impedimento de acesso e permanência nas escolas.



Foto: Artur de Souza recebendo o diploma do curso ginásial na Escola Estadual Maestro Josino de Oliveira (Estadual EEMJO) das mãos dos Professores Evaldo Severo e José Morandi, em 03 de fevereiro de 1971. Fonte: AP.

Embora a educação esteja como o principal canal de ascensão social na sociedade contemporânea, o seu alcance às populações negras é muito recente e ultrapassa somente um pouco mais do que uma década.

Com dados no primeiro censo realizado no Brasil, em 1872, o que tivemos em Frutal foi uma população negra (e pardos) escrava com cerca de 875 pessoas, com a totalidade analfabeta.

| SEXO | NACIONALIDADE | INSTRUÇÃO |
|------------|---------------------------------------|---------------------------------------|
| Masc.: 472 | Brasileiros 455 (masc) e 391 (fem) | Sabem ler e escrever 0 |
| Fem.: 403 | Estrangeiros 17 (masc) e 12 (fem) | Analfabetos 472 (masc) e 403 (fem) |
| TOTAL: 875 | - | - |

Tabela. Dados extraídos do Censo de 1872 – Quadro geral da população escrava considerada em relação aos sexos, estados civis, raças, religião, nacionalidades e grau de instrução.

O analfabetismo não era exclusivo dos negros escravos, porque com base no mesmo censo de 1872, 90% da população livre (que possui uma preponderância branca) era analfabeta. A situação da população escolar de 6 a 15 anos (contando com 161 meninos e 170 meninas) em Frutal também não era das melhores.

A criação de um sistema legal de ensino próprio de Frutal veio com a transformação da então vila em Município. A recém-criada Câmara Municipal de Frutal, com a Resolução nº 3, de 27 de julho de 1892, que trazia o Regulamento Escolar do município de Frutal no Estado de Minas Gerais, então deu os primeiros passos para a criação de um sistema de ensino. O Capitão José de Paula e Silva era o presidente e agente executivo interino da camara municipal da cidade de Frutal no momento da produção dessa resolução.

O que mais chama a atenção é o seguinte artigo: “*Art. 9º A matrícula será feita pelo professor, à vista da guia passada pelo agente executivo districtau ou do delegado rural, quando a escola estiver fóra da cidade dos districtos*”. Nele consta que na matrícula dos estudantes deve conter “o nome do pae, tutor, curador, padrinho, amo ou protetor”, o que significava que o sistema de compadrio era muito forte, pois a responsabilidade pelas crianças não era restrita ao ambiente familiar, mas aos tutores, padrinhos, amos ou protetores. O sistema escravista não estava totalmente superado.

O Grupo Escolar Gomes da Silva foi a primeira escola que passou a atender os filhos de descendentes de escravos e de negros livres de Frutal. Por ser pública e gratuita, também oferecia apoio aos estudantes oriundos de famílias desprivilegiadas economicamente, pois tinha a Caixa Escolar. Muitos ex-alunos negros dessa escola puderam escolher outras áreas de atuação na sociedade, porque tiveram base escolar para exercer as mais diversas profissões e ter status social.

Muitas décadas depois, com a criação da Escola Maestro Josino de Oliveira (Estadual EEMJO), as oportunidades de estudar numa escola pública para terminar o colegial (atual ensino médio), o que abriu as oportunidades dos frutalenses estarem a um passo para entrar nas universidades.



Foto: Dona Dirce na formatura de sua nora Etelevina, s.d. Fonte: AP.

Muitos negros frutalenses tiveram a oportunidade de buscar a educação superior por meio de um esforço pessoal e da própria família que deu o incentivo necessário. É importante registrar o exemplo da família da Dona Dirce, considerando que vários dos seus descendentes conseguiram romper a barreira que separava os negros dos bancos escolares das nossas faculdades e universidades. Um desses nomes é o seu neto, o Professor Maurício José de Freitas, que inclusive publicou um livro em 2017 intitulado ***Marujo: Uma cultura sem fronteiras***, que inclusive é citado nessa obra.

A maioria dos negros entrevistados para a produção desse livro colocaram a educação como a principal forma de resistência dos negros no momento atual, principalmente para a mobilidade social. O que exige políticas públicas de incentivo e de inclusão dessas populações no sistema escolar.



Foto: Jose Roberto Jr. e sua irmã Adriana Yara Barros, s.d. Fonte: AP.

QUARTA PARTE

A IMPORTÂNCIA DA TERRA NA RESISTÊNCIA DOS DESCENDENTES NEGROS

Ao longo das conversas com as mais diversas pessoas, o tema da luta pela posse da terra dos seus antepassados esteve muito presente. Como foram chegando informações importantes e robustas sobre esse tema, então resolvemos abrir uma parte do livro específica para produzir uma importante relação presente-passado, que consiste na atual luta pela reparação histórica na questão de terras. É o que tratamos em seguida!

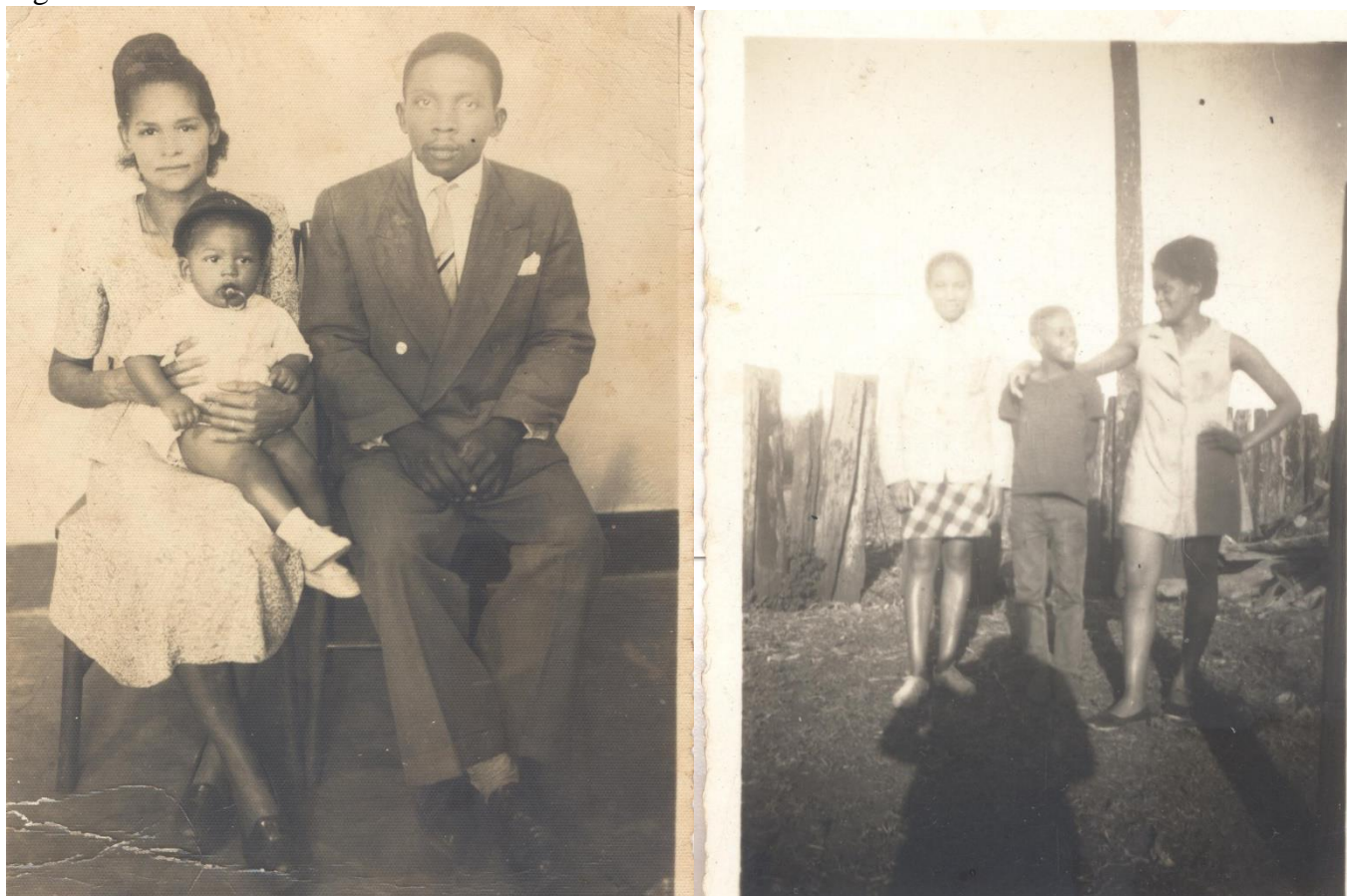


Foto à esquerda. Pais do nosso entrevistado Genésio Macado, s.d. Fonte: AP. Foto à direita: passeio na casa do Bolívar de Paula e Silva pelos jovens Jeronima, Genesio e Ivone, s.d. Fonte: AP.

A região do Douradinho

A conversa com a Senhora Luz Maria Aparecida Angelino de Oliveira foi muito produtiva, principalmente para podermos entender como a perda da terra afetou toda sua família ao longo de sua existência. Sua fala traz um sentimento de luta por justiça, pois relatou a perda da terra de sua família como um acontecimento que tentou separá-la das suas origens. Mas foi incisiva de que sua vida permanece presa a esse lugar, principalmente por ter tanto significado histórico, cultural e social.

Ela nos relatou como sua família precisou se afastar da terra: *“Meu pai não estava aguentando trabalhar, mesmo. Quando meu pai não aguentou mesmo, fechamos o rancho (que era uma casinha nossa) e viemos embora para uma taperinha no Brejinho”*.

A saída temporária da terra aconteceu por um motivo excepcional, que foi resultado da doença de chagas no coração que acometeu seu pai, o senhor Olevídio Silvestre Angelino. A terra que pertencia ao seu avô, Evaristo Silvestre Angelino, então ficou parada por esse tempo, considerando que cuidar da saúde do seu pai era o grande objetivo. Como não havia recursos suficientes para se manter na cidade, como alugar a casa, comprar os itens básicos de alimentação e os remédios para cuidar do pai, então a família

começou a se desfazer das poucas cabeças de gado e até de um cavalo. Quem cuidou desses animais até o início da venda foi seu tio Alceu, pois seu irmão foi morar com ele lá na região da Samambaia. “O socorro foi esse aí”, frisou Dona Luz sobre a venda dos poucos animais para ajudar no sustento da família nessa etapa tão difícil.



Foto: Apresentação de estudantes sobre a cultura negra, s.d. Fonte: AP.

O mais injusto para sua família nesse momento, além da lembrança da desassistência sofrida por seu pai por parte de quem ele contribuiu com seu trabalho, foi a tomada da terra de propriedade de sua família: *“Esses fazendeiros não fez nada pelo meu pai doente, nada, nada, nada. O que eles quis fazer foi roubar a terrinha nossa”*. Mesmo após o falecimento do seu pai, a sua mãe Oracina Teodoro Angelino ainda tentou reaver as terras: *“Quando meu pai faleceu, a minha mãe foi uma ‘pas’ de vezes lá. E eles escondiam da minha mãe. Quando a gente foi lá umas três vezes tinha derrubado o rancho, colocado fogo, arrancado cerca e passando pro lado dele. Minha mãe foi pelejando. Depois teve um dia que a minha mãe estava nervosa demais. Ela chegou lá e eles esconderam da minha mãe. Aí eu disse pra ela: ‘Larga de mão.*

Vamos ver o que Deus pode fazer por nós. Vamos pagando o aluguel dessa casinha'. Minha mãe largou de mão. Até hoje ninguém nunca deu um tostão pra nós. Ficou dez alqueires nosso lá".

Outra conversa importante foi com o Senhor Paulo Aprígio, cujo depoimento também contou com a participação de sua esposa Janete Menezes. Ele nasceu na região do Douradinho em Frutal e viveu com seus nove irmãos e seus pais num rancho. Ainda vive na região que seus pais Aprígio Teodoro de Menezes e Jupira rocha de Menezes construíram a sua família.

Sua família participou da nomeação do lugar como Douradinho quando pescavam numa barra de córrego e pegavam peixes que chamavam de "dourados". Como havia uma quantidade grande de peixes mas com um tamanho menor dos enormes dourados, então resolveram chamar a região de "Douradinho".

O Senhor Paulo precisou trabalhar desde pequeno para ajudar seus pais nas despesas de casa. Ia com seus irmãos trabalhar nas fazendas nos arredores do Douradinho, enquanto seus pais cuidavam da sua pequena propriedade. O que ganhavam era pouco, mas ajudava a família: *"Pegava aquele dinheirinho e vinha na cidade comprar um feijão carunchado. Era aquela vida sofrida. Tinha que trabalhar para comer e beber"*.



Foto: Marujada nos anos 1940/1950 em Frutal. Fonte: AP.

A ligação com a terra do Douradinho em que foi *"nascido e criado"* ainda é muito forte na vida do Senhor Paulo: *"A gente gosta do lugar da gente toda vida"*. Lá é o seu lugar, é lá que seus antepassados viveram toda uma história de resistência.

Na conversa que tive com o Senhor Paulo, também tivemos a intervenção de sua esposa, Janete Menezes. Ela nos narrou sobre os preconceitos dos negros, emitindo a opinião de que nas relações entre as pessoas *"o que muda é só a pele"*. Todos precisam ser tratados igualmente como seres humanos. Todos precisam conviver no mesmo espaço. Não foi o que ela nos narrou sobre o que acontecia com os negros tempos atrás: *"De primeiro a gente que era preto não podia ir lá na Praça da Matriz. Eu já peguei essa época. Tinha pessoas que jogavam pedras"*.

Também enriqueceu bastante o nosso trabalho o depoimento de Genésio Gonçalves Macedo. Seu pai Agostinho Gonçalves Macedo trabalhou na construção da atual Igreja Matriz. Seu pai era um excelente carpinteiro, inclusive conheceu sua mãe Eliza Cipriano Macedo na região do Sapé. Casaram na cidade e passaram a viver por Frutal, pois a terra que pertenceu aos seus bisavós foram tomadas através de fraudes. Não puderam assim viver no Douradinho, mesmo tendo duas origens ligadas àquela região. Construíram uma casa no bairro do Brejinho e lá criaram seus filhos.

Assim nos narrou a perda da terra que pertencia a sua família:

“Lá a minha bisavó foi enganada. Ela assinou um papel, mas ela não sabia ler e escrever. As pessoas foram lá e levaram um documento e ela colocou as impressões digitais. E vendeu as terras sem saber que estava vendendo. Falaram que iam fazer melhorias nas terras. Na verdade ela estava vendendo as terras. Aí veio para Frutal. Logo ela faleceu, também”.

Já tínhamos notícias de outros casos semelhantes de acontecimentos de situações em desfavor dos negros por meio de fraudes no Douradinho. O depoimento de Gênesio reforçou mais uma vez essa situação da perda de terras: *“Lá foi mais de uma família que perdeu terras desse jeito. Não foi só minha bisavó, não”.*

Com as condições materiais desfavoráveis dos negros e um sistema de poder que sempre privilegiou a camada senhorial, logo a desistência das terras era o caminho natural: *“Meu pai sempre falava dessas terras lá. Ele nunca quis de mexer assim, de procurar o fórum e o cartório....”.*

A exclusão dos negros está associada à injustiça social: *“Aconteceu isso aí e vieram embora com uma mão na frente e outra atrás, como se diz. E ficou por isso mesmo. Se fosse na nossa época a gente ia ter uma luta”.* Principalmente numa região com grande riqueza cultural como o Douradinho: *“Pelo que meu pai falava lá era grande, tinha bastante gente e sempre tinha uma festinha. O pessoal era muito unido”.*

Mais uma vez “deixar pra lá” não significava uma passividade pura e simples por parte dos negros, mais uma estratégia de sobrevivência, considerando que a posse da terra não lhes garantia manter sua família, pois precisavam continuar trabalhando para a camada senhorial. A intimidação poderia significar perda de trabalhos, ameaças e até a morte.

A vinda para a cidade poderia ser o caminho da liberdade e da mudanças de condições de vida. Genesio nos relatou o que herdou da cultura negra: “o espírito de luta e não deixar se abater”. Resume ele: *“Sem luta não se faz nada”.*

Outra marca da resistência dos negros é a honestidade. Não é por acaso que existe muito respeito entre os próprios negros, pois eles conseguiram transmitir valores humanos muito importantes. Genesio relatou que a casa que pertence a sua família foi construída na honestidade: *“Meu pai trabalhou a vida inteira e não conseguiu acabar a casa, não”.* E finaliza: *“Cada tijolo aqui tem uma gota de suor”.*

A resistência dos negros através do trabalho permitiu que pudessem alcançar a condição de cidadãos, mesmo com tantas disparidades quando comparados aos negros. Foi através do trabalho que um dos membros de sua família conseguiu a liberdade de uma de suas filhas. Foi o que seu pai contava. Um dos remanescentes trabalhava domingo e dia santo para ganhar umas “moedinhas”: *“Até que juntou um pouco e comprou a própria filha”.*

Os negros não são cidadãos passivos, eles são protagonistas. É o que resume Genesio: *“Aquele espírito de luta para conseguir as coisas, aquela fibra”.* A perda da terra aconteceu pela falta de condições da família de ter acesso ao sistema judiciário à época, cuja dificuldade contribuiu para que sua família permanecesse numa situação de exclusão social. O mais interessante é que muitas das terras do Douradinho estavam registradas como de propriedade dos negros, mas mesmo assim foram apossadas por terceiros. Não é por acaso que o instrumento do usucapião para terras tomadas dos negros quando foi utilizado não foi tão eficiente, pois são terras com significado histórico, social e cultural muitas das vezes registradas. No caso da terra da família da Senhora Luz, a reivindicação dos dez alqueires no Douradinho ainda permanece. Durante o depoimento da Senhora Luz, sua irmã complementou com o seguinte: *“Esses dez alqueires que tá lá eles não conseguem [vender ou arrendar] porque não tem papel e não tem documento”.*

Se fossem tomadas todas as providências necessárias quanto as terras na região do Douradinho – da senhora Luz e tantas outras pessoas que as perderam –, o enquadramento dessas populações como remanescentes de quilombos seria certo. As irmãs afirmam que suas terras continuam em nome do seu avô, o Senhor Evaristo Silvestre Angelino.

As duas irmãs hoje continuam a luta pela terra junto ao Movimento dos Trabalhadores Sem-Terra (MST). Participam de uma ocupação na região do São Mateus, inclusive junto às terras quilombolas. O sonho de voltar às origens com a posse da terra permanece. Se não for na região de origem, nesse caso o Douradinho, o sonho de possuir um pedaço de terra na ocupação do São Mateus está muito vivo.

A história da questão agrária de Frutal é marcada por acúmulo de muitas pendências sem nenhuma previsão de resolução. A Justiça é lenta e cara, o que inibiu a ação de muitos descendentes de proprietários

negros ao longo da história. O favorecimento da camada senhorial nas demandas políticas, jurídicas e sociais também são percebidas ao longo da história. Só quando superaram o silenciamento e partiram para a luta que os negros puderam fazer seus direitos. Mas ainda está muito longe a justiça e a reparação das quais as populações negras exigem e fazem jus.

A região da Serrinha e os remanescentes de quilombos

Em 2016, quando conhecemos a Comunidade da Serrinha, o que mais nos chamou a atenção foi o baixo conhecimento de lugares importantes para a história de Frutal como esse. Um lugar com muitas histórias e repleto de significados culturais, mas que somente com o nosso livro ele poderá ser mais estudado e divulgado.



Foto: Terras habitadas por descendentes de escravos na Comunidade da Serrinha, 06/10/2016. Fonte: AU.

A partir do segundo semestre de 2017 é que tivemos mais condições conhecer a luta dos remanescentes de quilombos pela posse da terra dos seus descendentes. Em 2018, após a nossa pesquisa sobre a história da resistência negra estar bastante avançada, é que passamos a registrar os depoimentos de diversos personagens que conhecem a história através do que foi repassado por seus antepassados. E lutam pela reparação histórica da Comunidade da Serrinha.

A existência das terras que pertenceram aos seus antepassados era de conhecimento das pessoas que entrevistamos consideradas quilombolas. Porém, até o início da luta pela certificação dessas terras como quilombolas eles não tinham noção de que a maior parte das terras perdidas pelos mais diversos motivos pertenceriam a eles caso houvesse a aplicação do Decreto Nº 4.887, de 20 de novembro de 2003. Tal decreto “regulamenta o procedimento para identificação, reconhecimento, delimitação, demarcação e titulação das terras ocupadas por remanescentes das comunidades dos quilombos”, sendo assinado pelo então Presidente Lula dentro uma série de ações para o estabelecimento de políticas públicas para a promoção da igualdade racial.

Só após a movimentação de algumas pessoas buscando vender, arrendar ou regularizar as terras no entorno da Comunidade da Serrinha sem êxito é que chamou a atenção dos descendentes, pois as informações começaram a apontar que haviam terras em nome dos antepassados dos agora atuais quilombolas. O depoimento de Alessandra Batista de Oliveira esclarece esse momento que transformou a própria vida dos quilombolas: “Foi aí que nós foi descobrindo. A Dona Marciléia mais a Rose foi juntando elas aí e descobriu!”.

Uma das primeiras a saber foi Rosicler Francisca da Silva (mais conhecida como Rose) – que é Presidente da Associação Quilombola da Serrinha –, que fez a informação chegar para a Presidente do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Frutal e Comendador Gomes (STR), Marciléia Alves Ferreira. As providências começaram a ser tomadas para se entender a situação.

Segundo Rose, a própria movimentação das pessoas que não possuíam direitos sobre essa terra permitiu que os quilombolas comessem a buscar seus direitos: *“Tinha um vizinho lá também que falou que tinha direito às terras. Só que ele foi procurar saber e ficou sabendo que as terras eram dos*

quilombolas. Ai começou a abrir o caminho para nós”.



Foto: Visita a uma das casas na comunidade quilombola da Serrinha, 06/10/2016. Fonte: AU.

Mas em torno dessa situação escondia uma história de sacrifícios dos seus antepassados, que aos poucos foram sendo costuradas através de lembranças e de reuniões que passaram a dar sentido às falas com experiências em comum. O depoimento de Alessandra Batista de Oliveira é bem incisivo nesse sentido: *“Meu avô contava: ‘quando vocês era tudo pititiquinho, vocês não lembra da história. O meu pai e a minha mãe viveu de esmola dos outros. Trocava terra por um quilo de arroz, feijão’”*.

As condições de vida não eram das melhores. Sem respaldo do poder público, presos ao analfabetismo, vivendo com baixa utilização de técnicas agrícolas e em famílias numerosas, mesmo vivendo numa região com boas condições de produção, a miséria assolava essas populações. Tudo que produziam era pouco para atender suas necessidades. O pouco que conseguiam vender não era valorizado em termos de preços justos. Os trabalhos feitos pelos negros para os membros da camada senhorial também não eram devidamente recompensados como deveriam.

A terra conquistada passou a ser cobiçada, inclusive buscando-se aproveitar da situação social de vulnerabilidade dessas populações negras. Trocava-se terra até por alimentos. Prometia-se vantagens, meras ilusões. Ou utilizava-se da intimidação para tomar terras. Assim, a grande extensão de terras dos negros foi ao longo do tempo diminuindo drasticamente.

Mas essa prática não legalizada de adquirir a terra dos negros não foi tão eficaz para os dias de hoje. Para Alessandra, os que tomaram as terras se aproveitaram dos seus antepassados. Mas não foram tão eficientes: *“Graças à benção de Deus, que eles não usou a cabeça que nem assinatura eles tem. Não tem um documento pra provar”*. O que para ela foi uma dádiva de Deus: *“Deus foi tão bom que entrou na frente e não deixou eles assinar nada”*.

Ela também contou sua versão sobre caso de pessoas que tentaram utilizar as antigas terras dos negros para seu próprio uso: *“Foi lá pensando que ia arrendar as terras, chegou lá e foi mexer. E [a pessoa lá]: ‘eu não posso arrendar, isso tá no nome de fulano, vocês conhece? Você conhece os negros da grotta? Eles que são os verdadeiros herdeiros de lá, como você vai arrendar?’”*. Alessandra resumiu muito bem essa situação: *“Se Deus não tivesse no dia em que essa pessoa foi lá tentar comprar o que é nosso nós não sabia o que a gente era hoje”*.

Como bisneta de escravos, Alessandra afirmou que seus antepassados *“morreram sem saber nada”* a

respeito do direito que tinham em relação à terra na condição de quilombola. Ressaltou que “o sonho era viver no que era dela”, quando tratou de uma de suas parentes a quem era muito ligada. E complementou: “Morava no que era dela e não sabia”.



Foto: Placa de indicação da entrada da Quineira da região do São Mateus (um dos locais de forte presença negra), 06/10/2016. Fonte: AU.

Alessandra falou do preconceito que ela própria vivenciou juntamente com os demais quilombolas ao longo da vida por pessoas de posse de origem branca, principalmente quando eles se referiam aos moradores da Comunidade da Serrinha como “negro da grotta”, além da humilhação destes que diziam que eles fediam como bunda de égua.

No depoimento de Osmar Francisco de Oliveira, que inicialmente nos relatou sobre o que ouviu de sua avó, o que temos é a expressão de uma época importante da história de Frutal: “No tempo da minha avó, a cerca lá era uma valeta e não tinha cerca de arame. Até minha avó falava: ‘Isso aí é do tempo dos escravos, meu filho, eles furavam para fazer valeta para separar pasto’”.

A luta pela terra significa muito em termos de justiça social, pois corrige uma situação histórica de exclusão social: “Representa muito empenho, pois nós só trabaia pros outros, trabalha por dia. Trabalha cedo para comer de tarde”. Os antepassados podiam viver na terra plantando e cuidando dos animais, porque viviam numa comunidade muito fortalecida, mas agora vivem marginalizados num pequeno pedaço de terra sem apoio algum. Se o futuro da conquista da terra em definitivo poderá resultar em justiça e dignidade “para melhorar a nossa vida”, o presente não fornece muitas perspectivas, porque na sua opinião “do jeito que nós tá a gente não tem nada”, frisa Osmar.

A retirada dos referenciais da vida das pessoas da Comunidade da Serrinha contribui para que eles convivam com incertezas. Osmar salientou o seguinte: “Tem dia que a gente passa dificuldades das coisas em casa, porque não arruma serviço para trabalhar. Tem que ficar quieto”. A notícia do reconhecimento da terra como remanescente de quilombo significa a construção de um futuro distante da realidade atual, além de despertar para o sentimento de pertencimento ao lugar: “Graças a Deus, porque agora a gente pegando essa terra tem onde trabalhar e produzir as coisas”.

O depoimento de Rose vai também no sentido de que a atual luta pela posse da terra que pertenceu aos seus antepassados é restabelecer o seu lugar na história, pois segundo ela “outras pessoas estão cultivando no nosso lugar uma coisa que é nossa”.

Sobre os seus antepassados, o tempo da escravidão é rememorado, inclusive a continuidade da vida após a abolição da escravatura: “Muitos dos meus parentes foram escravizados. Nisso foi nascendo um quilombo e, dos quilombos, nasceu os quilombolas”. Essa história foi sendo mudada com outros personagens que fizeram com que se tornassem despossuídos da terra: “Com o passar dos tempos, os fazendeiros foram tomando conta e invadindo e foi tirando nós que era os que estava lá mesmo. Nós

estamos lá ainda, mas não como era antigamente”.



Foto: Grupo de crianças da região de São José dos Feichos, s.d. Fonte: AP

A possibilidade de conquista das terras é para Rose “um privilégio e um presente maior que Deus pode dar para nós”. Vai além: *“Agora nós pode saber que vamos cultivar o que é nosso. Nós vai plantar no que é nosso. Nós vai fazer uma plantação e vender aquilo dali e ter um lucro para mais na frente a gente replantar de novo. Sabendo que aquilo ali é nosso e não é dos outros. Nós estamos plantando para nós sobreviver. Para não ficar dependendo dos outros igual nós depende”.*

Outra remanescente de quilombola entrevistada foi Alessandra Batista de Oliveira. Também possui igual aos demais o sonho de “não trabalhar para os outros igual a gente trabalhou até hoje”, pois segundo ela “quer voltar para o que é nosso”. Quanto à ocupação da terra que pertenceu aos seus antepassados, Alessandra também possui opinião que é geral aos demais quilombolas: *“É muita humilhação saber que nós é dono da terra e eles plantam milho. Que se nós passar da cerca tem cachorro pitbul para pegar nós lá”.*

Toda uma história de preconceito e de violência foi vivenciado pelos quilombolas ao longo de sua existência, conforme o depoimento de Alessandra: *“Nós já foi muito humilhado nessa vida, principalmente por trabalhar pros outros. Eu já apanhei dentro de curral para limpar curral cinco da manhã para poder fazer bolo para levar pra minha mãe”.*

Quando afirmou que na terra *“eu já vi muito sofrimento ali”* e *“nós não sabia que era quilombola”*, ela rememora ao mesmo tempo a desesperança com o desamparo vivido até hoje com a esperança da posse da terra quando o INCRA começar a demarcação e as famílias tomar a posse da terra. Ela narrou que para estudar, então a criança precisa percorrer 50 km dentro de uma Kombi para ir à escola (100 km por dia), inclusive precisa acordar de madrugada para pegar a Kombi e chegar na escola no horário correto. *“É uma vergonha fazer isso com a gente, pois nós podia ter uma escola”*, frisou Alessandra.

Ao afirmar que *“nós quer a nossa comunidade de volta”* e *“viver no que é nosso”*, Alessandra busca refletir sobre os direitos sociais que poderiam vir a fazer parte da vida deles: *“O meu sonho é ganhar o que é nosso ali, fazer nossas casas ter escola, ter posto, ter segurança, ter nossa vida. E cultivar no que é nosso. E não trabalhar para os outros igual a gente trabalha até hoje”.*

O reconhecimento da comunidade da Serrinha como quilombola trouxe uma esperança a eles, segundo o belo depoimento de Alessandra: *“Foi um presente de Deus que nós somos negros*

reconhecidos. É com muito orgulho que nós somos reconhecidos como quilombolas”. O que ela também afirmou que também deveria ser um orgulho muito grande para Frutal, pois a sua gente a partir dali poderia sair da condição de subcidadania para a de cidadãos plenos.



Foto: A atual Capoeira (antes Capoeira dos Bugres), 2018. Fonte: AU.

A documentação da comunidade para requerer a certificação como quilombola foi construído com muita simplicidade pelos próprios membros, com apoio do STR. No Documento intitulado “Histórico da Comunidade da Serrinha, Cidade de Frutal/MG”, que foi assinado pela Presidente do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Frutal e Comendador Gomes Mariléia Alves Ferreira em 12 de maio de 2014, o que temos são registros de lembranças e de lugares de memória dos escravos negros em Frutal:

“Com base em uma origem negra escrava e movidos pelo desejo de se manter ou reconquistar uma vida em comunidade, os moradores da comunidade Serrinha em sua grande maioria descendentes de quilombos, relatam os seguintes passados históricos que podem comprovar sua descendência. Na comunidade são encontrados vários indícios do passado relacionado ao trabalho escravo tais como a existência de vales que eram construídos para a divisão das terras, canal construído com o intuito de conduzir água das nascentes até as propriedades e também um local que eles chamam de cemitério dos escravos, onde existem vestígios de que no passado foi um cemitério. Relatamos também a existência das ruínas de um grande casarão, onde viviam os grandes senhores de terra que doaram parte de sua propriedade aos descendentes de quilombo, no mesmo local é possível evidenciar a presença de estacas e troncos, onde os negros eram amarrados e açoitados como forma de castigo. Devido ao abandono, a área encontra-se em situação irregular. Evidencia-se também a existência de trilhas destinadas ao encontro dos descendentes. Em razão da expansão dos centros urbanos, muito descendentes da comunidade da Serrinha deslocaram-se para o centro urbano, tornando-se suas terras intensa área de especulação imobiliária. Na comunidade, atualmente, a base da economia é agrícola resultante da mão de obra e do trabalho para os produtores vizinhos. Sua história identifica-se com o nascimento da cidade de Frutal/MG, conforme relatado no livro de Jeová Ferreira, quando relata a última morada do sertanejo. Fotos e depoimentos foram colhidos no local e podem constituir matéria de prova para aferir com mais certeza, que naquele local existe uma comunidade descendentes de quilombos. Questionados todos, se auto definiram como remanescentes de quilombo”.

O **histórico** é fiel aos fatos relatados pelos descendentes, pois eles remetem aos resquícios do passado escravocrata na região apontando vários locais que são marcas da história que ali se passou. A escravidão existiu e exigiu dos negros viver as piores condições de vida, inclusive o acesso à terra de forma precária e sem muitas garantias.

O Documento intitulado **Termo de Declaração** aprofunda na busca das origens das primeiras famílias que habitaram essa região. O Termo foi composto pela declaração de Rosicler Francisca da Silva (Representante dos descendentes dos moradores), Marcileia Alves Ferreira (Presidente do STR de Frutal e Comendador Gomes), Andreia Souza Novaes (Assessora jurídica do STR de Frutal) e Moisés Inácio Franco (Assessor jurídico da FETAEMG). Focando na figura de Tertuliano e demais descendentes de Quitiliano Batista no seu início, o termo busca esclarecer a presença dos negros naquelas terras:

“Termo de declaração. Aos vinte e seis dias do mês de abril de dois mil e dezessete, às 13h30min, início o colhimento das informações em entrevista com os descendentes dos quilombolas da Quineira da Serrinha, que assinaram a lista de presença, foi possível constar o seguinte: o Quitiliano Batista foi o primeiro proprietário de uma área de mais ou menos 500 alqueires de 4,84 hectares, na região da Quineira da Serrinha; que tanto ele (Quitiliano) como seu filho Pedro Batista Francisco foram escravos; o filho mais velho do Pedro, o Tertuliano Jeronimo Francisco conhecido como Testino, nasceu escravo e foi escravo, inclusive utilizando candeias dependurado na boca para iluminar o ambiente para seus senhores; após a sua libertação usou um cangalho no pescoço por vários anos, em sinal de protesto ao sofrimento de seu e seus ancestrais; constatamos que o senhor Pedro teve quatro filhos: Tertuliano Jeronimo Francisco (teve um filho não reconhecido), Roque Batista Francisco (não teve filho), Teodora Maria de Jesus (teve quatro filhos), Maria Batista da Luz (que não teve filho), Jerônima Batista de Oliveira (não teve filhos) e Ozória Vicente de Oliveira (que teve filhos); dessa geração adveio os seguintes filhos: Domingos Vicente de Oliveira (que não teve filhos), Florença Maria de Jesus (que teve 9 filhos), Sebastião Vicente de Oliveira (que não teve filhos) e Cecília Maria de Jesus (que não teve filho); constatou-se que, assim que os quatro acima foram casando ocuparam áreas distintas dentro da propriedade; estão presentes os filhos, netos e bisnetos dessa geração relatada...”

Numa determinada parte do **Termo**, o que se tem é a perda da maior parte da terra ao longo do tempo pelas mais diversas razões, bem como os resquícios da escravidão naquele lugar: *“Informaram ainda, que o Sr. Pedro perdeu a posse de boa parte da propriedade com mudanças das cercas das divisas pelos latifundiários vizinhos e emprego de ameaças para coibi-lo de reivindicar essas áreas; a geração seguinte perdeu parte dessas áreas com emprego de fraudes por parte dos latifundiários da região, sendo pagos essas terras com fornecimento de alimentação e cachaça. Relatarem a existência de ruínas de um casarão, podendo evidenciar nessas terras presença de estacas e troncos onde os negros eram açoitados; relataram ainda, existência de resquícios de valas que serviam como divisórias de pastos e resquícios de um cemitério”*.



Foto: Entrada da Faz. Brejão na região do Chatão (um dos locais marcantes da escravidão em Frutal), 2017. Fonte: AU.

No **Termo** temos uma citação a Tertuliano Jeronimo Francisco, que nasceu em 1885 e conviveu com os familiares até 1993, o que significa que o mesmo transmitiu aos familiares o que vivera nos tempos da escravidão, como é o caso das candeias na boca tratado naquele Documento. O que mais chamou a atenção sobre Tertuliano na declaração é que ele “nasceu escravo e foi escravo”. O que foge ao cumprimento da Lei do Ventre Livre (1871), que trouxe o seguinte: Art. 1º: os filhos de mulher escravo que nascerem no Imperio desde a data desta lei, serão considerados de condição livre”. Como a existência de uma lei não significa o seu devido cumprimento, então precisamos remeter ao abaixo-assinado de vários habitantes de Frutal (que foi apresentado na reunião da Câmara de Uberaba em 04/02/1873) pedindo mais prazo para que os senhores de escravos pudessem registrar o nascimento dos filhos dos escravos para não sofrer multa. Com a Lei do Ventre Livre, além da multa de 100\$ (Cem réis) para cada filho de escravo não registrado, também havia o pagamento de 500\$ (Quinhentos réis) para o registro da matrícula de cada escravo. Se compararmos com os valores dos escravos, o registro e a multa não representavam valores muito altos.

O que mais afetou o sistema escravocrata frutalense foi o artigo 8º (inciso 2) da Lei do Ventre Livre, que tratou das matrículas de escravos e os efeitos a favor do escravos nos casos de não-registro: “Os

escravos que, por culpa ou omissão dos interessados, não forem dados à matrícula, até um anno depois do encerramento desta, serão por este facto considerados libertos”.

Com a dificuldade de muitos proprietários registrar os seus escravos, também aliado ao fato de que os filhos de escravos nascidos a partir de 1871 seriam livres com a Lei do Ventre Livre, o acordo para que negros passassem a ocupar parte das terras sem se desligar da prestação de serviços à camada senhorial passou a ser comum, considerando que a atividade escravocrata vinha se tornando desinteressante após a pressão para o fim da escravidão e da legislação que dificultava a adoção da mão-de-obra escrava.

Voltando ao caso do Tertuliano, como teria oficialmente somente três anos no ano da abolição da escravatura (1888), então continuar escravo significava que mantinha as mesmas condições de vida, pois sua vida continuava ligada aos seus senhores. No registro de óbito de Tertuliano Jeronimo Francisco, que é datado de 11/02/1993, o que temos é que ele morreu solteiro aos 108 anos de idade e foi enterrado no cemitério da Fazenda São Mateus em Frutal, sendo seus pais Pedro João Francisco e Tertuliana Maria Teodora. A imprecisão de ano de nascimento também era comum nesse período, considerando que os registros de nascimento eram realizados até anos depois do nascimento. Mesmo não vivenciando um período considerável da escravidão, Tertuliano conviveu diretamente com outros negros que passaram por longa temporada como escravos.

Muitos dos Batistas do São Mateus foram escravos de Joaquim Batista de Queiróz, além de outros membros da camada senhorial à época. A população negra na região era significativa, sejam de escravos, sejam de homens livres. O que a posse das terras dos seus antepassados trará uma reparação histórica mesmo que tardia, mas fundamental para produzir dignidade a tantas pessoas que sequer foram reconhecidas como parte integrante da história de Frutal.

A luta pela terra é parte da resistência dos negros em Frutal. Não é uma luta que começou agora, mas vem desde os tempos da escravidão. É uma luta que faz parte não somente da história dos negros, mas da própria história de Frutal. Que merece ser conhecida, estudada, apoiada.



Foto: Zé Elias na Missa Afro na Igreja da Matriz de Frutal, 2017. Fonte: AU.



Foto: Senhor Geraldo da Samambaia, s.d. Fonte: Arquivos particulares.

QUINTA PARTE

A IMPORTÂNCIA DA EDUCAÇÃO DAS RELAÇÕES ÉTNICO-RACIAIS NAS ESCOLAS FRUTALENSES

Trazemos uma reflexão educativa acerca da importância de se abordar a história e a cultura afro-brasileiras e africanas no conteúdo das disciplinas escolares, conforme a lei que tratamos a seguir.



Foto: Batizado de Katrine, que faz parte da família do Senhor Genésio Gonçalves Macedo. Fonte: AP.

Os negros estão como os principais formadores da cidade de Frutal, porém a sua invisibilidade na própria história de Frutal chama a atenção para que se restabeleça a verdade histórica, principalmente os seus personagens, fatos e acontecimentos .

A aplicação da Lei Nº 10.639/2003

Como agora temos o mínimo de conhecimento sobre a história dos negros em Frutal para que possamos trabalhar a temática da história e cultura afro-brasileiras e africana a partir da realidade local dos estudantes, então a Lei Nº 10.639/2003 torna-se mais fácil de ser aplicada, pois os lugares sociais e históricos essenciais que podem ser trabalhados no cotidiano escolar frutalense agora são identificados ou conhecidos. Não existia publicações que pudessem ser fontes de referência para os estudantes sobre os negros de sua própria cidade. Agora existe. Uma visita dos estudantes ao Museu Municipal de Frutal ou à biblioteca pública resultarão no contato com a história oficial que nega visibilidade aos negros. Que o poder público municipal faça algo para cumprir seu papel constitucional.

O objetivo com a publicação do livro sobre os negros em Frutal vai de encontro a uma proposta de educação das relações étnico-raciais nas escolas, principalmente a que considera o estudo do lugar vivido

pelos estudantes.

Roteiro da presença negra como agentes históricos

Um roteiro de lugares que podem ser visitados e foram determinantes para a participação dos negros seria um bom começo nessa tarefa, como o Clube Treze de Maio, o Centro Espírita 'Berço dos Humildes, a capela de São Benedito, os bairros da Capoeira e do Brezinho, a Fazenda Brejão e tantos outros locais. A reconstituição histórica por meio de fotografias e de relatos de vários personagens da cultura negra seria outro importante recurso para se trabalhar conteúdos sobre a história dos negros em Frutal.



Foto: Altino Francisco da Cruz, que é irmão da mãe do Senhor Genésio Gonçalves Macedo, s.d. Fonte: AP.

Uma aula de campo na Praça da Matriz percorrendo os bancos com as inscrições de empresas e nomes que pertenceram às camadas privilegiadas da cidade poderia ser um bom exercício escolar, pois a abordagem sobre inclusão, diversidade, tolerância, visibilidade social e o esquecimento na história oficial daria um excelente debate.

Ou mesmo o estudo das famílias negras de Frutal, principalmente para a melhor compreensão da trajetória de vidas e a situação dos seus antepassados.



Foto: Família de Inácio de Paula e Silva, s.d. Fonte: AP.

Em 2018, ou seja, 130 anos depois da abolição da escravidão no Brasil, os estudantes poderiam convidar autoridades do executivo, do legislativo e do judiciário para debaterem na escola o que elas podem fazer para que a cidade de Frutal reconheça em definitivo a importância dos negros e produzam ações efetivas nesse sentido.

O tema do preconceito precisa ser recorrente nas atividades no ambiente escolar. Nosso principal memorialista chegou a afirmar a inexistência do preconceito em terras frutalenses: *“Todos os pretos frutalenses viviam irmanados com os brancos. Trabalhadores e de bons costumes, humildes e respeitadores eram, por isso mesmo, estimados e apreciados pelo nosso povo. Aqui, jamais existiram preconceitos de cor ou raça. Todos iguais”* (Plastino, 1991, p. 250 a).

Também precisamos enfrentar a invisibilidade dos negros na fundação de Frutal. A tratativa sobre a fundação de Frutal é controversa quando se busca argumentar ser obra de uma única pessoa. É o caso de um artigo publicado no Jornal Tribuna de Frutal, que tratou inicialmente estar entre os primeiros moradores viajantes que se estabeleceram no povoado em formação: *“Por ser encruzilhada de diversas estradas e ponto de pouso, oferecendo vantagem para o comércio, a localidade atraiu os primeiros moradores, ainda na segunda ou terceira década do século passado. A casa de estalagem era, presumivelmente, no local onde é hoje esquina na rua 13 de Maio, com a rua Antonio de Paula, do lado norte, à esquerda de quem desce a 13 de Maio. É voz corrente que essa é uma das moradas mais antigas de Frutal, senão a mais antiga”* (Castanheira, 1961, p. 1). O autor falou da expansão do então povoado, considerando que *“ao primeiro morador vieram juntar-se outros habitantes, que abriram o comércio com o sertão”*. Após fazer considerações de que *“entre os seus primeiros moradores, destacava-se o sr. Antônio de Paula e Silva”*, o autor deu uma guinada significativa ao afirmar que *“não existe nenhuma família que tenha ancestrais daquele tempo, senão a família Paula”* e Antônio de Paula *“provavel que tenha sido o primeiro”* morador.

O autor ainda considera que a obra de fundação de Frutal continuou com o Senador Gomes da Silva. Mais um nome que se destaca, mas os reais moradores de Frutal nesse seu início não aparecem pelos que se debruçaram a narrar a história de Frutal. É importante abrir aqui um parentêsis sobre Gomes da Silva. Ele foi um dos fundadores em 1887 do *Club Atlético Tiradentes*, que inclusive possuía um caráter anti-escravidão e começou a denunciar as condições de vida dos “infelizes escravizados” (Gomes da Silva, 1899).

A condição social dos negros ao longo de sua história na cidade fala por si em relação ao preconceito e às condições de vida vivenciados. Soa estranho a expressão “todos iguais”, pois sequer o autor reconheceu o trabalho nos negros no engrandecimento da cidade, pois eles ficaram invisíveis na formação e na construção do que se tornou Frutal na história oficial.

Está presente na nossa cultura a hipocrisia de que “nós somos o paraíso tropical da convivência democrática das raças” (Fernandes, 1989), que foi tão questionada em diversas obras de Florestan Fernandes e vários outros autores.

Se “a escola deve ser o lugar representativo da pluridade étnico-cultural” (Jesus e Katrib, 2012, p. 421), então é urgente que ações e iniciativas sejam tomadas para que os nossos estudantes sejam formados aprendendo a reconhecer no local onde vivem a história das raças/classes dos demais sujeitos que contracenam no cenário social.

Que esse trabalho que produzimos contribua para que possamos tornar Frutal uma cidade educadora, pois “a cidade que educa não é apenas aquela que planeja pedagogicamente os espaços de aprendizagem” (Carrano, 2003, p. 163), “mas com uma abertura para o mundo a ser descoberto e das inúmeras possibilidades de vivência social, cultural e afetiva a partir de fontes inesgotáveis de conhecimentos e de aprendizagens” (Machado, 2017, p. 44).



Fotos: Folia de Reis Estrela da Guia, s.d. Fonte: AP.

Não é fácil numa sociedade em que as próprias instituições escolares ainda resistem a trabalhar esse tema que expomos nesse livro. Ou que aceitam a realização de atividades sobre a cultura negra apenas para “constar”, mas sem compromisso sério e ético com a participação efetiva dos estudantes.

O que constatei em 2017 em termos efetivos na promoção da educação para as relações étnico-raciais nos anima a desenvolver trabalhos que possam somar ao que está sendo feito em tantos espaços da sociedade, principalmente para a valorização da cultura negra e indígena em nosso País. Mas ainda existem gargalos na execução de políticas públicas culturais, inclusive quando a instrumentalização política ganha força com ações apenas para “constar” sem nenhum compromisso com a educação e valores sociais que contribuem com a formação humana. Muitos dos nomes negros que conversamos ao longo do desenvolvimento da pesquisa que resultou nesse livro, quando relatam que seus filhos buscaram a educação superior e passaram a mudar de vida, então as políticas públicas precisam estar voltadas na criação das condições para que os negros possuam educação de qualidade e incentivos ao longo de sua vida escolar para se chegar à universidade. Aí um dos focos a ser enfrentados.



Foto: Senhor Debrair da Folia de Reis, s.d. Fonte: AP.

SEXTA PARTE

PARTE FINAL E FONTES

Considerações finais: o esquecimento dos Negros na história de Frutal

Conforme analisado nas páginas anteriores, a história dos negros e dos indígenas que participaram da povoação e da fundação de Frutal ainda precisa ser conhecida. Não poderemos tratar adequadamente de temas como inclusão, tolerância ou diversidade enquanto na própria história oficial de Frutal negros e índios não estiverem inseridos como sujeitos históricos.



Foto: Justino em reunião com parte da família Freitas pertencentes ao Centro Espírita Berço dos Humildes, sd. Fonte: AP.

Se na obra do principal memorialista da cidade houve um esforço para a inserção de muitos nomes (a grande maioria branca e representantes da elite local) porque eles “pertencem à história de Frutal” e “devem ser lembrados e jamais esquecidos” (Plastino, 1991, p. 5-6), então que possamos ter nas nossas pesquisas cada vez mais ter nomes e fatos que foram esquecidos pela história oficial da cidade devidamente registrados.

Ernesto Plastino em seus *Apontamentos* (1991) traz o **saudosismo** de uma época que não volta mais: “Os pretos antigos de Frutal, dos tempos passados, não deixavam de organizar os seus ‘ternos’ de marujo, congado e moçambique, a fim de abrilhantar as festas de Santos Reis (6 de janeiro), São Benedito (13 de maio) e Nossa Senhora do Rosário (no primeiro domingo de outubro). Eram festas alegres, divertidas e os ensaios dos ‘ternos’ principiavam sempre com uns trinta ou quarenta dias de antecedência do primeiro dia da festa” (Plastino, 1991, p. 250a-250b).

A importância do trabalho dos memorialistas como Ernesto Plastino para se buscar registros históricos é enorme, porque eles viveram uma época e tiveram contato direto com muitas fontes primárias

quais eles buscaram para escrever a história. Também buscou registrar os nomes dos atores negros que tratavam diretamente das tradições negras “porquê também eles integravam a nossa comunidade”:

“Os maiores dos ‘ternos’ supra referidos, cujos nomes citamos com saudade e camaradagem, eram: Delfino Bento da Silva, ‘capitão’ do congado; José Albino da Silva (Cazéca), ‘capitão’ do marujo. João Torquato dos Santos, ‘capitão’ do Moçambique; Izaias Felício da Silva, ponteador de viola nas Folias de Reis e mais os companheiros que integravam os ‘ternos’ como sejam: Bernardino Flauzino de Souza, Simplicio Sejais, José da Polícia, Herculano Souza, Sebastião Ananias, Felizardo Capoeira, João Miguel da Silva, Antonio Benedito, Raimundo Campos, João da Costa, Onofre Gregório, Angelino Aureslino (Giló), João Albino da Silva, Zeferino Miguel da Silva, João da Eva e outros mais. Francisco Justino era o ‘rei-governador’ e dona Felícia, ‘rainha-perpétua’ das festas de Nossa Senhora do Rosário, realizadas sempre no primeiro domingo de outubro”.

O problema do envolvimento direto com o objeto de estudo também foi um elemento que em muitos memorialistas prejudicou as suas análises. O que deixam prevalecer nesse caso são suas visões de mundo e o seu entendimento pessoal sobre determinados fatos e personagens, o que empobrece os estudos e suas contribuições para a produção de conhecimento histórico. Mas não deixam de trazer importantes registros a ser traduzidos por outros autores.

Como sempre é importante ressaltar, a história dos negros nos seus mais diversos aspectos ainda carece de reconstituição histórica. Aqui focamos na parte da **resistência**, inclusive sem nos aprofundar nos mais diversos aspectos que também possuem relevância em outros temas.

Assim, após a publicação do primeiro trabalho sobre a escravidão negra em Frutal, então venho fechar a minha primeira missão assumida em 2016, o que espero não ser encerrada por aqui. Outra questão a ser tratada, que é a ausência de um arquivo público na cidade de Frutal, também precisa atenção quando considerarmos que quando procuramos o chamado Museu Municipal não encontramos nada de significativo sobre a história dos negros frutalenses. Não é feito um trabalho em prol da preservação da história de Frutal, o que é um crime da administração pública municipal, pois não atende minimamente o que reza as mais diversas legislações que tratam da preservação de documentos públicos, da preservação cultural e do acesso à cultura.

O que é apresentado no Museu Municipal de Frutal demonstra o descaso com a cultura em Frutal no seu conjunto. Na parte da Biblioteca Municipal, especificamente na sala de leituras dos estudantes no início de 2018, o que vemos foi a retirada de todas as mesas e carteiras, que foram levadas para uma escola municipal que estava sem esses móveis. O vazio na sala de leitura é representativo, pois demonstra que o poder público municipal está despreparado para cuidar dos aspectos da cultura frutalense.



Foto: Pesquisa sobre os negros em Frutal. Professor Otávio (registrando), Marfisa e Bruno, 06/10/2016. Fonte: AU.

Ao trazer para o público personagens e fatos históricos que não ganharam expressão na história oficial de Frutal, o que se busca é incentivar novos estudos e pesquisas sobre tal temática. Na parte referente à escravidão, o objetivo não foi quantificar e criar o perfil dos escravos, mas, a partir da identificação da existência de escravos em Frutal, refletir sobre a condição escrava, principalmente dos despossuídos de terra, de liberdade, de oportunidades.



Foto: Seu Julião e companheiros construindo canteiros no Grupo Escolar Gomes da Silva, s.d. Fonte: AP.

O nosso trabalho buscou identificar a resistência dos negros ao longo de cerca de 150 anos, inclusive antes de Frutal se tornar município reconhecido. Do período escravocrata aos dias atuais, o que se revela é que os negros ainda permanecem resistindo ao preconceito e à invisibilidade social, embora as condições sociais estão sendo modificadas a cada momento (embora num ritmo devagar). Muito precisa avançar!

Não é por acaso que o conhecimento da história dos negros em Frutal é praticamente inexistente mesmo 130 anos após a abolição da escravatura. Na história tradicional e oficial de Frutal, como perceberam ao longo do nosso trabalho, aos negros não lhe foram atribuídos nenhum protagonismo ou consideração como sujeitos históricos. Uma situação que não poderá continuar.

Também podemos perceber na obra de Plastino (1991) que existe uma posição aberta contra a injustiça aos negros que vivenciaram o período escravocrata, inclusive foi colocada uma citação da Lei Áurea com a declaração da extinção da escravidão no Brasil. Os versos de autoria de Dorival Pereira dos Santos intitulado “Lamento Negro” são publicados na sua obra. Nos versos temos trechos elucidativos: “o que de bom o negro fez ninguém viu”. É o que curiosamente podemos encontrar na própria obra de Plastino, que infelizmente não colocou a participação dos negros na história de Frutal como deveria estar. Não podemos ter os nossos negros tratados somente como relíquias do passado e tipos populares excêntricos. Eles estão mais presentes do que nunca no passado frutalense!

Na visão de quem possui todos os seus antepassados participantes como protagonistas da história de Frutal, o depoimento de Zelinda é significativo quanto aos negros: “*O negro participou da história de Frutal trabalhando*”. Ela fez uma importante ilustração de como os negros estavam atuando em tudo que Frutal possui. Do tijolo da olaria dos Leali até a construção de muitas obras que ainda estão aí erguidas, o trabalho dos negros estava lá, pois foram de operários na olaria à pedreiros ou serventes nas obras. O que temos ainda no depoimento de Zelinda vale a pena refletir: “*a gente não viu o negro despontando, só trabalhando. Os negros ajudaram Frutal trabalhando. E não foi pouco, não*”.

O depoimento de Maria Aparecida (Nenen) também resume a valorização dos negros na sociedade frutalense: “*Não tinha valorização. Não tinha salário. Muita gente trabalhava em troca de comida. Era assim: ‘É isso aqui que você vai ganhar, é isso aqui que nós vamos dar’*”. Eles não tinham voz, o que levava o negro a uma condição social inferior, resume Maria Aparecida (Nenen). Que acrescenta: “*Hoje o negro tem valor é porque a gente se valoriza*”.

Mais uma vez a educação desperta como um farol, conforme o depoimento de Zelinda: “*Se o negro não estudar hoje ele vai ficar parado no tempo*”. Ela é enfática quanto ao passado: “*Não deixaram eles estudar*”. A própria história de vida da sua família vem ensinando o que ela transmitiu em seu depoimento.

Uma história que jamais pode ser esquecida! Uma história real de pessoas que devem ser lembradas para sempre!

Todas as pessoas ouvidas possuem enorme orgulho da história dos seus antepassados, tendo a sua própria história de vida como referência para as próximas gerações, o que significa que a divulgação da sua própria história também faz parte da resistência dos negros em Frutal. O nome de Zumbi dos Palmares é uma importante referência para os negros. Ele é o símbolo da luta dos negros por liberdade. De uma luta que é uma das principais heranças que os negros possuem para resistir. As palavras de Sebastião Elias são elucidativas: “Se ele não lutar, então ninguém vai lutar por ele”. E confirma o que a história vem ensinando: que **lutar é resistir!**

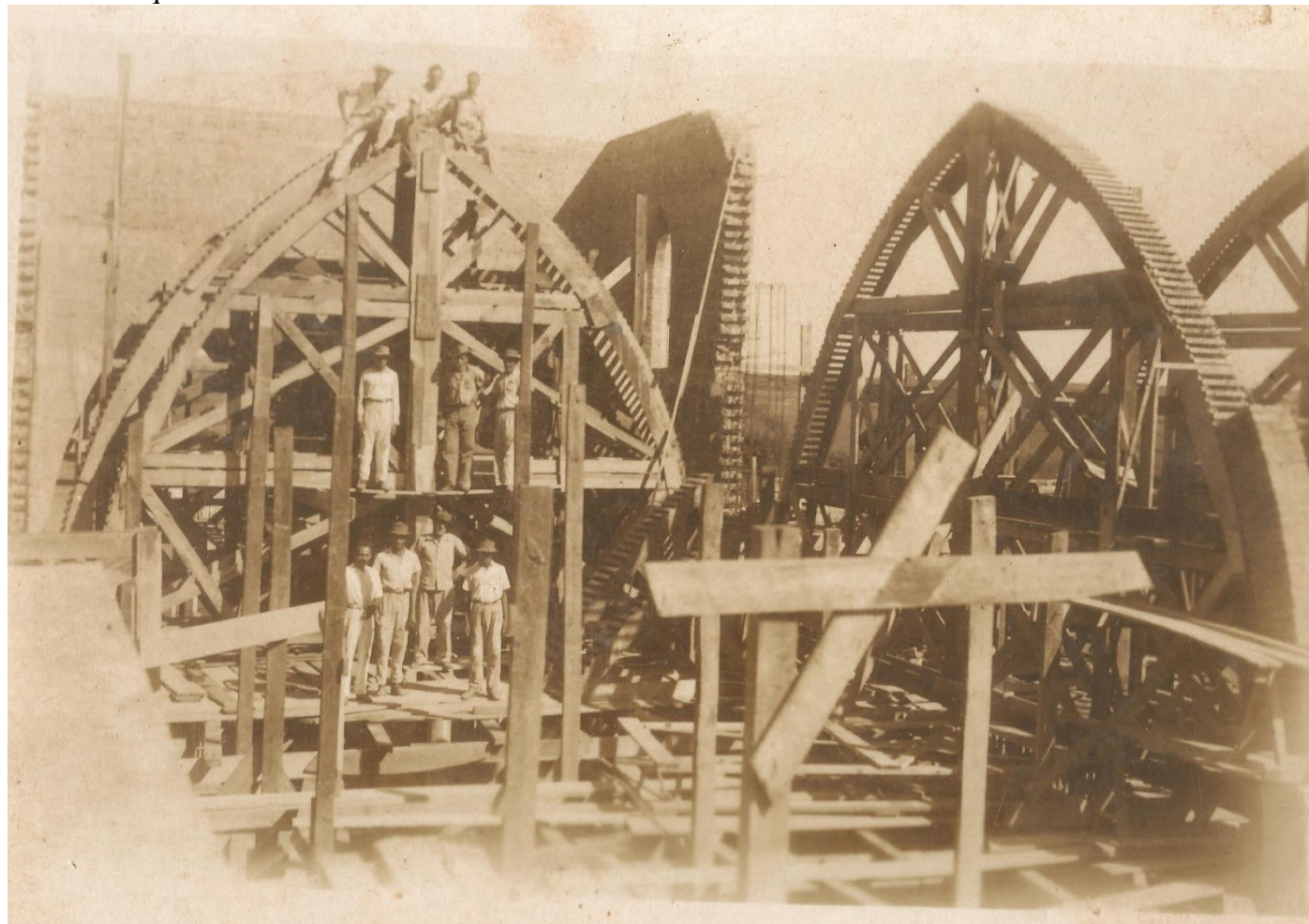


Foto: construção da Igreja da Matriz, s.d. Fonte: AP.

Nos tempos mais recentes, praticamente os bisnetos dos descendentes de escravos é que começaram a ter mais oportunidades educacionais, inclusive com uma pequena abertura para o acesso à educação superior. Os dados nacionais apontam um pequeno crescimento no acesso à universidade entre 2005 e 2015. Mas nos bancos escolares das nossas instituições públicas de educação superior podemos contar nos dedos os negros que frequentam cada sala de aula. O cenário não é tão diferente nas universidades particulares, embora seja mais acentuado o número de matriculados nessas instituições originários de populações negras. É na área educacional que precisamos focar a atenção! Muito satisfatório o trabalho finalizado! Como frutalense, pesquisador e professor, entrego a obra com o sentimento de missão cumprida. Mais uma vez desenvolvemos um trabalho com seriedade, compromisso e participação de muitas pessoas, cujo objetivo primordial é contribuir com a sociedade e com o progresso cultural da cidade. Obrigado!!!

Fontes e Referências Bibliográficas consultadas

Referências Bibliográficas

- ARQUIVO PÚBLICO DE UBERABA (APU). *Catálogo para estudo da escravidão em Uberaba – 1815-1888. Uberaba. 2012.*
- BRASIL. INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). *Enciclopédia dos Municípios Brasileiros*. 1958.
- BRITO, L. H. P. F. *Pulsões utópicas e distópicas nos imaginários urbanos: a cidade de Frutal (MG) nas trilhas dissonantes da história*. Uberlândia: Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal de Uberlândia, 2017.
- CAPRI, Roberto. *O Brasil e seus estados: Minas Gerais e seus municípios: o Triângulo Mineiro*. São Paulo: Capri Andrade & C. Editores, 1916.
- CARRANO, P. C. R. *Juventudes e cidades educadoras*. Petrópolis: Vozes, 2003.
- CARVALHO, Gisele Maria de Oliveira. *A festa do 'Santo Preto': tradição e percepção da Marujada Bragantina*. Brasília: Pós-Graduação em Desenvolvimento Sustentável da UnB, 2010. [Dissertação].
- CASTANHEIRA, Sesostris. "Frutal, sua fundação". *Tribuna de Frutal*, 08 de outubro de 1961, p. 1.
- FERNANDES, Florestan. *Significado do protesto negro*. São Paulo: Cortez: Autores Associados, 1989.
- _____. *A integração do negro na sociedade de classes: o legado da "raça branca"*, (volume 1. São Paulo: Globo, 2008.
- _____. *A integração do negro na sociedade de classes: no limiar de uma nova era, volume 2*. São Paulo: Globo, 2008.
- FERREIRA, Jeová. *Original história de Frutal*. Frutal: Oficina de Artes, 2002.
- FERREIRA, Jurandir Pires (org.). *Enciclopédia dos municípios brasileiros*. Rio de Janeiro: IBGE, 1958.
- FREITAS, Maurício José de. *Marujo: Uma cultura sem fronteiras*. São Paulo: Futurama, 2017.
- GENOVESE, Eugene. *A terra prometida: o mundo que os escravos criaram*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.
- LOURENÇO, Luis Augusto Bustamente. *Das Fronteiras do Império ao Coração da República: O Território do Triângulo Mineiro na Transição para a Formação Sócio-Espacial Capitalista na Segunda Metade do Século XIX*. São Paulo: Programa de Pós-Graduação em Geografia Humana da Universidade de São Paulo, 2007. [Tese].
- _____. *A Oeste de Minas. Escravos, índios e homens livres numa fronteira oitocentista. Triângulo Mineiro: 1750-1861*. Uberlândia: Edufu, 2010a.
- _____. *O Triângulo Mineiro do Império à República: o extremos oeste de Minas Gerais na transição para a ordem capitalista (segunda metade do século XIX)*. Uberlândia: Edufu, 2010b.
- MACHADO, Otávio Luiz A questão das relações étnico-raciais na escola: a formação das juventudes para a convivência na diversidade In: *Juventudes e sociedade no Brasil: estudos transdisciplinares (Volume 3)*. 1 ed. Frutal : Prospectiva, 2016, v.3, p. 398-407.
- _____. *Jardim de Infância Raul de Paula e Silva e a primeira escola pública de ensino pré-escolar na cidade de Frutal-MG: uma referência de formação educativa, social e humana*. Frutal: Prospectiva, 2017.
- MANO, Marcel. "Índios e negros nos sertões das minas. Contatos e identidades". In: *Varia Historia*, Belo Horizonte, vol. 31, n. 56, p. 511-546, mai/ago 2015.
- MATA, Maria José Lacerda da. & OLIVEIRA, Halley Antonio de. *Frutal: sua fundação e seu povo*. Frutal: Editora Diário do Povo, 1982.
- MARTINS, Elísio. *Poética Um: Registro de fatos pessoais e de acontecimentos históricos de Frutal*. Frutal: Oficina de Artes, 2001.
- PAIVA, E. F.. Coartações e alforrias nas Minas Gerais do século XVIII: as possibilidades de libertação escrava no principal centro colonial. *Revista de História (USP)*, São Paulo, n.133, p. 49-57, 1995.
- _____. *Escravos e libertos nas Minas Gerais do século XVIII: estratégias de resistência através dos testamentos*. São Paulo: Annablume, 1995B.
- PAULA, Álvaro Ferreira de. *Desbravadores do Carmo do Fructal*. Uberaba: editora do autor, 2004.
- PLASTINO, Ernesto. *Apontamento históricos de Frutal: 1835-1976*. Frutal, 1991. 2 volumes.
- SILVA, Elizete da. Irmandade negra e resistência escrava. Feira de Santana, *Sitientibus*, N. 12, p. 55-62,

1994.

SLENES, Robert W. Os múltiplos de porcos e diamantes: a economia escrava de Minas Gerais no século XIX. *Estudos Econômicos*. São Paulo, v. 18, p. 449-495, set./dez. 1998.

Documentos

ARQUIVO PÚBLICO DE UBERABA. Inventários de Anna Cândida de Jesus (Caixa 295), Anna Esméria de Jesus (Caixa 136), Anna Fernandes dos Santos (Caixa 297), Anna Rosa da Silveira (Caixa 289), Anna Rosa de Viterbo (Caixa 292), Cândido José dos Santos (Caixa 30), David Teixeira Godinho (Caixa 287), Feliciano José da Silva (Caixa 296), Florentino José da Silva (Caixa 291), Fortunato de Souza Lopes (Caixa 290), Francelina Maria de Jesus (Caixa 293), Francisca Cândida de Jesus (Caixa 136), Francisca Paula da Silveira (Caixa 288), Francisco das Chagas Ferreira (Caixa 127), Geraldo Ferreira de Andrade (Caixa 127), Heitor Machado da Silveira (Caixa 117), João Baptista da Silveira (Caixa 284), João Ignácio da Silveira (Caixa 297), Joaquim Paulino de Souza (Caixa 122), José Machado da Silveira (Caixa 288), José Manoel das Neves (Caixa 282), Manoel Antônio da Silva (Caixa 125), Manoel Ferreira dos Santos (Caixa 301), Manoel Martins Morgado (Caixa 125), Marcelino José dos Santos (Caixa 295), Maria do Carmo de Jesus (Caixa 126), Maria Jacinta de Menezes (Caixa 294), Maria Magdalena de Jesus (Caixa 126), Maria Rosa da Silveira (Caixa 122), Maria Rosa das Neves (Caixa 125), Michaella Luísa de Jesus (Caixa 126), Rita Cândida do Espírito Santo (Caixa 296), Thomas da Costa Pamplona (Caixa 124), Vicente Vieira Machado (Caixa 124), entre 1860-1888.

BRASIL. Diretoria Geral de Estatística. Recenseamento Geral do Império do Brasil de 1872. Rio de Janeiro: Typ. de G. Leuzinger & Filhos, 1876. Disponível em: <https://biblioteca.ibge.gov.br>. Acesso em 08/03/2018.

_____. *Recenseamento Geral do Brasil (1º de setembro de 1940)*. Rio de Janeiro, 1950.

CÂMARA MUNICIPAL DE FRUTAL. *Atas*. Vários períodos.

CÂMARA MUNICIPAL DE UBERABA. *Anais dos Livros de Atas Século XIX - 1857 a 1900 (volume 1)*. Uberaba: Arquivo Público de Uberaba, 2017.

GOMES DA SILVA, Joaquim Antônio. *Dados sobre a fundação de Frutal*. 1899. **Mimeo**.

Depoimentos Coletados

Alessandra Batista de Oliveira - Arnaldo Souza Diniz - Debrair Cassimiro Amâncio - Delfino Conceição Teixeira - Etelvina Aparecida da Silva Elias - Genésio Gonçalves Macedo - Genésio Rodrigues Neto - Janete Aparecida Silva de Menezes - Julião Gabriel da Silva - Luz Maria Aparecida Angelino de Oliveira - Maria Aparecida Elias (Nenen) - Maria Conceição Aparecida (D. Chata) - Maria José Lacerda - Osmar Francisco de Oliveira - Paulo Aprígio Menezes - Rosicler Francisca da Silva - Sebastião Elias - Zelinda Maria Elias.

Matéria de Jornais

TV Integração, Rede Globo. Comunidade quilombola de Frutal está prestes a ganhar posse de terra na Justiça. MGTV 1 Edição, 2015.



Foto: Dona Chata recebendo homenagem no Rotary de Frutal, set. 1975. Fonte: AP.

ANEXOS: Registros de escravos na cidade de Frutal a partir de inventários⁴

| NOME | INVENTÁRIADO /INVENTARIANTE | ID. | FAMILIA/ LOCAL DE MORADIA | VALOR/ DATA |
|-------------------|--|--------|------------------------------|--|
| Felippe de Nação | Heitor Machado da Silveira/Maria Rosa das Neves | 46a. | N/C. Faz. da Ressaca. | 400\$000 1860. |
| José Crioulo | Heitor Machado da Silveira/Maria Rosa das Neves | 16a. | N/C. Faz. da Ressaca. | 1.800\$000 1860. |
| Thereza Crioula | Heitor Machado da Silveira/Maria Rosa das Neves | 60 An. | N/C. Faz. da Ressaca | 150\$000 1860. |
| Efigência Crioula | Heitor Machado da Silveira/Maria Rosa das Neves | 21 | N/C. Faz. da Ressaca. | 2.000\$000. 1860. |
| Ritta | Heitor Machado da Silveira/Maria Rosa das Neves | 06 | N/C. Faz. da Ressaca | 900\$000. 1860. |
| Gabriel Crioulo | Maria Rosa da Silveira/Manoel Machado da Silveira | 17 | N/C. Arraial do Frutal | 1.500\$000, 1866 |
| João Crioulo | Maria Rosa da Silveira | 18 | N/C. Arraial do Frutal | 1.200\$000. 1866 |
| Rosa da Nação | Maria Rosa da Silveira/Manoel Machado da Silveira | 40 | N/C. Arraial do Frutal | 800\$000 1866. |
| Vitória Parda | Maria Rosa da Silveira /Manoel Machado da Silveira | 14 | N/C. Arraial do Frutal | 1.400\$000.. 1866 |
| Thereza Crioula | Joaquim Paulino de Souza/Maria Rosa de São José | 45 | N/C. Arraial do Frutal | 400\$000. 1866 |
| Joaquina Crioula | Vicente Vieira Machado/Rosa Maria Veterbo | 16 | N/C. Faz. da Ressaca, | 254.366 Réis. 1868 |
| Camilo Pardo | Thomas da Costa Pamplona/Marcelina Francelina de Jesus | 45 | N/C. Faz. Boa Vista, | 1.000\$000. 1869 |
| Antônio de Nação | Thomas da Costa Pamplona/Marcelina Francelina de Jesus | 40 | N/C. Faz. Boa Vista, | 900\$000 1869 |
| Germana Crioula | Thomas da Costa Pamplona/Marcelina Francelina de Jesus | 50 | N/C. Faz. Boa Vista. | 200\$000. 1869 |
| Moisés Crioulo | Maria Rosa das Neves/José Caetano da Silveira | 28 | N/C. Arraial do Frutal, | 1.300\$000. 1870 |
| Fernando Crioulo | Maria Rosa das Neves/José Caetano da Silveira | 01 mês | N/C. Arraial do Frutal, | 150\$000 1870 |
| Francisca Crioula | Maria Rosa das Neves/José Caetano da Silveira | 20 | N/C. Arraial do Frutal, | 1.200\$000. 1870 |
| “Azenda” Crioula | Maria Rosa das Neves/José Caetano da Silveira | 09 | N/C. Arraial do Frutal, | 500\$000. 1870 |
| Luísa Crioula | Maria Rosa das Neves/José Caetano da Silveira | 02 | N/C. Arraial do Frutal, | 250\$000 1870 |
| Ritta Crioula | Maria Rosa das Neves/José Caetano da Silveira | 16 | N/C. Arraial do Frutal, | 60\$000. (uma parte) 1870 |
| Joaquina Crioula | Manoel Antônio da Silva/Anna Joaquina Ferreira | 50 | N/C. Arraial do Frutal, | 400\$000. 1870 |
| Francisco Crioulo | Manoel Martins Morgado/Maria Rosa de Jesus | 25 | N/C. Faz. de São Bento | 1.000\$000. 1871 |
| Maria Crioula | Manoel Martins Morgado/Maria Rosa de Jesus | 30 | N/C. Faz. de São Bento, | 30\$000. 1871 |
| Lourenço Crioulo | Maria do Carmo de Jesus/José Rodrigues Vianna | 16 | N/C. Faz. de São José | 1.200\$000. 1871 |
| Theodoro Crioulo | Maria do Carmo de Jesus/José Rodrigues Vianna | 28 | N/C. Faz. de São José | 1.200\$000. 1871 |
| Elias Crioulo | Maria do Carmo de Jesus/José Rodrigues Vianna | 12 | N/C. Faz. de São José | 400\$000. 1871 |
| Maria Parda | Maria do Carmo de Jesus/José Rodrigues Vianna | 50 | N/C. Faz. de São José | 350\$000. 1871 |

⁴ Tais informações foram obtidas a partir de pesquisa no Arquivo Público de Uberaba.

| | | | | |
|-----------------------|--|----|------------------------|----------------------------|
| Theodora Crioula | Maria do Carmo de Jesus/José Rodrigues Vianna | 15 | N/C. Faz. de São José | 1.200\$000. 1871 |
| Joaquina Crioula | Maria do Carmo de Jesus/José Rodrigues Vianna | 05 | N/C. Faz. de São José | 600\$000. 1871 |
| Catarina Crioula | Maria Magdalena de Jesus/Manoel José Basilio | 20 | N/C. Faz. Jatahy | 900\$000. 1871 |
| André de Nação | Michaela Luísa de Jesus/Marcelino José dos Santos | 60 | N/C. Faz. Três Barras | 250\$000. 1871 |
| Adão Crioulo | Michaela Luísa de Jesus/Marcelino José dos Santos | 55 | N/C. Faz. Três Barras | 400\$000. 1871 |
| Germano Crioulo | Michaela Luísa de Jesus/Marcelino José dos Santos | 35 | N/C. Faz. Três Barras | 1.200\$000. 1871 |
| Cassiano Pardo | Michaela Luísa de Jesus/Marcelino José dos Santos | 27 | N/C. Faz. Três Barras | 1.000\$000. 1871 |
| Thomé Crioulo | Michaela Luísa de Jesus/Marcelino José dos Santos | 23 | N/C. Faz. Três Barras, | 1.000\$000. 1871 |
| José Crioulo | Michaela Luísa de Jesus/Marcelino José dos Santos | 15 | N/C. Faz. Três Barras, | 1.000\$000. 1871 |
| Cândido Pardo | Michaela Luísa de Jesus/Marcelino José dos Santos | 10 | N/C. Faz. Três Barras, | 1.000\$000. 1871 |
| Jerônimo Crioulo | Michaela Luísa de Jesus/Marcelino José dos Santos | 11 | N/C. Faz. Três Barras, | 800\$000. 1871 |
| Francisco Crioulo | Michaela Luísa de Jesus/Marcelino José dos Santos | 20 | N/C. Faz. Três Barras, | 1.200\$000. 1871 |
| Manoel Crioulo | Michaela Luísa de Jesus/Marcelino José dos Santos | 06 | N/C. Faz. Três Barras | 600\$000. 1871 |
| João Pardo | Michaela Luísa de Jesus/Marcelino José dos Santos | 05 | N/C. Faz. Três Barras | 500\$000. 1871 |
| Geraldo Crioulo | Michaela Luísa de Jesus/Marcelino José dos Santos | 03 | N/C. Faz. Três Barras | 250\$000. 1871 |
| Joanna Crioula | Michaela Luísa de Jesus/Marcelino José dos Santos | 56 | N/C. Faz. Três Barras | 300\$000. 1871 |
| Delfina Crioula | Michaela Luísa de Jesus/Marcelino José dos Santos | 37 | N/C. Faz. Três Barras | 700\$000. 1871 |
| Antônia Parda | Michaela Luísa de Jesus/Marcelino José dos Santos | 40 | N/C. Faz. Três Barras | 700\$000. 1871 |
| Luísa Parda | Michaela Luísa de Jesus/Marcelino José dos Santos | 16 | N/C. Faz. Três Barras | 1.000\$000. 1871 |
| Justa Parda | Michaela Luísa de Jesus/Marcelino José dos Santos | 16 | N/C. Faz. Três Barras | 1.000\$000. 1871 |
| Ezidora Crioula | Michaela Luísa de Jesus/Marcelino José dos Santos | 15 | N/C. Faz. Três Barras | 1.000\$000. 1871 |
| Izabel Crioula | Michaela Luísa de Jesus/Marcelino José dos Santos | 03 | N/C. Faz. Três Barras | 250\$000. 1871 |
| Vicência Parda | Michaela Luísa de Jesus/Marcelino José dos Santos | 01 | N/C. Faz. Três Barras | 150\$000. 1871 |
| Domingos da Nação | Geraldo Ferreira de Andrade/Hypolita Jacintha de Jesus | 50 | N/C. Faz. do Serradão | 200\$000 1872 |
| João Crioulo | Geraldo Ferreira de Andrade/Hypolita Jacintha de Jesus | 23 | N/C. Faz. do Serradão | 1.000\$000. 1872 |
| Joaquim Crioulo | Geraldo Ferreira de Andrade/Hypolita Jacintha de Jesus | 21 | N/C. Faz. do Serradão | 1.100\$000 1872 |
| Vicente Crioulo | Geraldo Ferreira de Andrade/Hypolita Jacintha de Jesus | 19 | N/C. Faz. do Serradão | 1.000\$000. 1872 |
| Bernardo Crioulo | Geraldo Ferreira de Andrade/Hypolita Jacintha de Jesus | 14 | N/C. Faz. do Serradão | 1.000\$000. 1872 |
| Venâncio Crioulo | Geraldo Ferreira de Andrade/Hypolita Jacintha de Jesus | 08 | N/C. Faz. do Serradão | 550\$000. 1872 |
| Maria Andreza Crioula | Geraldo Ferreira de Andrade/Hypolita Jacintha de Jesus | 45 | N/C. Faz. do Serradão | 350\$000. 1872 |
| Maria Crioula | Geraldo Ferreira de Andrade/Hypolita Jacintha de Jesus | 25 | N/C. Faz. do Serradão | 800\$000 1872 |
| Crioula | Geraldo Ferreira de Andrade/Hypolita Jacintha de | 15 | N/C. Faz. do Serradão | 800\$000. |

| | | | | |
|-------------------------|--|------|--|-----------------------------|
| | Jesus | | | 1872 |
| Jacintha Crioula | Geraldo Ferreira de Andrade/Hypolita Jacintha de Jesus | 13 | N/C. Faz. do Serradão | 700\$000. 1872 |
| Josefa Crioula | Geraldo Ferreira de Andrade/Hypolita Jacintha de Jesus | 09 | Filha de Maria Andreza, liberta. Faz. do Serradão | 650\$000. 1872 |
| Thereza Crioula | Geraldo Ferreira de Andrade/Hypolita Jacintha de Jesus | 05 | Filha de Domingos viúvo. Faz. do Serradão | 350\$000. 1872 |
| “Gercina” Crioula | Geraldo Ferreira de Andrade/Hypolita Jacintha de Jesus | 02 | Filha de Domingos viúvo. Faz. do Serradão | 200\$000. 1872 |
| Joaquim Africano | Francisco das Chagas Ferreira/Maria Ribeira de Menezes | 55 | N/C. Arraial do Frutal. | 300\$000. 1872 |
| Maria Africana | Francisco das Chagas Ferreira/Maria Ribeira de Menezes | 55 | N/C. Arraial do Frutal. | 100\$000 1872 |
| Antônio Crioulo | Anna Esméria de Jesus/Camillo Antônio de Lélis e Silva | 54 | N/C. Faz. da Rocinha, | 150\$000 1880 |
| Rita, Preta. | Anna Esméria de Jesus/Camillo Antônio de Lélis e Silva | 50 | Esposa de Antônio. Faz. da Rocinha, | 150\$000. 1880 |
| José Crioulo | Anna Esméria de Jesus/Camillo Antônio de Lélis e Silva | 30 | N/C. Faz. da Rocinha, | 1.500\$000.. 1880 |
| Maria Crioula | Anna Esméria de Jesus/Camillo Antônio de Lélis e Silva | 33 | N/C. Faz. da Rocinha, | 500\$000. 1880 |
| “Liandro” Crioulo | Anna Esméria de Jesus/Camillo Antônio de Lélis e Silva | 24 | N/C. Faz. da Rocinha, | 1.500\$000.. 1880 |
| Manuel, Preto | Anna Esméria de Jesus/Camillo Antônio de Lélis e Silva | 25 | N/C. Faz. da Rocinha, | 1.800\$000.. 1880 |
| Joaquim Crioulo | Anna Esméria de Jesus/Camillo Antônio de Lélis e Silva | 22 | N/C. Faz. da Rocinha, | 1.300\$000 1880 |
| Ignácio Crioulo | Anna Esméria de Jesus/Camillo Antônio de Lélis e Silva | 23 | N/C. Faz. da Rocinha, | 1.500\$000. 1880 |
| Umbelino Crioulo | Anna Esméria de Jesus/Camillo Antônio de Lélis e Silva | 18 | N/C. Faz. da Rocinha, | 1.500\$000 1880 |
| Francisca Crioula | Anna Esméria de Jesus/Camillo Antônio de Lélis e Silva | 30 | N/C. Faz. da Rocinha, | 300\$000. 1880 |
| Eva Crioula | Anna Esméria de Jesus/Camillo Antônio de Lélis e Silva | 20 | N/C. Faz. da Rocinha, | 600\$000 1880 |
| Inocência Crioula | Anna Esméria de Jesus/Camillo Antônio de Lélis e Silva | 15 | N/C. Faz. da Rocinha, | 600\$000 1880 |
| Januária Crioula | Anna Esméria de Jesus/Camillo Antônio de Lélis e Silva | 12 | N/C. Faz. da Rocinha, | 400\$000. 1880 |
| <i>Antonio Africano</i> | Maria Jacinta de Menezes/Antonio de Paula e Silva | 42 | <i>casado com Luzia.</i> Faz. de São Bento | 500\$000. 1874 |
| <i>Luzia Crioula</i> | Maria Jacinta de Menezes/Antonio de Paula e Silva | 42 | <i>Casada com Antonio.</i> Faz. de São Bento | 300\$000. 1874 |
| Suzana Crioula | Maria Jacinta de Menezes/Antonio de Paula e Silva | 08 | filha de Antonio e Luzia. Faz. de São Bento | 400\$000. 1874 |
| Felício Crioulo | Maria Jacinta de Menezes/Antonio de Paula e Silva | 06 | Filho de Antonio e Luzia. Faz. de São Bento | 350\$000. 1874 |
| Aleixo Crioulo | Maria Jacinta de Menezes/Antonio de Paula e Silva | 27a. | Casado com Felícia. Faz. de São Bento | 1.200\$000. 1874 |
| Felícia Crioula | Maria Jacinta de Menezes/Antonio de Paula e Silva | 27a. | Casada com Aleixo . Faz. de São Bento | 600\$000. 1874 |
| Thomé Crioulo | Maria Jacinta de Menezes/Antonio de Paula e Silva | 06 | filho de Aleixo e Felícia, Faz. de São Bento | 550\$000. 1874 |
| Bárbara Crioula | Maria Jacinta de Menezes/Antonio de Paula e Silva | 04 | filha de Aleixo e Felícia. Faz. de São Bento | 250\$000. 1874 |
| Domingos Crioulo | Maria Jacinta de Menezes/Antonio de Paula e Silva | 37 | Casada com Fermiana. Faz. de São Bento. | 600\$000. 1874 |
| Fermiana Crioula | Maria Jacinta de Menezes/Antonio de Paula e Silva | 27 | casada com Domingos. Faz. de São Bento | 400\$000 1874 |
| Martinha <u>sssss</u> | Maria Jacinta de Menezes/Antonio de Paula e Silva | 08 | filha de Domingos e Ferminiana. Faz. de São Bento | 600\$000. 1874 |

| | | | | |
|--------------------|---|-------|--|----------------------------|
| Zeferino Crioulo | Maria Jacinta de Menezes/Antonio de Paula e Silva | 06 | filho de Domingos e Fermiana. Faz. de São Bento | 600\$000. 1874 |
| José Africana | Maria Jacinta de Menezes/Antonio de Paula e Silva | 42 | casado com Rita Crioula. Faz. de São Bento | 1.000\$000. 1874 |
| Rita Crioula | Maria Jacinta de Menezes/Antonio de Paula e Silva | 37 | casada com José. Faz. de São Bento | 200\$000. 1874 |
| Quitéria Crioula | Maria Jacinta de Menezes/Antonio de Paula e Silva | 09 | filha de José e Rita. Faz. de São Bento | 250\$000. 1874 |
| Carolina Crioula | Maria Jacinta de Menezes/Antonio de Paula e Silva | 08 | filha de José e Rita. Faz. de São Bento | 350\$000. 1874 |
| Magdalena Crioula | Maria Jacinta de Menezes/Antonio de Paula e Silva | 05 | filha de José e Rita. Faz. de São Bento | 200\$000. 1874 |
| Josefa Crioula | Maria Jacinta de Menezes/Antonio de Paula e Silva | 04 | Filha de José e Rita. Faz. de São Bento | 100\$000. <i>1874</i> |
| Constança Crioula | Maria Jacinta de Menezes/Antonio de Paula e Silva | 29 | Solteira. Faz. de São Bento | 700\$000. 1874 |
| Faustino Crioulo | Maria Jacinta de Menezes/Antonio de Paula e Silva | 18 | Solteiro. Faz. de São Bento | 1.200\$000. 1874 |
| Gabriel Crioulo | Maria Jacinta de Menezes/Antonio de Paula e Silva | 16 | Solteiro. Faz. de São Bento | 1.300\$000. 1874 |
| Daniel Crioulo | Maria Jacinta de Menezes/Antonio de Paula e Silva | 09 | filho de Antonio e Luzia | 1.000\$000. 1874 |
| Izabel Crioula | Maria Jacinta de Menezes/Antonio de Paula e Silva | 40 | Solteira. Faz. de São Bento | 350\$000. 1874 |
| Pedro Crioulo | Maria Jacinta de Menezes/Antonio de Paula e Silva | 04 | Filho de Isabel. Faz. de São Bento | 300\$000. <i>1874</i> |
| Cândida Crioula | Maria Jacinta de Menezes/Antonio de Paula e Silva | 16 a. | Solteira. Faz. de São Bento | 600\$000 1874 |
| Inocência Crioula | Maria Jacinta de Menezes/Antonio de Paula e Silva | 23 | Faz. de São Bento | 250\$000. 1874 |
| Ephigenia Crioula | Maria Jacinta de Menezes/Antonio de Paula e Silva | 25 | Solteira. Faz. de São Bento | 400\$000. 1874 |
| Paula Crioula | Francisca Cândida de Jesus/Bernardino Vieira da Costa | 20 | Solteira. Faz. do São Matheus | 700\$000. 1881 |
| Benedita Crioula | José Manoel das Neves/Cândida Francisca de Jesus | 22 | N/C. Faz. da Ressaca | 2.000\$000 1860 |
| Florêncio Crioulo | José Manoel das Neves/Cândida Francisca de Jesus | 01 | N/C. Faz. da Ressaca | 500\$000. 1860 |
| Lourenço Crioulo | João Baptista da Silveira/Maria Magdalena de São Francisco | 18 | Esposo de Domingas Crioula. Arraial do Frutal | 1.700\$000. 1862 |
| Domingas Crioula | João Baptista da Silveira/Maria Magdalena de São Francisco | 16 | Esposa de Lourenço Crioulo. Arraial do Frutal | 1.800\$000. 1862 |
| Vicência Crioula | João Baptista da Silveira /Maria Magdalena de São Francisco | 11 | N/C. Arraial do Frutal, | 1.500\$000. 1862 |
| Paulo de Nação | David Teixeira Godinho/Maria Antônia do Espírito Santo | 60 | N/C. Faz. de São José | 200\$000 1866 |
| João Congo | David Teixeira Godinho/Maria Antônia do Espírito Santo | 60 | N/C. Faz. de São José | 50\$000 1866 |
| Francisco de Nação | David Teixeira Godinho/Maria Antônia do Espírito Santo | 45 | N/C. Faz. de São José | 1.000\$000. 1866 |
| João Angola | David Teixeira Godinho/Maria Antônia do Espírito Santo | 35 | N/C. Faz. de São José | 500\$000. 1866 |
| Ignácio Crioulo | David Teixeira Godinho/Maria Antônia do Espírito Santo | 11 | N/C. Faz. de São José | 1.100\$000. 1866 |
| Domingos Crioulo | David Teixeira Godinho/Maria Antônia do Espírito Santo | 11 | N/C. Faz. de São José | 1.100\$000. 1866 |
| Saturnino Crioulo | David Teixeira Godinho/Maria Antônia do Espírito Santo | 07 | N/C. Faz. de São José | 800\$000. 1866 |
| Geracindo Crioulo | David Teixeira Godinho/Maria Antônia do Espírito Santo | 05 | N/C. Faz. de São José | 500\$000. 1866 |
| Boaventura Crioulo | David Teixeira Godinho/Maria Antônia do Espírito Santo | 03 | N/C. Faz. de São José | 500\$000. 1866 |

| | | | | |
|--------------------|--|-------|----------------------------|----------------------------|
| Venturosa Crioula | David Teixeira Godinho/Maria Antônia do Espírito Santo | 28 | N/C. Faz. de São José | 900\$000. 1866 |
| Maria Crioula | David Teixeira Godinho/Maria Antônia do Espírito Santo | 30 a. | N/C. Faz. de São José | 600\$000. 1866 |
| Generosa Crioula | David Teixeira Godinho/Maria Antônia do Espírito Santo | 12 a. | N/C. Faz. de São José | 1.200\$000. 1866 |
| Francisca Crioula | David Teixeira Godinho/Maria Antônia do Espírito Santo | 09 a. | N/C. Faz. de São José | 1.000\$000. 1866 |
| Anna Crioula | David Teixeira Godinho/Maria Antônia do Espírito Santo | 09 a. | N/C. Faz. de São José | 1.000\$000. 1866 |
| Simplouza Crioula | David Teixeira Godinho/Maria Antônia do Espírito Santo | 08 a. | N/C. Faz. de São José | 900\$000. 1866 |
| Joana Crioula | David Teixeira Godinho/Maria Antônia do Espírito Santo | 03 a. | N/C. Faz. de São José | 400\$000. 1866 |
| Josefa Crioula | David Teixeira Godinho/Maria Antônia do Espírito Santo | 04 m. | N/C. Faz. de São José | 250\$000. 1866 |
| Antônia | David Teixeira Godinho/Maria Antônia do Espírito Santo | 01a. | N/C. Faz. de São José | 100\$000. 1866 |
| Faustino de Nação | Francisca Paula da Silveira/João Machado da Silveira | 38a. | N/C. Arraial do Frutal | 500\$000. 1867. |
| Marcelina Crioula | Francisca Paula da Silveira/João Machado da Silveira | 26a. | N/C. Arraial do Frutal | 700\$000. 1867 |
| José Crioulo | Francisca Paula da Silveira/João Machado da Silveira | 16 a. | N/C. Arraial do Frutal | 1.000\$000. 1867 |
| Thereza Crioula | Francisca Paula da Silveira/João Machado da Silveira | 02 a. | N/C. Arraial do Frutal | 800\$000. 1867 |
| Domingos Crioulo | Francisca Paula da Silveira/João Machado da Silveira | 07 a. | N/C. Arraial do Frutal | 500\$000. 1867 |
| Rofino Crioulo | Francisca Paula da Silveira/João Machado da Silveira | 05 a. | N/C. Arraial do Frutal | 350\$000 1867 |
| Albina Crioula | Francisca Paula da Silveira/João Machado da Silveira | 02 a. | N/C. Arraial do Frutal | 200\$000 1867 |
| Vicente Nação | José Machado da Silveira/Anna Rosa das Neves | 35 a. | N/C. Arraial do Frutal | 1.500\$000. 1867 |
| João Crioulo | José Machado da Silveira/Anna Rosa das Neves | 32 a. | N/C. Arraial do Frutal | 1.400\$000. 1867 |
| Adão Crioulo | José Machado da Silveira/Anna Rosa das Neves | 20 a. | N/C. Arraial do Frutal | 800\$000. 1867 |
| Thomás Crioulo | José Machado da Silveira/Anna Rosa das Neves | 12 a. | N/C. Arraial do Frutal, | 1.200\$000. 1867 |
| João Pedro Crioulo | José Machado da Silveira/Anna Rosa das Neves | 08 a. | N/C. Arraial do Frutal, | 700\$000. 1867 |
| Pedro Crioulo | José Machado da Silveira/Anna Rosa das Neves | 03 a. | N/C. Arraial do Frutal, | 400\$000. 1867 |
| Antônia Crioula | José Machado da Silveira/Anna Rosa das Neves | 54 a. | N/C. Arraial do Frutal, | 200\$000. 1867 |
| Florianna Crioula | José Machado da Silveira/Anna Rosa das Neves | 35 a. | N/C. Arraial do Frutal, | 400\$000. 1867 |
| Claudina Crioula | José Machado da Silveira/Anna Rosa das Neves | 30 a. | N/C. Arraial do Frutal, | 1.100\$000 1867 |
| Maria Crioula | José Machado da Silveira/Anna Rosa das Neves | 14 a. | N/C. Arraial do Frutal, | 1.200\$000 1867 |
| Eva Crioula | José Machado da Silveira/Anna Rosa das Neves | 13 a. | N/C. Arraial do Frutal, | 800\$000 1867 |
| Camillo Crioulo | José Machado da Silveira/Anna Rosa das Neves | 09 a. | N/C. Arraial do Frutal, | 900\$000 1867 |
| Thereza Crioula | José Machado da Silveira/Anna Rosa das Neves | 05 a. | N/C. Arraial do Frutal, | 700\$000 1867 |
| Sebastiana Crioula | Fortunato de Souza Lopes/Senhorinha Maria de São Francisco | 20 a. | N/C. Faz. de São Bento | 800\$000. 1869 |
| Paulo Pardo | Feliciano José da Silva/Feliciano José da Silva (Filho) | 41 | Solteiro. Faz. das Inhumas | 500\$000. 1875 |
| Joaquim Preto | Feliciano José da Silva/Feliciano José da Silva | 48 | Solteiro Faz. das Inhumas | 800\$000. |

| | | | | |
|------------------------|---|-------|--|-----------------------------|
| | (Filho) | | | 1875 |
| Thereza Crioula | Feliciano José da Silva/Feliciano José da Silva (Filho) | N/C. | Solteira Faz. das Inhumas | 344\$000 1875 |
| Rosauva Crioula | Feliciano José da Silva/Feliciano José da Silva (Filho) | 08 a. | Filha de Thereza Crioula. Faz. das Inhumas | 120\$000. 1875 |
| Cândida Crioula | Anna Cândida de Jesus/Antônio de Paula e Silva | 25 a. | N/C. Faz. da das Inhumas | 800\$000. 1875 |
| Theodora Parda | Anna Cândida de Jesus/Antônio de Paula e Silva | 12 a. | Filha de Cândida Crioula. Faz. das Inhumas | 600\$000. 1875 |
| David Preto | Anna Cândida de Jesus/Antônio de Paula e Silva | 31 a. | N/C. Faz. do Jatahy, | 500\$000. 1875 |
| Sabina Parda | Rita Cândida do Espírito Santo/José Gonçalves Borges | 29 | N/C. Freguesia de Frutal | 500\$000. 1875 |
| Joaquim Africano | Manoel Ferreira dos Santos/Maria Francelina dos Santos | 54 a. | N/C. Faz. das Três Barras | 100\$000. 1882 |
| Ludovina Crioula | Manoel Ferreira dos Santos/Maria Francelina dos Santos | 16 a. | N/C. Faz. das Três Barras | 600\$000. 1882 |
| Felício Crioulo | Anna Fernandes dos Santos/Capitão João da Matta Pinto | N/C. | N/C. Faz. do Córrego Alegre. | 120\$000 1876 |
| Antônio Velho | Anna Fernandes dos Santos/Capitão João da Matta Pinto | N/C. | N/C. Faz. do Córrego Alegre | 150\$000 1876 |
| Francisco | Anna Fernandes dos Santos/Capitão João da Matta Pinto | N/C. | N/C. Faz. do Córrego Alegre | 600\$000 1876 |
| Joaquina da Nação | Anna Fernandes dos Santos/Capitão João da Matta Pinto | N/C. | N/C. Faz. do Córrego Alegre | 100\$000. 1876 |
| Maria Crioula | Anna Fernandes dos Santos/Capitão João da Matta Pinto | N/C. | N/C. Faz. do Córrego Alegre | 700\$000. 1876 |
| Manoel Pardo | Cândido José dos Santos/Maria Flausina de Jesus | 27 | Solteiro. Faz. do Jatahy | 200\$000. 1888 |
| Justino Crioulo | Anna Rosa da Silveira/Antônio Machado da Silveira | 33 | N/C. Faz. de São José | 1.500\$000 1869 |
| Manoel da Nação | Anna Rosa da Silveira/Antônio Machado da Silveira | 35 | N/C. Faz. de São José | 1.400\$000 1869. |
| Domingos Crioulo | Anna Rosa da Silveira/Antônio Machado da Silveira | 13 | N/C. Faz. de São José | 1.200\$000 1869 |
| João Crioulo | Anna Rosa da Silveira/Antônio Machado da Silveira | 12a. | N/C. Faz. de São José | 1.000\$000 1869 |
| Francisco Crioulo | Anna Rosa da Silveira/Antônio Machado da Silveira | 08a. | N/C. Faz. de São José | 800\$000 1869 |
| Ignácio Crioulo | Anna Rosa da Silveira/Antônio Machado da Silveira | 06 | N/C. Faz. de São José | 700\$000 1869 |
| Joaquim Crioulo | Anna Rosa da Silveira/Antônio Machado da Silveira | 05 | N/C. Faz. de São José | 500\$000 1869 |
| Malaquias Crioulo | Anna Rosa da Silveira/Antônio Machado da Silveira | 04 | N/C. Faz. de São José | 400\$000 1869 |
| Justina Crioula | Anna Rosa da Silveira/Antônio Machado da Silveira | 28 | N/C. Faz. de São José | 1.500\$000 1869. |
| Felícia da Nação | Anna Rosa da Silveira/Antônio Machado da Silveira | 30 | N/C. Faz. de São José | 1.200\$000. 1869. |
| Efigênia Crioula | Anna Rosa da Silveira/Antônio Machado da Silveira | 14 a. | N/C. Faz. de São José | 1.000\$000. 1869 |
| Bárbara Crioula | Anna Rosa da Silveira/Antônio Machado da Silveira | 07 a. | N/C. Faz. de São José | 750\$000. 1869 |
| Justina Crioula | Anna Rosa da Silveira/Antônio Machado da Silveira | 09 m. | N/C. Faz. de São José | 150\$000. 1869 |
| Maria Carmella Crioula | Anna Rosa da Silveira/Antônio Machado da Silveira | 09 m. | N/C. Faz. de São José | 150\$000. 1869 |
| José Crioulo | Florentino José da Silva/Francisca de Paula Alves | 40 a. | N/C. Faz. da “Rossinha”, | 500\$000. 1870 |
| João Crioulo | Florentino José da Silva/Francisca de Paula Alves | 18 a | N/C. Faz. da “Rossinha”, | 1.200\$000. 1870 |
| Antônio Crioulo | Florentino José da Silva/Francisca de Paula Alves | 08 a. | N/C. Faz. da “Rossinha”. | 800\$000. 1870 |

| | | | | |
|-------------------------|---|--------|--|---------------------------------------|
| Ledovino Crioulo | Florentino José da Silva/Francisca de Paula Alves | 06 a. | N/C. Faz. da “Rossinha”, | 700\$000. 1870 |
| Domiciano Crioulo | Florentino José da Silva/Francisca de Paula Alves | 05 a. | N/C. Faz. da “Rossinha”, | 600\$000. 1870 |
| Roque Crioulo | Florentino José da Silva/Francisca de Paula Alves | 04 a. | N/C. Faz. da “Rossinha”. | 450\$000. 1870 |
| Catharina Crioula | Florentino José da Silva/Francisca de Paula Alves | 11 a. | N/C. Faz. da “Rossinha”, | 1.000\$000. 1870 |
| Joana Crioula | Florentino José da Silva/Francisca de Paula Alves | 10 a. | N/C. Faz. da “Rossinha”, | 1.000\$000. 1870 |
| Conceição Crioula | Florentino José da Silva/Francisca de Paula Alves | 09 a. | N/C. Faz. da “Rossinha”, | 900\$000. 1870 |
| Martinha Crioula | Florentino José da Silva/Francisca de Paula Alves | 02 a. | N/C. Faz. da “Rossinha”, | 300\$000. 1870 |
| Floriana Crioula | Florentino José da Silva/Francisca de Paula Alves | 01 ano | N/C. Faz. da “Rossinha”, | 200\$000. 1870 |
| Thereza Crioula | Florentino José da Silva/Francisca de Paula Alves | 35 a. | N/C. Faz. da “Rossinha”, | Sem valor (Doente). 1870 |
| Antônio Crioulo | Anna Rosa de Viterbo/Magdalenô Gonçalves Campos | 55 | N/C. Faz. da Ressaca | 250\$000. 1871. |
| Joaquim de Nação | Anna Rosa de Viterbo/Magdalenô Gonçalves Campos | 60 | N/C. Faz. da Ressaca | 250\$000. 1871 |
| João de Nação | Anna Rosa de Viterbo/Magdalenô Gonçalves Campos | 40 | N/C. Faz. da Ressaca | 1.000\$000. 1871 |
| Francisco Crioulo | Anna Rosa de Viterbo/Magdalenô Gonçalves Campos | 22 | N/C. Faz. da Ressaca | 1.300\$000. 1871 |
| Antônio Miranda Crioulo | Anna Rosa de Viterbo/Magdalenô Gonçalves Campos | 22a. | N/C. Faz. da Ressaca | 800\$000. 1871 |
| Felício Crioulo | Anna Rosa de Viterbo/Magdalenô Gonçalves Campos | 05 a. | N/C. Faz. da Ressaca | 500\$000. 1871 |
| Jerônimo Crioulo | Anna Rosa de Viterbo/Magdalenô Gonçalves Campos | 03 a. | N/C. Faz. da Ressaca | 300\$000. 1871 |
| Joana de Nação | Anna Rosa de Viterbo/Magdalenô Gonçalves Campos | 45a. | N/C. Faz. da Ressaca | 450\$000. 1871 |
| Felícia Crioula | Anna Rosa de Viterbo/Magdalenô Gonçalves Campos | 45a. | N/C. Faz. da Ressaca | 550\$000. 1871 |
| Joaquina Crioula | Anna Rosa de Viterbo/Magdalenô Gonçalves Campos | 18 a. | N/C. Faz. da Ressaca | 1.000\$000. 1871 |
| Josefa Crioula | Anna Rosa de Viterbo/Magdalenô Gonçalves Campos | 08 a. | N/C. Faz. da Ressaca | 700\$000 1871 |
| Joaquina Crioula | Anna Rosa de Viterbo/Magdalenô Gonçalves Campos | 08 a. | N/C. Faz. da Ressaca | 700\$000. 1871 |
| Cecília Crioula | Anna Rosa de Viterbo/Magdalenô Gonçalves Campos | 05a. | N/C. Faz. da Ressaca | 450\$000. 1871 |
| Francisca Crioula | Anna Rosa de Viterbo/Magdalenô Gonçalves Campos | 02a. | N/C. Faz. da Ressaca | 250\$000. 1871 |
| Domingas Crioula | Anna Rosa de Viterbo/Magdalenô Gonçalves Campos | 01 ano | N/C. Faz. da Ressaca | 150\$000. 1871 |
| Benedicto Crioulo | Francelina Maria de Jesus/Rodrigo Corrêia de Moraes | 40 | N/C. Arraial do Carmo do Frutal | 700\$000. 1872 |
| Raymundo Pardo | Francelina Maria de Jesus/Rodrigo Corrêia de Moraes | 25 a. | Solteiro. Arraial do Carmo do Frutal | 950\$000. 1872 |
| Florinda Crioula | Francelina Maria de Jesus/Rodrigo Corrêia de Moraes | 25 a. | Esposa de Benedito Crioulo. Arraial do Carmo do Frutal | 500\$000. 1872 |
| Joaquina de Nação | Francelina Maria de Jesus/Rodrigo Corrêia de Moraes | 40 a. | Esposa de João | 50\$000. 1872 |
| Marcelino Preto | Francelina Maria de Jesus/Rodrigo Corrêia de Moraes | 04 a. | Filho de Benedito e Felicidade. Arraial do Carmo do Frutal | 250\$000. 1872 |
| Maria Crioula | Francelina Maria de Jesus/Rodrigo Corrêia de Moraes | 28 a. | N/C. Arraial do Carmo do Frutal | 44.325 (uma parte). |

| | | | | |
|---------------------|--|---------------|---|------------------------------------|
| | | | | 1872 |
| Sebastiana Crioula | Francelina Maria de Jesus/Rodrigo Corrêia de Moraes | 08 a. | Filho de Maria Crioula. Arraial do Carmo do Frutal | 30.200 (uma parte). 1872 |
| Maria Crioula | Francelina Maria de Jesus/Rodrigo Corrêia de Moraes | 09 a. | Filho de Maria Crioula. Arraial do Carmo do Frutal | 12.000 (uma parte). 1872 |
| “Laudelino” Crioulo | Francelina Maria de Jesus/Rodrigo Corrêia de Moraes | 07 a. | Filho de Maria Crioula. Arraial do Carmo do Frutal | 16.600 (uma parte). 1872 |
| Joaquim Crioulo | Francelina Maria de Jesus/Rodrigo Corrêia de Moraes | 06 an. | Filho de Maria Crioula. Arraial do Carmo do Frutal | 15.600 (uma parte). 1872 |
| Jerônimo Crioulo | Francelina Maria de Jesus/Rodrigo Corrêia de Moraes | 04 a. | Filho de Maria Crioula. Arraial do Carmo do Frutal | 14.650 (uma parte). 1872 |
| Ritta Crioula | Francelina Maria de Jesus/Rodrigo Corrêia de Moraes | 02 a. | Filho de Maria Crioula. Arraial do Carmo do Frutal | 8.800 (uma parte). 1872 |
| Manoel Crioulo | Francelina Maria de Jesus/Rodrigo Corrêia de Moraes | 10 a. | Filho de Maria Crioula. Arraial do Carmo do Frutal | 29.700 (uma parte). 1872 |
| Delfina Crioula | Marcelino José dos Santos/Antônio Marcelino de Mendonça | 51 a. | N/C. Faz. das Três Barras | 300\$000. 1875. |
| Geraldo Crioulo | Marcelino José dos Santos/Antônio Marcelino de Mendonça | 07 a. | Filho de Delfina Crioula. Faz. das Três Barras | 950\$000. 1875 |
| Manoel Crioulo | Marcelino José dos Santos/Antônio Marcelino de Mendonça | 08 a. | Filho de Delfina Crioula. Faz. das Três Barras | 1.200\$000. 1875 |
| Vicência Crioula | Marcelino José dos Santos/Antônio Marcelino de Mendonça | N/C. | Filho de Delfina Crioula. Faz. das Três Barras | 400\$000 1875 |
| Cândido Pardo | Marcelino José dos Santos/Antônio Marcelino de Mendonça | 13 a. | N/C. Faz. das Três Barras | 1.600\$000. 1875 |
| Antônia Parda | Marcelino José dos Santos/Antônio Marcelino de Mendonça | 37 a. | N/C. Faz. das Três Barras | 700\$000. 1875 |
| Izabel Crioula | Marcelino José dos Santos /Antônio Marcelino de Mendonça | 09 a. | Filho de Adão (liberto) e Antônia Parda. Faz. das Três Barras | 650\$000. 1875. |
| Jerônimo Crioulo | Marcelino José dos Santos/Antônio Marcelino de Mendonça | 14 a. | Filho de Adão (liberto) e Antônia Parda. Faz. das Três Barras | 1.600\$000 1875 |
| Belisário Crioulo | João Ignácio da Silveira/Antônio Ignácio da Silveira | 34 a. | N/C. Faz. das Três Barras | 1.400\$000 1876 |
| Joaquim de Nação | João Ignácio da Silveira/Antônio Ignácio da Silveira | 40 a. e 8 m. | N/C. Faz. das Três Barras | 400\$000. 1876 |
| Miguel de Nação | João Ignácio da Silveira/Antônio Ignácio da Silveira | 36 a. e 8 m. | N/C. Faz. das Três Barras | 1.100\$000. 1876 |
| José Crioulo | João Ignácio da Silveira/Antônio Ignácio da Silveira | 34 a. | N/C. Faz. das Três Barras | 1.400\$000. 1876 |
| João Crioulo | João Ignácio da Silveira/Antônio Ignácio da Silveira | 17 a. e 08 m. | N/C. Faz. das Três Barras | 1.800\$000. 1876 |
| Jerônimo Crioulo | João Ignácio da Silveira/Antônio Ignácio da Silveira | 14 a. e 8m. | N/C. Faz. das Três Barras | 1.800\$000. 1876 |
| Cecília | João Ignácio da Silveira/Antônio Ignácio da Silveira | 50 a. e 8 m. | Viúva. Faz. das Três Barras | 50\$000. 1876 |
| Rita Paulina | João Ignácio da Silveira/Antônio Ignácio da Silveira | 32 a. e 08 m. | Esposa de Miguel de Nação. Faz. das Três Barras | 800\$000. 1876 |
| Rita Parda | João Ignácio da Silveira/Antônio Ignácio da Silveira | 30 a. e 8 m. | Esposa de José Crioulo. Faz. das Três Barras | 700\$000. 1876 |
| Benedicta Crioula | João Ignácio da Silveira/Antônio Ignácio da Silveira | 05 a. e 10 m. | Filha de Rita Paulina e Miguel da Nação. Faz. das Três Barras | 400\$000. 1876 |